CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO - MG

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

180-A

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 09/2023

Ementa: "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião – MG",

Autoria: Mesa Diretora.

Protocolo nº: 1023/2023
Natureza: Projeto
Data: 23 / 10 / 23
Assinatura

☐ **Aprovado** ☐ **Rejeitado** ☐ **Arquivado**

PARTE II

AUTUAÇÃO:

Aos 23 dias do mês de Outubro de 2023, nesta cidade de Monte Sião, na Secretaria da Câmara, autuo o presente Projeto sob nº 09/2023, como adiante se vê. Do que constar, faço este termo. Eu, Élhu Antonielle Denigati, o escrevi.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 15 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9/2023

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1256/2023
Data: 23/10/2023Hora: 13:45:04
Natureza: Emenda nº 15

ARQUIVADO
Sala das Sessões 24/10/23

"Modifique-se o parágrafo 4º e acrescente-se o parágrafo 8º ao artigo 39 do Projeto de Resolução nº 9/2023".

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA:

Art. 1º - O parágrafo 4º do art. 39 do Projeto de Resolução nº 9/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º - O Presidente da Câmara não participará de nenhuma Comissão Permanente."

Art. 2º - Acrescente-se o parágrafo 8º ao artigo 39 do Projeto de Resolução nº 9/2023 com a seguinte redação:

§ 8º - Ocorrendo empate, proceder-se-á a novo escrutínio aberto e nominal entre os mais votados e, persistindo ainda o empate, será considerado eleito o Vereador mais votado nas eleições municipais.

Art. 3º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de Outubro de 2023.

SÉRGIO RICARDO DE FREITAS
VEREADOR

GEDIELSON FERNANDES MACIEL
VEREADOR

HÉRCULES DIVINO DE FARIA
VEREADOR

182

CONCLUSÃO

Em 23 de outubro de 2023, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Monte Sião, faço conclusa **a Emenda nº 15 ao Projeto de Resolução nº 09/2023** ao Sr. Presidente desta Casa de Leis para fins de despacho às Comissões Permanentes, e para constar lavrei este termo.

Atesto que o despacho deve ser imediato, conforme art. 99, § 5º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião.

Monte Sião, em 23 de outubro de 2023.

ÉLBER ANTONIELLE DONIZETE VERONEZ
AGENTE ADMINISTRATIVO I

Ofício Nº 236/2023
Assunto: Despacho
Data: 23/Outubro/2023

Prezados Senhores,

Pelo presente, fica despachada, na forma do art. 99, § 5º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião, a seguinte emenda, inicialmente à Procuradoria Jurídica, e em seguida às comissões respectivamente designadas, para emissão de parecer no prazo previsto no art. 45, inciso V do Regimento Interno.

- **Emenda nº 15 ao Projeto de Resolução nº 09/2023**, dos Vereadores Sérgio Ricardo de Freitas, Gedielson Fernandes Maciel e Hércules Divino de Faria. Ementa: "Modifique-se o parágrafo 4º e acrescente-se o parágrafo 8º ao artigo 39 do Projeto de Resolução nº 9/2023". **Fica despachado para a Comissão de Justiça e Redação.**

Na oportunidade, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

PLATINI DOS SANTOS PEREIRA:05450857640
Assinado de forma digital por PLATINI DOS SANTOS PEREIRA:05450857640
Dados: 2023.10.23 14:07:04 -03'00'

Platini dos Santos Pereira
Presidente da Câmara

Exmos. Srs.
Vereadores da 19ª Legislatura
Monte Sião-MG

TERMO DE REMESSA

Em 23 de outubro de 2023, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Monte Sião, certifico que remeti, via Sistema de Gestão Legislativa, **a Emenda nº 15 ao Projeto de Resolução nº 09/2023** para a Procuradoria Jurídica e para Comissão de Justiça e Redação, tendo em vista o despacho do Presidente da Câmara Municipal, e para constar lavrei este termo.

Atesto que o prazo para emissão de parecer é até 28 de outubro de 2023, nos termos do art. 45, II do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião.

Monte Sião, em 23 de outubro de 2023.

ÉLBER ANTONIELLE DONIZETE VERONEZ
AGENTE ADMINISTRATIVO I

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO
185

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1269/2023
Data: 24/10/2023 Hora: 13:22:59
Natureza: Parecer

PROCURADORIA JURÍDICA

Parecer Nº 1

Emenda nº 15 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Gedielson Fernandes Maciel, Hércules Divino de Faria, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 24 de Outubro de 2023.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de parecer jurídico sobre a emenda nº 15 ofertada pelos Vereadores Gedielson Fernandes, Hércules Divino de Faria e Sergio Ricardo de Freitas.

2. Dispõe a Emenda nº 15 ao Projeto de Resolução nº 09/2023 da seguinte redação:

> **Art. 1º - O parágrafo 4º do art. 39 do Projeto de Resolução nº 9/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:**
>
> **"§ 4º - O Presidente da Câmara não participará de nenhuma Comissão Permanente."**
>
> **Art. 2º - Acrescente-se o parágrafo 8º ao artigo 39 do Projeto de Resolução nº 9/2023 com a seguinte redação:**
>
> **§ 8º - Ocorrendo empate, proceder-se-á a novo escrutínio aberto e nominal entre os mais votados e, persistindo ainda o empate, será considerado eleito o Vereador mais votado nas eleições municipais.**

Art. 3º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

3. É o breve relato dos fatos. OPINO.

II – FUNDAMENTAÇÃO

4. Dispõe o art. 39 do Projeto de Resolução da seguinte redação:

> **Art. 39 - O mandato das Comissões Permanentes será de 02 (dois) anos e a eleição será feita bienalmente na primeira quinzena de cada ano que houver a renovação, em dia e horário designado no ofício de convocação pelo Presidente da Câmara.**
> **§ 1º - A eleição das Comissões Permanentes da Câmara Municipal para o primeiro e segundo biênio e o preenchimento de vagas nela verificada, deverá observar as seguintes exigências e formalidades:**
> **I - Registro individual da candidatura para o cargo desejado, junto ao Setor de Protocolo, em formulário próprio, até 30 (trinta) minutos antes do início da sessão destinada à eleição;**
> **II - Presença da maioria absoluta dos membros da Câmara;**
> **III - A votação se dará de forma aberta, com divulgação pelo Presidente da Câmara dos nomes inscritos aos respectivos cargos.**
> **IV - A eleição far-se-á através da chamada nominal dos Vereadores, obedecida à ordem alfabética, os quais um a um, ao serem chamados, proferirão seu voto ao cargo em disputa de forma verbal.**
> **V - A ordem de votação obedecerá ao seguinte:**
> **a) Para Presidente;**
> **b) Para Vice-Presidente;**
> **c) Para Relator.**
> **§ 2º - É vedada aos Vereadores a inscrição para mais de 1 (um) cargo na mesma comissão.**
> **§ 3º - Cada Vereador participará, obrigatoriamente, de 3 (três) comissões.**
> **§ 4º - O Presidente da Câmara não participará de nenhuma Comissão Permanente e somente votará em caso de empate na eleição de composição das comissões.**
> **§ 5º - Na hipótese de não se realizar a sessão plenária ou a eleição, a presidência convocará tantas sessões extraordinárias quantas forem necessárias, sem remuneração, até a eleição das comissões.**
> **§ 6º - Havendo vacância de qualquer dos membros das comissões, será realizada eleição por maioria simples, durante o Expediente da primeira sessão subsequente à vacância, para o preenchimento da vaga verificada. § 7º - Havendo desinteresse dos Vereadores aos cargos vagos nas comissões, caberá ao Presidente da Câmara nomear, por meio de Portaria, tantos Vereadores quanto forem necessários para o preenchimento das vagas verificadas.**

5. Com a presente emenda, a redação do art. 39 será a seguinte:

Art. 39 - O mandato das Comissões Permanentes será de 02 (dois) anos e a eleição será feita bienalmente na primeira quinzena de cada ano que houver a renovação, em dia e horário designado no ofício de convocação pelo Presidente da Câmara.
§ 1º - A eleição das Comissões Permanentes da Câmara Municipal para o primeiro e segundo biênio e o preenchimento de vagas nela verificada, deverá observar as seguintes exigências e formalidades:
I - Registro individual da candidatura para o cargo desejado, junto ao Setor de Protocolo, em formulário próprio, até 30 (trinta) minutos antes do início da sessão destinada à eleição;
II - Presença da maioria absoluta dos membros da Câmara;
III - A votação se dará de forma aberta, com divulgação pelo Presidente da Câmara dos nomes inscritos aos respectivos cargos.
IV - A eleição far-se-á através da chamada nominal dos Vereadores, obedecida à ordem alfabética, os quais um a um, ao serem chamados, proferirão seu voto ao cargo em disputa de forma verbal.
V - A ordem de votação obedecerá ao seguinte:
a) Para Presidente;
b) Para Vice-Presidente;
c) Para Relator.
§ 2º - É vedada aos Vereadores a inscrição para mais de 1 (um) cargo na mesma comissão.
§ 3º - Cada Vereador participará, obrigatoriamente, de 3 (três) comissões.
§ 4º - O Presidente da Câmara não participará de nenhuma Comissão Permanente.
§ 5º - Na hipótese de não se realizar a sessão plenária ou a eleição, a presidência convocará tantas sessões extraordinárias quantas forem necessárias, sem remuneração, até a eleição das comissões.
§ 6º - Havendo vacância de qualquer dos membros das comissões, será realizada eleição por maioria simples, durante o Expediente da primeira sessão subsequente à vacância, para o preenchimento da vaga verificada.
§ 7º - Havendo desinteresse dos Vereadores aos cargos vagos nas comissões, caberá ao Presidente da Câmara nomear, por meio de Portaria, tantos Vereadores quanto forem necessários para o preenchimento das vagas verificadas.
§ 8º - Ocorrendo empate, proceder-se-á a novo escrutínio aberto e nominal entre os mais votados e, persistindo ainda o empate, será considerado eleito o Vereador mais votado nas eleições municipais.

6. Fica claro que a emenda quer mudar o critério de desempate que recai sobre o Presidente da Câmara, conforme texto original do Projeto.

8. Ressalto que não há problema com a mudança de critério, consequentemente, o §8º estabelece como será o procedimento no caso de empate.

9. Portanto, não há irregularidade.

III - CONCLUSÃO

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, in verbis:

> **"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnicojurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex oficio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança n° 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)**

É o parecer, que ora submeto, à apreciação da digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa.

Diante do exposto, salvo melhor juízo, a presente Emenda não possui irregularidades.

É, sub censura, o parecer que se submete à elevada apreciação, com base nas informações apresentadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.

Monte Sião, 24/10/2023

Vinicius Elvio Lozano
Procurador Jurídico
OAB/MG nº 221.635

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1271/2023
Data: 24/10/2023 Hora: 16:54:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 1 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Décio Fred, Gedielson Fernandes Maciel, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 24 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO 190

Câmara Municipal de Monte Sião-MG
Protocolo Nº 1271/2023
Data: 24/10/2023 Hora: 16:54:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 2 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Gedielson Fernandes Maciel, Hércules Divino de Faria, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 24 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua inconstitucionalidade, sendo de parecer contrário para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião – MG, acompanhando o parecer da Procuradoria Jurídica.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

191

Câmara Municipal de Monte Sião-MG
Protocolo Nº 1271/2023
Data: 24/10/2023 Hora: 16:54:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 5 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Gedielson Fernandes Maciel, Hércules Divino de Faria, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 24 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua inconstitucionalidade, sendo de parecer contrário para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião – MG, acompanhando o parecer da Procuradoria Jurídica.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

192

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1271/2023
Data: 24/10/2023 Hora: 16:54:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 6 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Donizeti Benedito da Silva, Hércules Divino de Faria, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 24 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião – MG.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

193

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1271/2023
Data: 24/10/2023 Hora: 16:54:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 7 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Gedielson Fernandes Maciel, Hércules Divino de Faria, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 24 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1271/2023
Data: 24/10/2023 Hora: 16:54:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 8 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Gedielson Fernandes Maciel, Hércules Divino de Faria, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 24 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO 195

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1271/2023
Data: 24/10/2023 Hora: 16:54:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 9 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Gedielson Fernandes Maciel, Hércules Divino de Faria, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 24 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua inconstitucionalidade, sendo de parecer contrário para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião – MG, acompanhando o parecer da Procuradoria Jurídica.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO 196

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1271/2023
Data: 24/10/2023 Hora: 16:54:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 10 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Gedielson Fernandes Maciel, Hércules Divino de Faria, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 24 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Déeio Fred
Vice-Presidente

197

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1271/2023
Data: 24/10/2023 Hora: 16:54:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 11 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Gedielson Fernandes Maciel, Hércules Divino de Faria, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 24 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua inconstitucionalidade, sendo de parecer contrário para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião – MG, acompanhando o parecer da Procuradoria Jurídica.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

198

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1271/2023
Data: 24/10/2023 Hora: 16:54:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 12 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Gedielson Fernandes Maciel, Hércules Divino de Faria, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 24 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1271/2023
Data: 24/10/2023 Hora: 16:54:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 13 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Gedielson Fernandes Maciel, Hércules Divino de Faria, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 24 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

Câmara Municipal de Monte Sião-MG
Protocolo Nº 1271/2023
Data: 24/10/2023 Hora: 16:54:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 14 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Gedielson Fernandes Maciel, Hércules Divino de Faria, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 24 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1271/2023
Data: 24/10/2023 Hora: 16:54:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 15 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Gedielson Fernandes Maciel, Hércules Divino de Faria, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 24 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua inconstitucionalidade, sendo de parecer contrário para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião – MG, acompanhando o parecer da Procuradoria Jurídica.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

Considerando o parecer exarado pela Comissão de Justiça e Redação no dia 24 de outubro de 2023, **contrário** à tramitação e à votação das Emendas nº 02, 05, 09, 11 e 15 ao Projeto de Resolução nº 09/2023.

Considerando a redação do artigo 38 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião que determina o arquivamento da proposição que receber parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação.

Considerando a competência do Presidente da Câmara de promover o arquivamento, nos termos do artigo 13, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno.

Promovo o **ARQUIVAMENTO** das Emendas nº 02, 05, 09, 11 e 15 ao Projeto de Resolução nº 09/2023, com a respectiva baixa e finalização de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2023.

PLATINI DOS SANTOS PEREIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1296/2023
Data: 30/10/2023 Hora: 15:45:54
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Projeto: Mesa Diretora

Data: 30 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente o presente Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que o mesmo seja submetido à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

204

EMENDA MODIFICATIVA Nº 16 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9/2023

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1299/2023
Data: 30/10/2023 Hora: 16:43:50
Natureza: Emenda nº16 – PR 09

Aprovado por Unanimidade
Sala das Sessões 06/11/23

"Modifica-se o §4º, do art. 30, do Projeto de Resolução nº 09/2023."

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA:

Art. 1º - O §4º, do art. 30, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:

"§ 3º - Fica expressamente vedado o abono de falta de vereador, cujo desconto deverá ser processado de forma automática pelo Setor de Recursos Humanos, salvo nos seguintes casos:

I - Apresentação de Atestado Médico ou Odontológico;

II - Apresentação de relatório de viagem oficial da Câmara Municipal ou a serviço do Município;

III - Apresentação de atestado de doação voluntária de sangue;

IV - Apresentação de atestado médico de acompanhante do cônjuge ou companheira nas consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez ou em casos de cirurgias, ainda que eletivas;

V - Apresentação de atestado médico de acompanhante de filho de até 14 (quatorze) anos em consulta ou exame;

VI - Apresentação de certidão/declaração de comparecimento perante a Justiça como parte, testemunha ou jurado;

VII - Em caso de morte de cônjuge, companheiro(a) ou parente de até 3º (terceiro grau).

VIII – Mediante ofício protocolado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data em que o vereador não se fará presente, não podendo, neste caso, ser abonada mais de uma falta por mês.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de Outubro de 2023.

ANGÉLICA ARTUSO DE SOUZA
1º SECRETÁRIA

MAURÍCIO ZUCATO JÚNIOR
VICE-PRESIDENTE

DÉCIO FRED
2º SECRETÁRIO

SÉRGIO RICARDO DE FREITAS
VEREADOR

606

EMENDA MODIFICATIVA Nº 17 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9/2023

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1300/2023
Data: 30/10/2023 Hora: 16:45:10
Natureza: Emenda nº17 – PR 09

Aprovado por Unanimidade
Sala das Sessões 06/11/23

"Modifica-se o art. 54, do Projeto de Resolução nº 09/2023."

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA:

Art. 1º - O art. 54, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 54 - Cada Vereador deverá ter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de presença nas reuniões mensais ordinárias em cada comissão permanente da qual seja membro, destinada à emissão de pareceres, sob pena de desconto único de 10% (dez por cento) no subsídio mensal.

Parágrafo único - Fica expressamente vedado o abono de falta de vereador, cujo desconto deverá ser processado de forma automática pelo Setor de Recursos Humanos, salvo nos seguintes casos:

I - Apresentação de Atestado Médico ou Odontológico;

II - Apresentação de relatório de viagem oficial da Câmara Municipal ou a serviço do município;

III - Apresentação de atestado de doação voluntária de sangue;

IV - Apresentação de atestado médico de acompanhante do cônjuge ou companheira nas consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez ou em casos de cirurgias, ainda que eletivas;

V - Apresentação de atestado médico de acompanhante de filho de até 14 (quatorze) anos em consulta ou exame;

VI - Apresentação de certidão/declaração de comparecimento perante a Justiça como parte, testemunha ou jurado;

VII - Em caso de morte de cônjuge, companheiro(a) ou parente de até 3º grau.

VIII – Mediante requerimento protocolado e endereçado ao Presidente da Câmara para deferimento, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data em que o vereador não se fará presente, não podendo, neste caso, ser abonada mais de uma falta por mês.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de Outubro de 2023.

ANGÉLICA ARTUSO DE SOUZA
1º SECRETÁRIA

MAURÍCIO ZUCATO JÚNIOR
VICE-PRESIDENTE

DÉCIO FRED
2º SECRETÁRIO

SÉRGIO RICARDO DE FREITAS
VEREADOR

EMENDA MODIFICATIVA Nº 18 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9/2023

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1301/2023
Data: 30/10/2023 Hora: 16:46:05
Natureza: Emenda nº 18 – PR 09

Aprovado por Unanimidade
Sala das Sessões 06/11/23

"Modifica-se o art. 49, do Projeto de Resolução nº 09/2023."

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA:

Art. 1º - O art. 49, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 49 - As reuniões ordinárias das comissões permanentes da Câmara Municipal de Monte Sião para emissão de pareceres às proposições despachadas, serão realizadas no período compreendido entre às 13 (treze) e às 17 (dezessete) horas, do dia fixado em Portaria.

§ 1º - Os membros das comissões, em sua primeira reunião, deverão estabelecer dia e horário de suas reuniões ordinárias para emissão de pareceres, dentro do limite estabelecido no caput deste artigo, devendo encaminhar à Presidência para edição de Portaria.

§ 2º - Deverá o Presidente da Comissão elaborar e divulgar a pauta da reunião ordinária até as 11 (onze) horas do dia de sua realização aos demais membros, assim como eventual cancelamento, desde que justificado, nos seguintes termos:

I – A pauta deverá constar, no mínimo, os projetos a serem analisados pela comissão, devendo ser disponibilizada pelo Presidente aos demais membros por aplicativo de mensagens e fixação no mural da sala de reuniões da Câmara Municipal de Monte Sião;

II – Para fins de contabilização do disposto no art. 54, deste Regimento, será considerado como presença, eventual cancelamento da reunião ordinária, em virtude de ausência de pauta, que deverá ser comunicada aos membros da comissão através de aplicativo de mensagens e ao Setor de Protocolo através de ofício assinado pelo Presidente.

§ 3º - As Comissões Permanentes somente poderão deliberar com a presença da maioria de seus membros, devendo protocolar a ata das reuniões, devidamente assinada, assim como o respectivo parecer, obrigatoriamente no mesmo dia de sua lavratura.

§ 4º - Tendo o parecer recebido assinaturas "com restrição" ou "voto vencido", prevalecerá a opinião da maioria, devendo, no entanto, constar o voto de todos os seus membros, facultado ao Vereador a juntada de voto em separado.

§ 5º - As reuniões das comissões permanentes serão presenciais, abertas ao público e realizadas dentro do horário compreendido no caput deste artigo, durante o expediente da Câmara Municipal.

§ 6º Mediante regulamentação da Mesa Diretora, poderão ser realizadas reuniões de forma remota, com tecnologia que permita a segurança, o registro e a autenticidade do voto, sendo vedada a utilização de aplicativo de mensagens.

§ 7º - Poderá a Comissão reunir-se em caráter extraordinário, em caso de necessidade ou urgência, desde que devidamente justificado.

§ 8º - A convocação a que se trata o parágrafo anterior se dará através de ofício do Presidente da Comissão, desde que observada a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, com pauta pré-determinada no ato de convocação, devendo a reunião ocorrer durante o horário de expediente da Câmara Municipal.

§ 9º - Os relatores das comissões permanentes registrarão em ata própria as decisões e ocorrências de suas reuniões, inclusive a presença dos membros.

§ 10º - O Setor de Protocolo somente lançará os pareceres das comissões no Sistema de Gestão Legislativa - SGL, mediante apresentação e protocolo da ata da reunião devidamente assinada pelos membros presentes, devendo o parecer ser assinado, protocolado sob a mesma numeração da ata e juntado ao projeto.

§ 11º - Os atos das comissões deverão ser assinados pela maioria de seus membros e os documentos direcionados a mesma serão entregues ao gabinete do Presidente da Comissão, devendo este dar ciência aos demais membros.

§ 12º - O parecer da Comissão protocolado após as 17 horas do último dia do prazo de tramitação não será juntado ao projeto ou proposição e não será considerado para os fins regimentais, devendo ser arquivado pelo Setor de Protocolo em pasta específica.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de Outubro de 2023.

210

ANGÉLICA ARTUSO DE SOUZA
1º SECRETÁRIA

MAURÍCIO ZUCATO JÚNIOR
VICE-PRESIDENTE

DÉCIO FRED
2º SECRETÁRIO

SÉRGIO RICARDO DE FREITAS
VEREADOR

EMENDA MODIFICATIVA Nº 19 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9/2023

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1302/2023
Data: 30/10/2023 Hora: 16:47:19
Natureza: Emenda nº19 – PR 09

Aprovado por Unanimidade
Sala das Sessões 06/11/23

"Modifica-se o art. 55, do Projeto de Resolução nº 09/2023."

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA:

Art. 1º - O art. 55, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 55 – Fica criado e instituído na Câmara Municipal de Monte Sião o espaço destinado para livre manifestação das comissões, com transmissão ao vivo pelos meios de comunicação oficiais da Câmara Municipal, que será realizado durante a sessão ordinária, respeitado o decoro parlamentar e demais normas estabelecidas neste Regimento Interno.

§ 1º - Cada comissão poderá fazer uso da palavra pelo prazo de até 7 (sete) minutos, improrrogáveis, com apartes, para as seguintes finalidades:

I - Apresentação de seus relatórios de trabalho;

II - Formalização de denúncias;

III - Solicitação de providências;

§ 2º - No espaço destinado às comissões, o Presidente da Câmara anunciará a comissão a que deva utilizar do tempo, e a condução dos trabalhos durante este período ficará à cargo do presidente da mesma.

§ 3º - Fica expressamente vedado, no espaço destinado às comissões, a discussão de assuntos aleatórios e sem qualquer tipo de relação com o tema principal da comissão, sob pena da comissão ter seu tempo cassado pelo Presidente da Câmara.

§ 4º - Poderão usar da palavra no espaço das comissões, prioritariamente, os seus membros; garantido aos demais Vereadores espaço para formalização de denúncias ou solicitação de providências, respeitado o tempo destinado à comissão.

§ 5º - Durante o período de atuação das comissões temporárias, as mesmas terão direito a igual tempo para livre manifestação no espaço destinado às comissões, deduzindo-se, proporcionalmente, o tempo das demais.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de Outubro de 2023.

ANGÉLICA ARTUSO DE SOUZA
1º SECRETÁRIA

DÉCIO FRED
2º SECRETÁRIO

MAURÍCIO ZUCATO JÚNIOR
VICE-PRESIDENTE

EMENDA MODIFICATIVA Nº 20 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9/2023

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1303/2023
Data: 30/10/2023 Hora: 16:48:22
Natureza: Emenda nº20 – PR 09

Aprovado por Unanimidade
Sala das Sessões 06/11/23

"Modifica-se o art. 121, do Projeto de Resolução nº 09/2023."

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA:

Art. 1º - O art. 121, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 121 - As sessões plenárias ordinárias da Câmara realizar-se-ão todas as segundas-feiras, de cada mês, iniciando-se às 18h (dezoito horas), com duração máxima de três horas, prorrogável pelo tempo necessário para deliberação da matéria constante da Ordem do Dia, mediante requerimento verbal aprovado pela maioria absoluta dos vereadores, desde que antes de esgotado o tempo de duração da sessão plenária e solicitado uma única vez.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de Outubro de 2023.

ANGÉLICA ARTUSO DE SOUZA
1º SECRETÁRIA

DÉCIO FRED
2º SECRETÁRIO

MAURÍCIO ZUCATO JÚNIOR
VICE-PRESIDENTE

214

EMENDA MODIFICATIVA Nº 21 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9/2023

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1304/2023
Data: 30/10/2023 Hora: 16:49:12
Natureza: Emenda nº21 – PR 09

Aprovado por Unanimidade
Sala das Sessões 06/11/23

"Modifica-se a alínea 'a', do art. 120, do Projeto de Resolução nº 09/2023."

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA:

Art. 1º - A alínea 'a', do art. 120, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:

"a) Ordinária, composta de Espaço das Comissões, Expediente, Ordem do Dia e Palavra Franca;".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de Outubro de 2023.

ANGÉLICA ARTUSO DE SOUZA
1ª SECRETÁRIA

DÉCIO FRED
2º SECRETÁRIO

MAURÍCIO ZUCATO JÚNIOR
VICE-PRESIDENTE

CONCLUSÃO

Em 30 de outubro de 2023, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Monte Sião, faço conclusas as **Emendas nº 16, 17, 18, 19, 20 e 21 ao Projeto de Resolução nº 09/2023** ao Sr. Presidente desta Casa de Leis para fins de despacho às Comissões Permanentes, e para constar lavrei este termo.

Atesto que o despacho deve ser imediato, nos termos do art. 99, §5º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião.

Monte Sião, em 30 de outubro de 2023.

ÉLBER ANTONIELLE DONIZETE VERONEZ
AGENTE ADMINISTRATIVO I

Ofício Nº 242/2023
Assunto: Despacho
Data: 30/Outubro/2023

Prezados Vereadores,

Pelo presente, fica despachada, na forma do art. 99, § 5º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião, as seguintes emendas, inicialmente à Procuradoria Jurídica, e em seguida à Comissão de Justiça e Redação, para emissão de parecer no prazo previsto no art. 45, inciso V do Regimento Interno, concernente a 05 (cinco) dias.

- **Emenda nº 16 ao Projeto de Resolução nº 09/2023**, dos Vereadores Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior e Sérgio Ricardo de Freitas. Ementa: "Modifica-se o §4º, do art. 30, do Projeto de Resolução nº 09/2023.".

- **Emenda nº 17 ao Projeto de Resolução nº 09/2023**, dos Vereadores Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior e Sérgio Ricardo de Freitas. Ementa: "Modifica-se o art. 54, do Projeto de Resolução nº 09/2023.".

- **Emenda nº 18 ao Projeto de Resolução nº 09/2023**, dos Vereadores Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior e Sérgio Ricardo de Freitas. Ementa: "Modifica-se o art. 49, do Projeto de Resolução nº 09/2023.".

- **Emenda nº 19 ao Projeto de Resolução nº 09/2023**, dos Vereadores Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior. Ementa: "Modifica-se o art. 55, do Projeto de Resolução nº 09/2023.".

- **Emenda nº 20 ao Projeto de Resolução nº 09/2023**, dos Vereadores Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior. Ementa: "Modifica-se o art. 121, do Projeto de Resolução nº 09/2023.".

- **Emenda nº 21 ao Projeto de Resolução nº 09/2023**, dos Vereadores Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior. Ementa: "Modifica-se a alínea 'a', do art. 120, do Projeto de Resolução nº 09/2023.".

Na oportunidade, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

PLATINI DOS SANTOS PEREIRA:05450857640

Assinado de forma digital por PLATINI DOS SANTOS PEREIRA:05450857640
Dados: 2023.10.30 17:01:19 -03'00'

Platini dos Santos Pereira
Presidente da Câmara

Exmos. Srs.
Vereadores da 19ª Legislatura
Monte Sião-MG

07

TERMO DE REMESSA

Em 30 de outubro de 2023, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Monte Sião, certifico que remeti, via Sistema de Gestão Legislativa, as **Emendas nº 16, 17, 18, 19, 20 e 21 ao Projeto de Resolução nº 09/2023** para a Procuradoria Jurídica e para Comissão de Justiça e Redação, tendo em vista o despacho do Presidente da Câmara Municipal, e para constar lavrei este termo.

Atesto que o prazo para emissão de parecer é até 04 de novembro de 2023, nos termos do art. 45, V do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião.

Monte Sião, em 30 de outubro de 2023.

ÉLBER ANTONIELLE DONIZETE VERONEZ
AGENTE ADMINISTRATIVO I

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO
218

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1306/2023
Data: 31/10/2023 Hora: 10:58:52
Natureza: Parecer

PROCURADORIA JURÍDICA

Parecer Nº 1

Emenda nº 16 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 31 de Outubro de 2023.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de parecer jurídico sobre a emenda nº 16 ofertada pelos Vereadores Décio Fred, Angélica Artuso, Maurício Zucato e Sérgio Ricardo de Freitas ao Projeto de Resolução nº 09/2023.

2. Dispõe a Emenda nº 16 ao Projeto de Resolução nº 09/2023 da seguinte redação:

> **Art. 1º - O §4º, do art. 30, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:**
>
> **"§ 3º - Fica expressamente vedado o abono de falta de vereador, cujo desconto deverá ser processado de forma automática pelo Setor de Recursos Humanos, salvo nos seguintes casos:**
>
> **I - Apresentação de Atestado Médico ou Odontológico;**
>
> **II - Apresentação de relatório de viagem oficial da Câmara Municipal ou a serviço do Município;**

III - Apresentação de atestado de doação voluntária de sangue;

IV - Apresentação de atestado médico de acompanhante do cônjuge ou companheira nas consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez ou em casos de cirurgias, ainda que eletivas;

V - Apresentação de atestado médico de acompanhante de filho de até 14 (quatorze) anos em consulta ou exame;

VI - Apresentação de certidão/declaração de comparecimento perante a Justiça como parte, testemunha ou jurado;

VII - Em caso de morte de cônjuge, companheiro(a) ou parente de até 3º (terceiro grau).

VIII – Mediante ofício protocolado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data em que o vereador não se fará presente, não podendo, neste caso, ser abonada mais de uma falta por mês.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

3. É o breve relato dos fatos. OPINO.

II – FUNDAMENTAÇÃO

4. Dispõe o art. 30 do Projeto de Resolução da seguinte redação:

Art. 30 - Os Vereadores farão jus a um subsídio mensal, fixado pela Câmara Municipal, com até 30 (trinta) dias de antecedência das eleições municipais, para vigorar na Legislatura subsequente, através de Lei Complementar de autoria da Mesa Diretora, observados os critérios definidos na Lei Orgânica e os limites estabelecidos na Constituição Federal.
§ 1º - Poderá a Câmara Municipal, desde que observados os limites e critérios fixados em legislação específica, atualizar a remuneração dos Vereadores para a mesma Legislatura, conforme disposto na Lei Orgânica Municipal.
§ 2º - Ficam estabelecidos os seguintes critérios para desconto dos Vereadores ausentes nas sessões plenárias ordinárias e extraordinárias:
I - 1 (uma) falta no mês terá o desconto de 10% (dez por cento) no subsídio;
II - 02 (duas) faltas no mês terá o desconto de 20% (vinte por cento) no subsídio;
III - 03 (três) faltas no mês terá o desconto de 40% (quarenta por cento) no subsídio;
IV - 04 (quatro) ou mais faltas no mês terá o desconto de 80% (oitenta por cento) no subsídio.
§ 4º - A abonação de falta nas sessões plenárias somente ocorrerá nos seguintes casos:
I - Apresentação de Atestado Médico ou Odontológico;

II - Apresentação de relatório de viagem oficial da Câmara Municipal ou a serviço do Município;
III - Apresentação de atestado de doação voluntária de sangue;
IV - Apresentação de atestado médico de acompanhante do cônjuge ou companheira nas consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez;
V - Apresentação de atestado médico de acompanhante de filho de até 14 (quatorze) anos em consulta ou exame;
VI - Apresentação de certidão/declaração de comparecimento perante a Justiça como parte, testemunha ou jurado;
VII - Em caso de morte de cônjuge, companheiro(a) ou parente de até 3º (terceiro grau).

5. Com a presente emenda, o art. 61 passará a dispor do seguinte:

Art. 30 - Os Vereadores farão jus a um subsídio mensal, fixado pela Câmara Municipal, com até 30 (trinta) dias de antecedência das eleições municipais, para vigorar na Legislatura subsequente, através de Lei Complementar de autoria da Mesa Diretora, observados os critérios definidos na Lei Orgânica e os limites estabelecidos na Constituição Federal.
§ 1º - Poderá a Câmara Municipal, desde que observados os limites e critérios fixados em legislação específica, atualizar a remuneração dos Vereadores para a mesma Legislatura, conforme disposto na Lei Orgânica Municipal.
§ 2º - Ficam estabelecidos os seguintes critérios para desconto dos Vereadores ausentes nas sessões plenárias ordinárias e extraordinárias:
I - 1 (uma) falta no mês terá o desconto de 10% (dez por cento) no subsídio;
II - 02 (duas) faltas no mês terá o desconto de 20% (vinte por cento) no subsídio;
III - 03 (três) faltas no mês terá o desconto de 40% (quarenta por cento) no subsídio;
IV - 04 (quatro) ou mais faltas no mês terá o desconto de 80% (oitenta por cento) no subsídio.
§ 3º - Fica expressamente vedado o abono de falta de vereador, cujo desconto deverá ser processado de forma automática pelo Setor de Recursos Humanos, salvo nos seguintes casos:

I - Apresentação de Atestado Médico ou Odontológico;

II - Apresentação de relatório de viagem oficial da Câmara Municipal ou a serviço do Município;

III - Apresentação de atestado de doação voluntária de sangue;

IV - Apresentação de atestado médico de acompanhante do cônjuge ou companheira nas consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez ou em casos de cirurgias, ainda que eletivas;

V - Apresentação de atestado médico de acompanhante de filho de até 14 (quatorze) anos em consulta ou exame;

VI - Apresentação de certidão/declaração de comparecimento perante a Justiça como parte, testemunha ou jurado;

VII - Em caso de morte de cônjuge, companheiro(a) ou parente de até 3º (terceiro grau).

VIII – Mediante ofício protocolado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data em que o vereador não se fará presente, não podendo, neste caso, ser abonada mais de uma falta por mês.

6. Fica claro que a emenda quer acrescentar mais uma forma de abono de falta aos agentes políticos.

7. Aos olhos deste Procurador, tenho como imoral a presente emenda, porém, trata-se de matéria eminentemente *interna corporis*. Portanto, compete ao plenário e a Comissão de Justiça deliberar sobre este assunto. Ilegalidade, não há.

III - CONCLUSÃO

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, in verbis:

> **"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnicojurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex oficio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança n° 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)**

É o parecer, que ora submeto, à apreciação da digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa. Diante do exposto, salvo melhor juízo, a presente Emenda não possui irregularidades.

É, sub censura, o parecer que se submete à elevada apreciação, com base nas informações apresentadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.

Monte Sião, 31/10/2023

Vinicius Elvio Lozano
Procurador Jurídico
OAB/MG nº 221.635

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO
222

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1306/2023
Data: 31/10/2023 Hora: 10:58:52
Natureza: Parecer

PROCURADORIA JURÍDICA

Parecer Nº 1

Emenda nº 17 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 31 de Outubro de 2023.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de parecer jurídico sobre a emenda nº 17 ofertada pelos Vereadores Décio Fred, Angélica Artuso, Maurício Zucato e Sérgio Ricardo de Freitas ao Projeto de Resolução nº 09/2023.

2. Dispõe a Emenda nº 17 ao Projeto de Resolução nº 09/2023 da seguinte redação:

> **Art. 1º - O art. 54, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:**
>
> **"Art. 54 - Cada Vereador deverá ter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de presença nas reuniões mensais ordinárias em cada comissão permanente da qual seja membro, destinada à emissão de pareceres, sob pena de desconto único de 10% (dez por cento) no subsídio mensal.**
>
> **Parágrafo único - Fica expressamente vedado o abono de falta de vereador, cujo desconto deverá ser processado de forma automática pelo Setor de Recursos Humanos, salvo nos seguintes casos:**
>
> **I - Apresentação de Atestado Médico ou Odontológico;**

II - Apresentação de relatório de viagem oficial da Câmara Municipal ou a serviço do município;

III - Apresentação de atestado de doação voluntária de sangue;

IV - Apresentação de atestado médico de acompanhante do cônjuge ou companheira nas consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez ou em casos de cirurgias, ainda que eletivas;

V - Apresentação de atestado médico de acompanhante de filho de até 14 (quatorze) anos em consulta ou exame;

VI - Apresentação de certidão/declaração de comparecimento perante a Justiça como parte, testemunha ou jurado;

VII - Em caso de morte de cônjuge, companheiro(a) ou parente de até 3º grau.

VIII – Mediante requerimento protocolado e endereçado ao Presidente da Câmara para deferimento, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data em que o vereador não se fará presente, não podendo, neste caso, ser abonada mais de uma falta por mês.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

3. É o breve relato dos fatos. OPINO.

II – FUNDAMENTAÇÃO

4. Dispõe o art. 54 do Projeto de Resolução da seguinte redação:

Art. 54 - Cada Vereador deverá ter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de presença nas reuniões mensais ordinárias das comissões destinada à emissão de pareceres, sob pena de desconto único de 20% (vinte por cento) no subsídio mensal.
Parágrafo único - A abonação de falta nas reuniões de comissões somente ocorrerá nos seguintes casos:
I - Apresentação de Atestado Médico ou Odontológico;
II - Apresentação de relatório de viagem oficial da Câmara Municipal ou a serviço do município;
III - Apresentação de atestado de doação voluntária de sangue;
IV - Apresentação de atestado médico de acompanhante do cônjuge ou companheira nas consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez;

V - Apresentação de atestado médico de acompanhante de filho de até 14 (quatorze) anos em consulta ou exame;
VI - Apresentação de certidão/declaração de comparecimento perante a Justiça como parte, testemunha ou jurado;
VII - Em caso de morte de cônjuge, companheiro(a) ou parente de até 3º grau.

5. Com a presente emenda, o art. 54 passará a dispor do seguinte:

Art. 54 - Cada Vereador deverá ter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de presença nas reuniões mensais ordinárias em cada comissão permanente da qual seja membro, destinada à emissão de pareceres, sob pena de desconto único de 10% (dez por cento) no subsídio mensal.

Parágrafo único - Fica expressamente vedado o abono de falta de vereador, cujo desconto deverá ser processado de forma automática pelo Setor de Recursos Humanos, salvo nos seguintes casos:

I - Apresentação de Atestado Médico ou Odontológico;

II - Apresentação de relatório de viagem oficial da Câmara Municipal ou a serviço do município;

III - Apresentação de atestado de doação voluntária de sangue;

IV - Apresentação de atestado médico de acompanhante do cônjuge ou companheira nas consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez ou em casos de cirurgias, ainda que eletivas;

V - Apresentação de atestado médico de acompanhante de filho de até 14 (quatorze) anos em consulta ou exame;

VI - Apresentação de certidão/declaração de comparecimento perante a Justiça como parte, testemunha ou jurado;

VII - Em caso de morte de cônjuge, companheiro(a) ou parente de até 3º grau.

VIII – Mediante requerimento protocolado e endereçado ao Presidente da Câmara para deferimento, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data em que o vereador não se fará presente, não podendo, neste caso, ser abonada mais de uma falta por mês.

6. Fica claro que a emenda quer acrescentar mais uma forma de abono de falta aos agentes políticos.

7. Aos olhos deste Procurador, tenho como imoral a presente emenda, porém, trata-se de matéria eminentemente *interna corporis*. Portanto, compete ao plenário e a Comissão de Justiça deliberar sobre este assunto. Ilegalidade, não há.

III - CONCLUSÃO

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, in verbis:

"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito,

opinião técnicojurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex oficio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança n° 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

É o parecer, que ora submeto, à apreciação da digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa. Diante do exposto, salvo melhor juízo, a presente Emenda não possui irregularidades.

É, sub censura, o parecer que se submete à elevada apreciação, com base nas informações apresentadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.

Monte Sião, 31/10/2023

Vinicius Elvio Lozano
Procurador Jurídico
OAB/MG nº 221.635

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1306/2023
Data: 31/10/2023 Hora: 10:58:52
Natureza: Parecer

PROCURADORIA JURÍDICA

Parecer Nº 1

Emenda nº 18 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 31 de Outubro de 2023.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de parecer jurídico sobre a emenda nº 18 ofertada pelos Vereadores Décio Fred, Angélica Artuso, Maurício Zucato e Sérgio Ricardo de Freitas ao Projeto de Resolução nº 09/2023.

2. Dispõe a Emenda nº 18 ao Projeto de Resolução nº 09/2023 da seguinte redação:

> **Art. 1º - O art. 49, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:**
>
> **"Art. 49 - As reuniões ordinárias das comissões permanentes da Câmara Municipal de Monte Sião para emissão de pareceres às proposições despachadas, serão realizadas no período compreendido entre às 13 (treze) e às 17 (dezessete) horas, do dia fixado em Portaria.**
>
> **§ 1º - Os membros das comissões, em sua primeira reunião, deverão estabelecer dia e horário de suas reuniões ordinárias para emissão de pareceres, dentro do limite estabelecido no caput deste artigo, devendo encaminhar à Presidência para edição de Portaria.**

§ 2º - Deverá o Presidente da Comissão elaborar e divulgar a pauta da reunião ordinária até as 11 (onze) horas do dia de sua realização aos demais membros, assim como eventual cancelamento, desde que justificado, nos seguintes termos:

I – A pauta deverá constar, no mínimo, os projetos a serem analisados pela comissão, devendo ser disponibilizada pelo Presidente aos demais membros por aplicativo de mensagens e fixação no mural da sala de reuniões da Câmara Municipal de Monte Sião;

II – Para fins de contabilização do disposto no art. 54, deste Regimento, será considerado como presença, eventual cancelamento da reunião ordinária, em virtude de ausência de pauta, que deverá ser comunicada aos membros da comissão através de aplicativo de mensagens e ao Setor de Protocolo através de ofício assinado pelo Presidente.

§ 3º - As Comissões Permanentes somente poderão deliberar com a presença da maioria de seus membros, devendo protocolar a ata das reuniões, devidamente assinada, assim como o respectivo parecer, obrigatoriamente no mesmo dia de sua lavratura.

§ 4º - Tendo o parecer recebido assinaturas "com restrição" ou "voto vencido", prevalecerá a opinião da maioria, devendo, no entanto, constar o voto de todos os seus membros, facultado ao Vereador a juntada de voto em separado.

§ 5º - As reuniões das comissões permanentes serão presenciais, abertas ao público e realizadas dentro do horário compreendido no caput deste artigo, durante o expediente da Câmara Municipal.

§ 6º Mediante regulamentação da Mesa Diretora, poderão ser realizadas reuniões de forma remota, com tecnologia que permita a segurança, o registro e a autenticidade do voto, sendo vedada a utilização de aplicativo de mensagens.

§ 7º - Poderá a Comissão reunir-se em caráter extraordinário, em caso de necessidade ou urgência, desde que devidamente justificado.

§ 8º - A convocação a que se trata o parágrafo anterior se dará através de ofício do Presidente da Comissão, desde que observada a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, com pauta pré-determinada no ato de convocação, devendo a reunião ocorrer durante o horário de expediente da Câmara Municipal.

§ 9º - Os relatores das comissões permanentes registrarão em ata própria as decisões e ocorrências de suas reuniões, inclusive a presença dos membros.

§ 10º - O Setor de Protocolo somente lançará os pareceres das comissões no Sistema de Gestão Legislativa - SGL, mediante apresentação e protocolo da ata da reunião devidamente

assinada pelos membros presentes, devendo o parecer ser assinado, protocolado sob a mesma numeração da ata e juntado ao projeto.

§ 11º - Os atos das comissões deverão ser assinados pela maioria de seus membros e os documentos direcionados a mesma serão entregues ao gabinete do Presidente da Comissão, devendo este dar ciência aos demais membros.

§ 12º - O parecer da Comissão protocolado após as 17 horas do último dia do prazo de tramitação não será juntado ao projeto ou proposição e não será considerado para os fins regimentais, devendo ser arquivado pelo Setor de Protocolo em pasta específica.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

3. É o breve relato dos fatos. OPINO.

II – FUNDAMENTAÇÃO

4. Dispõe o art. 49 do Projeto de Resolução da seguinte redação:

Art. 49 - As reuniões das comissões permanentes da Câmara Municipal de Monte Sião para emissão de pareceres às proposições despachadas serão realizadas todas as quintas-feiras, de cada mês, no período compreendido entre às 13 (treze) e às 17 (dezessete) horas.
§ 1º - Os membros das comissões, em sua primeira reunião, deverão estabelecer o horário de suas reuniões ordinárias para emissão de pareceres, dentro do limite estabelecido no caput deste artigo, devendo encaminhar à Presidência para edição de Portaria.
§ 2º - Deverá o Presidente da Comissão divulgar a pauta da reunião ordinária até as 11 (onze) horas da quinta-feira aos demais membros, assim como eventual cancelamento, desde que justificado.
§ 3º - As Comissões Permanentes somente poderão deliberar com a presença da maioria de seus membros, devendo protocolar a ata das reuniões, devidamente assinada, assim como o respectivo parecer, obrigatoriamente no mesmo dia de sua lavratura.
§ 4º - Tendo o parecer recebido assinaturas "com restrição" ou "voto vencido", prevalecerá a opinião da maioria, devendo, no entanto, constar o voto de todos os seus membros, facultado ao Vereador a juntada de voto em separado.
§ 5º - As reuniões das comissões permanentes serão presenciais, abertas ao público e realizadas dentro do horário compreendido no caput deste artigo, durante o expediente da Câmara Municipal.
§ 6º - Poderá a Comissão reunir-se em caráter extraordinário, em caso de necessidade ou urgência, desde que devidamente justificado.
§ 7º - A convocação a que se trata o parágrafo anterior se dará através de ofício do Presidente da Comissão, desde que observada a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, com pauta pré-determinada no ato de convocação, devendo a

reunião ocorrer durante o horário de expediente da Câmara Municipal.
§ 8º - Os relatores das comissões permanentes registrarão em ata própria as decisões e ocorrências de suas reuniões, inclusive a presença dos membros.
§ 9º - O Setor de Protocolo somente lançará os pareceres das comissões no Sistema de Gestão Legislativa - SGL, mediante apresentação e protocolo da ata da reunião devidamente assinada pelos membros presentes, devendo o parecer ser assinado, protocolado sob a mesma numeração da ata e juntado ao projeto.
§ 10º - Os atos das comissões deverão ser assinados pela maioria de seus membros e os documentos direcionados a mesma serão entregues ao gabinete do Presidente da Comissão, devendo este dar ciência aos demais membros.
§ 11º - O parecer da Comissão protocolado após as 17 horas do último dia do prazo de tramitação não será juntado ao projeto ou proposição e não será considerado para os fins regimentais, devendo ser arquivado pelo Setor de Protocolo em pasta específica.

5. Com a presente emenda, o art. 49 passará a dispor do seguinte:

Art. 49 - As reuniões ordinárias das comissões permanentes da Câmara Municipal de Monte Sião para emissão de pareceres às proposições despachadas, serão realizadas no período compreendido entre às 13 (treze) e às 17 (dezessete) horas, do dia fixado em Portaria.

§ 1º - Os membros das comissões, em sua primeira reunião, deverão estabelecer dia e horário de suas reuniões ordinárias para emissão de pareceres, dentro do limite estabelecido no caput deste artigo, devendo encaminhar à Presidência para edição de Portaria.

§ 2º - Deverá o Presidente da Comissão elaborar e divulgar a pauta da reunião ordinária até as 11 (onze) horas do dia de sua realização aos demais membros, assim como eventual cancelamento, desde que justificado, nos seguintes termos:

I – A pauta deverá constar, no mínimo, os projetos a serem analisados pela comissão, devendo ser disponibilizada pelo Presidente aos demais membros por aplicativo de mensagens e fixação no mural da sala de reuniões da Câmara Municipal de Monte Sião;

II – Para fins de contabilização do disposto no art. 54, deste Regimento, será considerado como presença, eventual cancelamento da reunião ordinária, em virtude de ausência de pauta, que deverá ser comunicada aos membros da comissão através de aplicativo de mensagens e ao Setor de Protocolo através de ofício assinado pelo Presidente.

§ 3º - As Comissões Permanentes somente poderão deliberar com a presença da maioria de seus membros, devendo protocolar a ata das reuniões, devidamente assinada, assim

como o respectivo parecer, obrigatoriamente no mesmo dia de sua lavratura.

§ 4º - Tendo o parecer recebido assinaturas "com restrição" ou "voto vencido", prevalecerá a opinião da maioria, devendo, no entanto, constar o voto de todos os seus membros, facultado ao Vereador a juntada de voto em separado.

§ 5º - As reuniões das comissões permanentes serão presenciais, abertas ao público e realizadas dentro do horário compreendido no caput deste artigo, durante o expediente da Câmara Municipal.

§ 6º Mediante regulamentação da Mesa Diretora, poderão ser realizadas reuniões de forma remota, com tecnologia que permita a segurança, o registro e a autenticidade do voto, sendo vedada a utilização de aplicativo de mensagens.

§ 7º - Poderá a Comissão reunir-se em caráter extraordinário, em caso de necessidade ou urgência, desde que devidamente justificado.

§ 8º - A convocação a que se trata o parágrafo anterior se dará através de ofício do Presidente da Comissão, desde que observada a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, com pauta pré-determinada no ato de convocação, devendo a reunião ocorrer durante o horário de expediente da Câmara Municipal.

§ 9º - Os relatores das comissões permanentes registrarão em ata própria as decisões e ocorrências de suas reuniões, inclusive a presença dos membros.

§ 10º - O Setor de Protocolo somente lançará os pareceres das comissões no Sistema de Gestão Legislativa - SGL, mediante apresentação e protocolo da ata da reunião devidamente assinada pelos membros presentes, devendo o parecer ser assinado, protocolado sob a mesma numeração da ata e juntado ao projeto.

§ 11º - Os atos das comissões deverão ser assinados pela maioria de seus membros e os documentos direcionados a mesma serão entregues ao gabinete do Presidente da Comissão, devendo este dar ciência aos demais membros.

§ 12º - O parecer da Comissão protocolado após as 17 horas do último dia do prazo de tramitação não será juntado ao projeto ou proposição e não será considerado para os fins regimentais, devendo ser arquivado pelo Setor de Protocolo em pasta específica.

6. Fica claro que a emenda procura alterar a dinâmica das comissões e suas reuniões.

7. Trata-se de matéria eminentemente *interna corporis*. Portanto, compete ao plenário e a Comissão de Justiça deliberar sobre este assunto. Ilegalidade, não há.

III - CONCLUSÃO

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, in verbis:

> **"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnicojurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex oficio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança n° 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)**

É o parecer, que ora submeto, à apreciação da digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa. Diante do exposto, salvo melhor juízo, a presente Emenda não possui irregularidades.

É, sub censura, o parecer que se submete à elevada apreciação, com base nas informações apresentadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.

Monte Sião, 31/10/2023

Vinicius Elvio Lozano
Procurador Jurídico
OAB/MG nº 221.635

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1306/2023
Data: 31/10/2023 Hora: 10:58:52
Natureza: Parecer

PROCURADORIA JURÍDICA

Parecer Nº 1

Emenda nº 19 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior

Data: 31 de Outubro de 2023.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de parecer jurídico sobre a emenda nº 19 ofertada pelos Vereadores Décio Fred, Angélica Artuso e Maurício Zucato ao Projeto de Resolução nº 09/2023.

2. Dispõe a Emenda nº 19 ao Projeto de Resolução nº 09/2023 da seguinte redação:

> **Art. 1º - O art. 55, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:**
>
> **"Art. 55 – Fica criado e instituído na Câmara Municipal de Monte Sião o espaço destinado para livre manifestação das comissões, com transmissão ao vivo pelos meios de comunicação oficiais da Câmara Municipal, que será realizado durante a sessão ordinária, respeitado o decoro parlamentar e demais normas estabelecidas neste Regimento Interno.**
>
> **§ 1º - Cada comissão poderá fazer uso da palavra pelo prazo de até 7 (sete) minutos, improrrogáveis, com apartes, para as seguintes finalidades:**
>
> **I - Apresentação de seus relatórios de trabalho;**

II - Formalização de denúncias;

III - Solicitação de providências;

§ 2º - No espaço destinado às comissões, o Presidente da Câmara anunciará a comissão a que deva utilizar do tempo, e a condução dos trabalhos durante este período ficará à cargo do presidente da mesma.

§ 3º - Fica expressamente vedado, no espaço destinado às comissões, a discussão de assuntos aleatórios e sem qualquer tipo de relação com o tema principal da comissão, sob pena da comissão ter seu tempo cassado pelo Presidente da Câmara.

§ 4º - Poderão usar da palavra no espaço das comissões, prioritariamente, os seus membros; garantido aos demais Vereadores espaço para formalização de denúncias ou solicitação de providências, respeitado o tempo destinado à comissão.

§ 5º - Durante o período de atuação das comissões temporárias, as mesmas terão direito a igual tempo para livre manifestação no espaço destinado às comissões, deduzindo-se, proporcionalmente, o tempo das demais.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

3. É o breve relato dos fatos. OPINO.

II – FUNDAMENTAÇÃO

4. Dispõe o art. 55 do Projeto de Resolução da seguinte redação:

Art. 55 – Fica criado e instituído na Câmara Municipal de Monte Sião o espaço destinado para livre manifestação das comissões, com transmissão ao vivo pelos meios de comunicação oficiais da Câmara Municipal, que será realizado todas as segundas-feiras, de cada mês, das 17 (dezessete) horas às 19 (dezenove) horas, improrrogável, respeitado o decoro parlamentar e demais normas estabelecidas neste Regimento Interno.
§ 1º - Cada comissão poderá fazer uso da palavra pelo prazo de até 15 (quinze) minutos, improrrogáveis, com apartes, para as seguintes finalidades:
I - Apresentação de seus relatórios de trabalho;
II - Formalização de denúncias;
III - Solicitação de providências;
§ 2º - No espaço destinado às comissões, o Presidente da Câmara anunciará a comissão a que deva utilizar do tempo, e a condução dos trabalhos durante este período ficará à cargo do presidente da mesma.
§ 3º - Fica expressamente vedado, no espaço destinado às comissões, a discussão de assuntos aleatórios e sem qualquer tipo de relação com o tema principal da comissão, sob pena da comissão ter seu tempo cassado pelo Presidente da Câmara.
§ 4º - Poderão usar da palavra no espaço das comissões, prioritariamente, os seus membros; garantido aos demais

234

Vereadores espaço para formalização de denúncias ou solicitação de providências, respeitado o tempo destinado à comissão.
§ 5º - Durante o período de atuação das comissões temporárias, as mesmas terão direito a igual tempo para livre manifestação no espaço destinado às comissões, deduzindo-se, proporcionalmente, o tempo das demais.

5. Com a presente emenda, o art. 55 passará a dispor do seguinte:

Art. 55 – Fica criado e instituído na Câmara Municipal de Monte Sião o espaço destinado para livre manifestação das comissões, com transmissão ao vivo pelos meios de comunicação oficiais da Câmara Municipal, que será realizado durante a sessão ordinária, respeitado o decoro parlamentar e demais normas estabelecidas neste Regimento Interno.

§ 1º - Cada comissão poderá fazer uso da palavra pelo prazo de até 7 (sete) minutos, improrrogáveis, com apartes, para as seguintes finalidades:

I - Apresentação de seus relatórios de trabalho;

II - Formalização de denúncias;

III - Solicitação de providências;

§ 2º - No espaço destinado às comissões, o Presidente da Câmara anunciará a comissão a que deva utilizar do tempo, e a condução dos trabalhos durante este período ficará à cargo do presidente da mesma.

§ 3º - Fica expressamente vedado, no espaço destinado às comissões, a discussão de assuntos aleatórios e sem qualquer tipo de relação com o tema principal da comissão, sob pena da comissão ter seu tempo cassado pelo Presidente da Câmara.

§ 4º - Poderão usar da palavra no espaço das comissões, prioritariamente, os seus membros; garantido aos demais Vereadores espaço para formalização de denúncias ou solicitação de providências, respeitado o tempo destinado à comissão.

§ 5º - Durante o período de atuação das comissões temporárias, as mesmas terão direito a igual tempo para livre manifestação no espaço destinado às comissões, deduzindo-se, proporcionalmente, o tempo das demais.

6. Fica claro que a emenda procura alterar a dinâmica das comissões e suas reuniões.

7. Trata-se de matéria eminentemente *interna corporis*. Portanto, compete ao plenário e a Comissão de Justiça deliberar sobre este assunto. Ilegalidade, não há.

III - CONCLUSÃO

235

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, in verbis:

> **"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnicojurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex oficio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança n° 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)**

É o parecer, que ora submeto, à apreciação da digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa. Diante do exposto, salvo melhor juízo, a presente Emenda não possui irregularidades.

É, sub censura, o parecer que se submete à elevada apreciação, com base nas informações apresentadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.

Monte Sião, 31/10/2023

Vinicius Elvio Lozano
Procurador Jurídico
OAB/MG nº 221.635

236

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1306/2023
Data: 31/10/2023 Hora: 10:58:52
Natureza: Parecer

PROCURADORIA JURÍDICA

Parecer Nº 1

Emenda nº 20 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior

Data: 31 de Outubro de 2023.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de parecer jurídico sobre a emenda nº 20 ofertada pelos Vereadores Décio Fred, Angélica Artuso e Maurício Zucato ao Projeto de Resolução nº 09/2023.

2. Dispõe a Emenda nº 20 ao Projeto de Resolução nº 09/2023 da seguinte redação:

> **Art. 1º - O art. 121, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:**
>
> **"Art. 121 - As sessões plenárias ordinárias da Câmara realizar-se-ão todas as segundas-feiras, de cada mês, iniciando-se às 18h (dezoito horas), com duração máxima de três horas, prorrogável pelo tempo necessário para deliberação da matéria constante da Ordem do Dia, mediante requerimento verbal aprovado pela maioria absoluta dos vereadores, desde que antes de esgotado o tempo de duração da sessão plenária e solicitado uma única vez.".**
>
> **Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.**

3. **É o breve relato dos fatos.** OPINO.

II – FUNDAMENTAÇÃO

4. Dispõe o art. 55 do Projeto de Resolução da seguinte redação:

> **Art. 121 - As sessões plenárias ordinárias da Câmara realizar-se-ão todas as segundas-feiras, de cada mês, iniciando-se às 19h (dezenove horas), com duração máxima de três horas, prorrogável pelo tempo necessário para deliberação da matéria constante da Ordem do Dia, mediante requerimento verbal aprovado pela maioria absoluta dos vereadores, desde que antes de esgotado o tempo de duração da sessão plenária e solicitado uma única vez.**

5. Com a presente emenda, o art. 121 passará a dispor do seguinte:

> **Art. 121 - As sessões plenárias ordinárias da Câmara realizar-se-ão todas as segundas-feiras, de cada mês, iniciando-se às 18h (dezoito horas), com duração máxima de três horas, prorrogável pelo tempo necessário para deliberação da matéria constante da Ordem do Dia, mediante requerimento verbal aprovado pela maioria absoluta dos vereadores, desde que antes de esgotado o tempo de duração da sessão plenária e solicitado uma única vez.**

6. Fica claro que a emenda procura alterar a dinâmica e horário das sessões plenárias.

7. Trata-se de matéria eminentemente *interna corporis*. Portanto, compete ao plenário e a Comissão de Justiça deliberar sobre este assunto. Ilegalidade, não há.

III - CONCLUSÃO

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, in verbis:

> **"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnicojurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex oficio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança n° 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)**

É o parecer, que ora submeto, à apreciação da digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa. Diante do exposto, salvo melhor juízo, a presente Emenda não possui irregularidades.

É, sub censura, o parecer que se submete à elevada apreciação, com base nas informações apresentadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.

Monte Sião, 31/10/2023

Vinicius Elvio Lozano
Procurador Jurídico
OAB/MG nº 221.635

239

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1306/2023
Data: 31/10/2023 Hora: 10:58:52
Natureza: Parecer

PROCURADORIA JURÍDICA

Parecer Nº 1

Emenda nº 21 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior

Data: 31 de Outubro de 2023.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de parecer jurídico sobre a emenda nº 21 ofertada pelos Vereadores Décio Fred, Angélica Artuso e Maurício Zucato ao Projeto de Resolução nº 09/2023.

2. Dispõe a Emenda nº 21 ao Projeto de Resolução nº 09/2023 da seguinte redação:

> **Art. 1º - A alínea 'a', do art. 120, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:**
>
> **"a) Ordinária, composta de Espaço das Comissões, Expediente, Ordem do Dia e Palavra Franca;".**
>
> **Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.**

3. É o breve relato dos fatos. OPINO.

II – FUNDAMENTAÇÃO

4. Dispõe o art. 120 do Projeto de Resolução da seguinte redação:

> **Art. 120 - Sessão é a fase dos trabalhos legislativos destinado aos debates e deliberações em plenário e será:**
> **a) Ordinária, composta de Expediente, Ordem do Dia e Palavra Franca;**
> **b) Extraordinária, composta de Ordem do Dia;**
> **c) Solene, composta de Expediente.**
> **Parágrafo único - Serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quando ocorrer motivo relevante, devidamente justificado.**

5. Com a presente emenda, o art. 120 passará a dispor do seguinte:

> **Art. 120 - Sessão é a fase dos trabalhos legislativos destinado aos debates e deliberações em plenário e será:**
> **a) Ordinária, composta de Espaço das Comissões, Expediente, Ordem do Dia e Palavra Franca;**
> **b) Extraordinária, composta de Ordem do Dia;**
> **c) Solene, composta de Expediente.**
> **Parágrafo único - Serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quando ocorrer motivo relevante, devidamente justificado.**

6. Fica claro que a emenda procura alterar a dinâmica dos trabalhos legislativos na sessão.

7. Trata-se de matéria eminentemente *interna corporis*. Portanto, compete ao plenário e a Comissão de Justiça deliberar sobre este assunto. Ilegalidade, não há.

III - CONCLUSÃO

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, in verbis:

> **"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnicojurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex oficio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança n° 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)**

É o parecer, que ora submeto, à apreciação da digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa. Diante do exposto, salvo melhor juízo, a presente Emenda não possui irregularidades.

É, sub censura, o parecer que se submete à elevada apreciação, com base nas informações apresentadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.

Monte Sião, 31/10/2023

Vinicius Elvio Lozano
Procurador Jurídico
OAB/MG nº 221.635

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1310/2023
Data: 31/10/2023 Hora: 16:32:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 16 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 31 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO 43

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1310/2023
Data: 31/10/2023 Hora: 16:32:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 17 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 31 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1310/2023
Data: 31/10/2023 Hora: 16:32:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 18 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior, Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 31 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1310/2023
Data: 31/10/2023 Hora: 16:32:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 19 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior

Data: 31 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1310/2023
Data: 31/10/2023 Hora: 16:32:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 20 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior

Data: 31 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1310/2023
Data: 31/10/2023 Hora: 16:32:22
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 21 ao Projeto de Resolução nº 9/2023 - "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Autor do Anexo: Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior

Data: 31 de Outubro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que a mesma seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

248

CERTIDÃO Nº 55/2023

Aos 06 (seis) de novembro de 2023 ***CERTIFICO*** que o Vereador Sérgio Ricardo de Freitas e demais coautores, nos termos do art. 94 do Regimento Interno, solicitaram a retirada das **Emendas nº 01, 05 e 06 ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 02/2023** e das **Emendas nº 06, 07, 08, 10, 12, 13 e 14 ao Projeto de Resolução nº 09/2023**, sendo então arquivadas pelo Presidente da Câmara Municipal na 37ª Sessão Ordinária, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno.

Para constar, lavrei esta.

Sala das Sessões, em 06 de Novembro de 2023.

Élber Antonielle Donizete Veronez
Agente Administrativo I

249

Votação Única do Projeto de Resolução nº 9/2023
Reunião em 06/11/2023

Ementa: "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Entrada: 05/09/2023

Vereador	Favorável	Contrário	Abstenção
Angélica Artuso de Souza	X		
Antonio Osvaldo Inácio	X		
Décio Fred	X		
Donizeti Benedito da Silva	X		
Gedielson Fernandes Maciel	X		
Hércules Divino de Faria	X		
Maurício Zucato Júnior	X		
Platini dos Santos Pereira	Presidente		
Sérgio Ricardo de Freitas	X		
Total	8	0	

250

Votação Única da Emenda nº 1 ao Projeto de Resolução nº 9/2023
Reunião em 06/11/2023

Ementa: "Acrescenta-se o § 2º ao art. 61 do Projeto de Resolução nº 9/2023".

Entrada: 19/10/2023

Vereador	Favorável	Contrário	Abstenção
Angélica Artuso de Souza	X		
Antonio Osvaldo Inácio	X		
Décio Fred	X		
Donizeti Benedito da Silva	X		
Gedielson Fernandes Maciel	X		
Hércules Divino de Faria	X		
Maurício Zucato Júnior	X		
Platini dos Santos Pereira	Presidente		
Sérgio Ricardo de Freitas	X		
Total	8	0	

251

Votação Única da Emenda nº 16 ao Projeto de Resolução nº 9/2023
Reunião em 06/11/2023

Ementa: "Modifica-se o §4º, do art. 30, do Projeto de Resolução nº 09/2023."

Entrada: 30/10/2023

Vereador	Favorável	Contrário	Abstenção
Angélica Artuso de Souza	X		
Antonio Osvaldo Inácio	X		
Décio Fred	X		
Donizeti Benedito da Silva	X		
Gedielson Fernandes Maciel	X		
Hércules Divino de Faria	X		
Maurício Zucato Júnior	X		
Platini dos Santos Pereira	Presidente		
Sérgio Ricardo de Freitas	X		
Total	8	0	

252

Votação Única da Emenda nº 17 ao Projeto de Resolução nº 9/2023
Reunião em 06/11/2023

Ementa: "Modifica-se o art. 54, do Projeto de Resolução nº 09/2023."

Entrada: 30/10/2023

Vereador	Favorável	Contrário	Abstenção
Angélica Artuso de Souza	X		
Antonio Osvaldo Inácio	X		
Décio Fred	X		
Donizeti Benedito da Silva	X		
Gedielson Fernandes Maciel	X		
Hércules Divino de Faria	X		
Maurício Zucato Júnior	X		
Platini dos Santos Pereira	Presidente		
Sérgio Ricardo de Freitas	X		
Total	8	0	

253

Votação Única da Emenda nº 18 ao Projeto de Resolução nº 9/2023
Reunião em 06/11/2023

Ementa: "Modifica-se o art. 49, do Projeto de Resolução nº 09/2023."

Entrada: 30/10/2023

Vereador	Favorável	Contrário	Abstenção
Angélica Artuso de Souza	X		
Antonio Osvaldo Inácio	X		
Décio Fred	X		
Donizeti Benedito da Silva	X		
Gedielson Fernandes Maciel	X		
Hércules Divino de Faria	X		
Maurício Zucato Júnior	X		
Platini dos Santos Pereira	Presidente		
Sérgio Ricardo de Freitas	X		
Total	8	0	

Votação Única da Emenda nº 19 ao Projeto de Resolução nº 9/2023
Reunião em 06/11/2023

Ementa: "Modifica-se o art. 55, do Projeto de Resolução nº 09/2023."

Entrada: 30/10/2023

Vereador	Favorável	Contrário	Abstenção
Angélica Artuso de Souza	X		
Antonio Osvaldo Inácio	X		
Décio Fred	X		
Donizeti Benedito da Silva	X		
Gedielson Fernandes Maciel	X		
Hércules Divino de Faria	X		
Maurício Zucato Júnior	X		
Platini dos Santos Pereira	Presidente		
Sérgio Ricardo de Freitas	X		
Total	8	0	

759

Votação Única da Emenda nº 20 ao Projeto de Resolução nº 9/2023
Reunião em 06/11/2023

Ementa: "Modifica-se o art. 121, do Projeto de Resolução nº 09/2023."

Entrada: 30/10/2023

Vereador	Favorável	Contrário	Abstenção
Angélica Artuso de Souza	X		
Antonio Osvaldo Inácio	X		
Décio Fred	X		
Donizeti Benedito da Silva	X		
Gedielson Fernandes Maciel	X		
Hércules Divino de Faria	X		
Maurício Zucato Júnior	X		
Platini dos Santos Pereira	Presidente		
Sérgio Ricardo de Freitas	X		
Total	8	0	

256

Votação Única da Emenda nº 21 ao Projeto de Resolução nº 9/2023
Reunião em 06/11/2023

Ementa: "Modifica-se a alínea 'a', do art. 120, do Projeto de Resolução nº 09/2023."

Entrada: 30/10/2023

Vereador	Favorável	Contrário	Abstenção
Angélica Artuso de Souza	X		
Antonio Osvaldo Inácio	X		
Décio Fred	X		
Donizeti Benedito da Silva	X		
Gedielson Fernandes Maciel	X		
Hércules Divino de Faria	X		
Maurício Zucato Júnior	X		
Platini dos Santos Pereira	Presidente		
Sérgio Ricardo de Freitas	X		
Total	8	0	

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO 257

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9/2023
AUTÓGRAFO Nº 15/2023

Aprovado por Unanimidade
Sala das Sessões 06/11/23

"Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, APROVA, E EU, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

TÍTULO I
DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A Câmara Municipal é o órgão Legislativo do Município e se compõe de Vereadores, eleitos de acordo com a legislação vigente.

CAPÍTULO II
DAS FUNÇÕES DA CÂMARA

Art. 2º - O Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal que tem funções legislativas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando, ainda, as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

§ 1º - A função legislativa consiste em elaborar leis sobre todas as matérias de competência do Município, conforme dispõe a Constituição Federal.

§ 2º - A função do assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, mediante Indicações e Requerimentos.

§ 3º - A função de fiscalização e controle é de caráter político-administrativo e se exerce apenas sobre o Prefeito, Secretários e/ou Diretores Municipais, Vereadores, dirigentes de Autarquias, Fundações e Empresas Estatais e, ainda, sobre servidores ocupantes de cargos comissionados ou funções de confiança.

§ 4º - A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionamento e a estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

§ 5º - A Câmara Municipal exercerá suas funções com independência e harmonia, em relação ao Executivo, deliberando sobre todas as matérias de sua competência, na forma estabelecida por este Regimento Interno.

CAPÍTULO III
DA SEDE DA CÂMARA

Art. 3º - A Câmara Municipal de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, tem sua sede própria, denominada "Carlos Faraco", situada na Rua João Machado Primo, 82 – Valle Dei Fiori – Monte Sião – MG, onde realizará suas sessões.

§ 1º - As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara, a requerimento da maioria absoluta dos Vereadores ou por decisão da Mesa Diretora.

§ 2º - Na sede da Câmara não se realizarão atividades extra legislativas, exceto com autorização do Presidente da Câmara, mediante requerimento escrito protocolado com antecedência mínima de 7 (sete) dias, desde que atendidos os demais requisitos previstos na Resolução nº 497/2022.

Art. 4º - Qualquer cidadão poderá assistir às reuniões da Câmara Municipal na parte do recinto que lhe é reservada.

Parágrafo único - Por ato devidamente justificado, poderá o Presidente da Câmara determinar a retirada do recinto de qualquer cidadão.

Art. 5° - Às reuniões da Câmara serão asseguradas ampla publicidade, garantindo-se o acesso à imprensa e à população em geral, através de todos os meios de comunicação disponíveis, especialmente pela página eletrônica da Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV
DA LEGISLATURA

259

Art. 6° - A Legislatura compreenderá quatro Sessões Legislativas, com início, cada uma em 1º de janeiro.

§ 1º - A Câmara reunir-se-á ordinariamente na sede do Município, de 1º de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 2º - Considera-se o período de recesso, de 16 a 31 de julho e de 16 de dezembro a 31 de janeiro como férias legislativas, ficando suspensos os prazos regimentais nestes períodos.

Seção Única
Da Sessão de Instalação e Posse

Art. 7º - No primeiro ano de cada Legislatura, no dia primeiro de janeiro, às 20h00, a Câmara Municipal reunir-se-á nos termos da Lei Orgânica Municipal, em Sessão Solene de Instalação e Posse, independentemente de convocação e "quórum", sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, o qual designará um de seus pares para secretariar os trabalhos, ocasião em que se dará posse ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

§ 1º - Na ocasião da posse, o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores eleitos deverão apresentar seus diplomas e suas declarações de bens, ao Setor de Protocolo da Câmara Municipal, até 3 (três) dias úteis antes da sessão de instalação.

§ 2º - Verificada a autenticidade dos diplomas expedidos pela Justiça Eleitoral e as Declarações de Bens protocoladas na Câmara Municipal, serão os Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito empossados após prestarem o compromisso constante dos seguintes termos regimentais:

"PROMETO CUMPRIR COM HONRA E DIGNIDADE O MANDATO A MIM CONFIADO PELOS CIDADÃOS MONTE-SIONENSES, EM PLENA CONSONÂNCIA COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, LEI ORGÂNICA E AS LEIS, BUSCANDO SEMPRE O ENGRANDECIMENTO DE NOSSO MUNICÍPIO.".

§ 3º - Na sessão solene de instalação da Câmara o uso da palavra será exclusivo aos Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito e um representante das autoridades presentes, pelo prazo máximo de 05 (cinco) minutos cada um, desde que devidamente inscritos com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do início da sessão.

§ 4º - Tendo prestado compromisso uma vez, fica o suplente de Vereador ou Vice-Prefeito dispensado de fazê-lo, novamente, em convocação subsequente, procedendo-se da mesma forma com relação à declaração pública de bens.

§ 5º - A declaração de bens também deverá ser protocolada na Câmara Municipal ao final do mandato.

TÍTULO II
DA MESA DIRETORA

CAPÍTULO I
DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA

Art. 8º - A Mesa Diretora é composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, eleitos na forma estabelecida neste Regimento Interno.

§1º - O mandato da Mesa Diretora é de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§2º - Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

Art. 9º - Imediatamente depois da posse, respeitado o prazo do inciso I deste artigo, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais votado entre os presentes, para eleição da Mesa Diretora da Casa, observado o seguinte:

§ 1º - A eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal para o primeiro e segundo biênio e o preenchimento de vagas nela verificada, serão feitas de forma nominal e aberta, observadas as seguintes exigências e formalidades:

I - Registro individual da candidatura para o cargo desejado, junto ao Setor de Protocolo, em formulário próprio, até 30 (trinta) minutos antes do início da sessão destinada à eleição;

II - Presença da maioria absoluta dos membros da Câmara;

III - A votação se dará de forma aberta, com divulgação pelo Presidente da Câmara dos nomes inscritos aos respectivos cargos.

IV - A eleição far-se-á através da chamada nominal dos Vereadores, obedecida à ordem alfabética, os quais um a um, ao serem chamados, proferirão seu voto ao cargo em disputa de forma verbal.

V- A ordem de votação obedecerá ao seguinte:

a) Para Presidente da Câmara;

b) Para Vice-Presidente;

c) Para 1º Secretário;

d) Para 2º Secretário.

§ 2º - É vedada aos Vereadores a inscrição para mais de 01 (um) cargo.

§ 3º - Ocorrendo empate, proceder-se-á novo escrutínio aberto e nominal entre os mais votados e, persistindo ainda o empate será considerado eleito o Vereador mais votado nas eleições municipais.

§ 4º - A eleição da Mesa Diretora para o segundo biênio far-se-á no dia 15 de dezembro do segundo ano de cada legislatura, em horário a ser designado pelo Presidente da Câmara no ofício de convocação, considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir de 1º de janeiro da terceira Sessão Legislativa, com a lavratura do respectivo termo de posse.

§ 5º - Na hipótese de não se realizar a sessão ou eleição previstas no § 4º deste artigo, caberá ao Presidente da Câmara ou seu substituto legal, cujos mandatos se findam, a convocação de sessões extraordinárias diárias, sem remuneração, até que seja eleita a Mesa Diretora.

§ 6º - Nos demais casos, observar-se-á as normas deste Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município.

Art. 10 - No início de cada Legislatura, a Mesa Diretora eleita em 1° de janeiro, reunirá os Vereadores e fará sorteio para a utilização dos gabinetes que perdurará até o final dos respectivos mandatos.

§ 1º - Para efeito do sorteio mencionado, ficam excluídos do procedimento os gabinetes dos Vereadores reeleitos.

§ 2º - Para o segundo biênio da Legislatura, o gabinete ocupado pelo Vereador que se eleger Presidente da Câmara será transferido, automaticamente, para o Vereador que estiver deixando a Presidência.

§ 3º - Todos os móveis, utensílios e equipamentos colocados à disposição em cada gabinete, serão de uso exclusivo para os Vereadores e respectivos assessores, sendo expressamente vedada sua utilização por terceiros.

§ 4º - É de inteira responsabilidade dos Vereadores a utilização correta, a guarda e a conservação de móveis, utensílios e equipamentos que guarnecem seus gabinetes.

CAPITULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DA MESA DIRETORA

Art. 11 - Compete à Mesa Diretora dentre outras atribuições:

I - Propor projeto de lei complementar dispondo sobre vencimentos e cargos dos serviços da Câmara Municipal;

II – Propor projeto de lei complementar concedendo a revisão geral anual prevista na Constituição Federal e reajuste real aos servidores do Legislativo Municipal;

III – Propor projeto de lei complementar fixando os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais, para a legislatura subsequente, até 30 (trinta) dias antes da realização das eleições municipais, sem prejuízo da iniciativa de qualquer Vereador, observado o disposto na Constituição Federal;

IV - Propor, através de projeto de resolução, diárias e verbas indenizatórias aos Vereadores e servidores do Poder Legislativo;

V - Propor projetos de lei dispondo sobre créditos especiais ou suplementares, através de anulação das dotações da Câmara e suplementar, mediante ato, as dotações do orçamento da Câmara, observando o limite de autorização constante na lei orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

VI – Propor ação de inconstitucionalidade por iniciativa própria ou à requerimento de qualquer Vereador ou comissão, observado o disposto na Constituição do Estado de Minas Gerais e na Constituição Federal;

VII - Tomar as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

VIII - Promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

IX - Representar, junto ao Executivo, sobre necessidade de economia interna;

X - Não permitir que servidores desse Legislativo mantenham vínculo empregatício com outros poderes, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal;

XI - Enviar ao Executivo Municipal, as contas do exercício anterior, dentro do prazo legal, para consolidação;

Parágrafo único - Havendo empate nas deliberações da Mesa Diretora, o Presidente da Câmara terá direito ao voto de qualidade, isto é, terá seu voto computado em dobro.

Art. 12 - Em caso de renúncia ou destituição de qualquer membro da Mesa Diretora, o seu sucessor legal, assumirá imediatamente a vaga verificada até a realização de nova eleição, conforme procedimento disposto neste Regimento Interno, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

CAPÍTULO III
DA DESTITUIÇÃO DE MEMBRO DA MESA DIRETORA

Art. 13 - O processo de destituição de qualquer componente da Mesa Diretora, terá início por representação subscrita, no mínimo, por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, protocolada e necessariamente lida na sessão subsequente, por qualquer de seus signatários, independentemente de constar em Pauta, com ampla e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas, nos termos do Código de Ética e Decoro Parlamentar e deste Regimento Interno.

§ 1º - Oferecida a representação, serão sorteados três Vereadores, estando impedidos o primeiro signatário da representação e o acusado, para constituírem a Comissão Processante, os quais elegerão, desde logo, o presidente e o relator.

§ 2º - Instalada a comissão processante, o acusado será notificado dentro de 03 (três) dias úteis, com a remessa de cópia da representação e dos documentos que a instruírem, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretende produzir e arrole testemunhas.

§ 3º - Findo o prazo, a comissão processante, de posse ou não da defesa prévia, procederá diligências que entender necessárias, emitindo, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, seu parecer que deverá concluir pela improcedência das acusações, se julgá-las infundadas, ou, em caso contrário, por projeto de resolução propondo a destituição do acusado.

§ 4º - O acusado poderá acompanhar todos os atos e diligências da comissão processante.

§ 5º - O parecer que conclua pela improcedência das acusações, se aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara, ensejará o arquivamento do processo, caso contrário, seguirá o disposto no § 6º deste artigo.

§ 6º - O projeto de resolução propondo a destituição será apreciado, em discussão e votação únicas, exigindo-se para sua aprovação, o voto favorável de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

§ 7º - Durante a discussão do projeto de resolução a que se refere o parágrafo anterior, o relator, o acusado poderá manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 30 (trinta) minutos cada um.

§ 8º - A resolução respectiva será promulgada de imediato pela Mesa Diretora, se a destituição não houver atingido a maioria de seus membros, caso contrário pela Comissão de Justiça e Redação.

CAPÍTULO IV
DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Art. 14 - O Presidente da Câmara é o representante legal da Câmara Municipal nas suas relações externas, cabendo-lhe a superintendência administrativa e diretiva das atividades internas, competindo-lhe privativamente, além do que é permitido pela Lei Orgânica Municipal, o seguinte:

I - Das atividades legislativas:

a) determinar a retirada de projetos a requerimento do autor, declará-la prejudicada e promover o seu arquivamento ou desarquivamento quando assim previsto neste Regimento Interno;

b) despachar as proposições às comissões competentes e incluí-las na pauta dos trabalhos legislativos, nos termos dos dispositivos regimentais;

c) zelar pelos prazos do processo legislativo;

d) convocar sessão solene, de eleição da Mesa Diretora e sessão plenária extraordinária com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes de seu início, apresentando nesta última justificativa e pauta determinada;

e) nomear os membros das comissões temporárias e designar-lhes substitutos através de portaria;

f) declarar a perda de lugar de membros das comissões quando incidir no número legal de faltas através de portaria;

g) constituir e nomear comissões especiais e de representação através de portaria;

h) deferir, nos termos da lei, o requerimento de convocação de sessão extraordinária, determinando, dentro do prazo de 36 (trinta e seis horas) horas, o dia e a hora da sessão plenária extraordinária em cuja pauta deverá constar a matéria especificada no ofício de convocação e a devida justificativa, observadas as formalidades do art. 126 deste Regimento Interno;

i) não aceitar substitutivo, emenda e subemenda que não sejam pertinentes à proposição inicial, indeferindo, de imediato, sua apresentação;

j) declarar prejudicada a proposição, em face da rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objetivo;

k) promulgar e fazer publicar resoluções e decretos legislativos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua aprovação definitiva pelo plenário;

l) promulgar e fazer publicar as leis quando o Prefeito Municipal tenha deixado de fazê-lo, no prazo de 48 (quarenta e oito horas).

m) solicitar, por decisão da maioria absoluta da Câmara, a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual;

II - Das atividades de plenário:

a) presidir, abrir, encerrar, suspender as sessões por tempo determinado e não superior a 60 (sessenta) minutos, observando e fazendo observar as normas legais e regimentais vigentes;

b) prorrogar as sessões, desde que aprovado pela maioria absoluta da Câmara, até o término da Ordem do Dia;

c) determinar ao secretário a leitura da ata, dos papéis e demais comunicações direcionadas à Câmara Municipal;

d) determinar de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação da presença dos Vereadores;

e) conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos regimentais, e não permitir divagações ou apartes estranhos ao assunto em questão;

f) interromper o orador que se desviar de questão em debate e falar sem respeito devido à Câmara ou a qualquer de seus membros, cassando-lhe a palavra, podendo, ainda, suspender a sessão plenária, quando não atendido e as circunstâncias o exigirem;

g) advertir o orador quando se esgotar o tempo a que tem direito;

h) designar os trabalhos que devam formar a Ordem do Dia, obedecendo a rigorosa precedência e submetê-los à discussão e votação;

i) estabelecer o objetivo da discussão e o ponto sobre o qual deverá recair a votação, dividindo as questões que forem complexas e anunciar o resultado das votações;

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO
266

j) resolver, soberanamente, quaisquer Questões de Ordem ou submetê-las ao plenário, quando omisso neste Regimento Interno;

k) resolver sobre requerimento que por este Regimento Interno for de sua alçada;

l) manter a ordem no recinto da Câmara, advertir o público quando necessário, solicitar a retirada do recinto, podendo requerer a força policial necessária para esses fins;

m) distribuir e encaminhar os projetos de lei, resoluções, decretos legislativos, indicações e requerimentos, que devam ser informados ou executados pelo Prefeito, ou sobre os que tenham de receber pareceres, às comissões;

n) fazer constar obrigatoriamente, da Ordem do Dia, mesmo sem parecer das comissões, os projetos cujos prazos regimentais para emissão de pareceres estejam vencidos;

o) fazer constar obrigatoriamente, da Ordem do Dia, as proposições cujos prazos regimentais estejam vencidos;

p) declarar extinção de mandato nos casos estabelecidos pela Lei.

q) interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

III - Das atividades administrativas:

a) contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

b) nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir e punir servidores da Câmara Municipal, nos termos da Lei;

c) representar a Câmara em Juízo ou fora;

d) censurar a publicação dos trabalhos da Câmara quando violarem o decoro parlamentar;

e) manter, em nome da Câmara, todos os contatos de direito com o Prefeito e demais autoridades;

f) assinar as atas das sessões, os editais, as portarias e o expediente da Câmara, assim como papéis de competência da Mesa Diretora;

g) licenciar-se do cargo de Vereador quando precisar ausentar-se do município por mais de 15 (quinze) dias;

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO
267

h) requisitar numerário e aplicar as disponibilidades financeiras no mercado de capital;

i) elaborar e expedir, mediante ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-la quando necessário;

j) superintender os serviços da Câmara Municipal e autorizar suas despesas orçamentárias e extraorçamentárias, expedindo os atos normativos;

k) assinar atos, contratos, representações e expedientes de sua iniciativa e responsabilidade;

l) requisitar os recursos financeiros para as despesas da Câmara; ordenar as despesas de administração e autorizar o processo licitatório para compras, obras e serviços da Câmara Municipal, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente;

m) autorizar o pagamento de diárias, adiantamentos e reembolsos aos Vereadores e servidores, em razão de viagens previamente justificadas por escrito, na forma da legislação vigente;

n) determinar a abertura de Sindicância, Inquéritos e Processos Administrativos;

o) providenciar, nos termos da Constituição Federal, a expedição de certidões que lhe forem solicitadas, relativas a despachos, atos ou informações, observando os prazos da legislação federal pertinente;

p) fornecer cópia das gravações das sessões legislativas, quando requeridas por escrito;

q) determinar e levantar o sigilo de documentos, observada a legislação pertinente.

Art. 15 - Ao Presidente da Câmara é facultado o direito de apresentar proposições à consideração do plenário, mas para discuti-las deverá afastar-se da presidência enquanto se tratar do assunto proposto.

Art. 16 - Quando o Presidente da Câmara omitir ou exorbitar das funções que lhe são atribuídas neste Regimento Interno, qualquer Vereador poderá reclamar sobre o fato, cabendo-lhe recurso do ato ao plenário.

Art. 17 - O recurso contra ato do Presidente da Câmara será interposto dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis contados da data da ocorrência, por simples petição protocolada e dirigida à Comissão de Justiça e Redação.

§ 1º - Após notificação expedida pela Comissão de Justiça e Redação, o Presidente da Câmara, terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis para apresentar sua defesa.

§ 2º - Exaurido o prazo previsto no parágrafo anterior, a Comissão de Justiça e Redação elaborará projeto de resolução acolhendo ou denegando o recurso, sendo dado à Ordem do Dia da primeira sessão plenária que houver.

§ 3º - Da decisão do plenário, caberá ao Presidente da Câmara cumpri-la, fielmente, sob pena de sujeitar-se ao processo de destituição.

Art. 18 - O Vereador no exercício da presidência, estando com a palavra, não poderá ser interrompido ou aparteado, sendo-lhe vedado estabelecer debates com os Vereadores.

CAPÍTULO V
DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

Art. 19 - Compete ao Vice-Presidente da Câmara Municipal:

I - Substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências do município por mais de 15 (quinze) dias, omissões, impedimentos ou licenças, ocasião em que se lavrará o competente termo de posse, na data em que oficializar a licença ou impedimento;

II - Assumir a Presidência no caso de vacância até a realização de nova eleição;

III - Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo de 48 (quarenta e oito horas), sob pena de perda do mandato de membro da Mesa Diretora;

IV - Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as leis quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo no prazo de 48 (quarenta e oito horas) para cada, sob pena de perda do mandato de membro da Mesa Diretora;

V - Gerenciar junto aos departamentos da Casa, as atividades atinentes ao processo legislativo e administrativo, recebendo e apresentando sugestões ao Presidente, buscando a melhor qualidade na execução dos serviços;

VI – Assinar com os demais membros os Atos da Mesa Diretora.

CAPÍTULO VI

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO
267

DOS SECRETÁRIOS

Art. 20 - Compete ao 1º Secretário:

I - Atestar a presença dos Vereadores no painel eletrônico ao abrir a sessão plenária, ou em qualquer ocasião por determinação do Presidente da Câmara, anotando os comparecimentos e faltas e outras ocorrências sobre o assunto em ata;

II - Ler durante a sessão plenária, além da ata, todo o expediente, bem como as proposituras e demais papéis sujeitos a deliberação ou conhecimento da Câmara, facultado ao autor a leitura de sua autoria;

III - Anotar tudo o que ocorrer na sessão plenária, tomando os necessários apontamentos, lançando os despachos do Presidente da Câmara ou as deliberações da Câmara, para ao final ser lavrada, resumidamente, a ata em livro próprio;

IV - Assinar as atas e papéis de competência da Mesa Diretora;

V - Redigir e transcrever as atas de sessões secretas.

Parágrafo único - Compete ao 2º Secretário, substituir o 1º Secretário em suas ausências, faltas, omissões e impedimentos.

TÍTULO III
DOS VEREADORES

CAPÍTULO I
DOS VEREADORES

Art. 21 - Os Vereadores são agentes políticos investidos do mandato legislativo municipal para uma Legislatura de quatro anos.

Seção I
Dos Direitos e Deveres

Art. 22 - O Vereador terá direito à inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município e não será obrigado a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre pessoa que lhe confiou ou dele recebeu informação.

Art. 23 - Compete ao Vereador:

I - Comparecer a todas as reuniões da Câmara, participando das discussões e deliberações do Plenário;

II – Votar e ser votado para os cargos da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes;

III - Apresentar proposições que visem ao interesse público e coletivo;

IV - Usar da palavra em defesa das proposições apresentadas à deliberação do Plenário ou em oposição a elas;

V - Solicitar, por intermédio do Presidente da Câmara, informações das autoridades competentes sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sobre fato sujeito à fiscalização da Câmara Municipal.

Art. 24 - São deveres do Vereador:

I - Desincompatibilizar-se nos casos previstos em Lei e apresentar sua declaração de bens no ato da posse;

II - Exercer as atribuições enumeradas no artigo anterior;

III - Comparecer convenientemente trajado, de paletó ou equivalente, às sessões, obedecendo ao horário regimental e pré-estabelecido;

IV - Cumprir os deveres dos cargos para os quais for eleito ou designado;

V - Votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara Municipal, salvo quando ele próprio ou parente afim ou consanguíneo até terceiro grau, inclusive, tiver interesse pessoal na deliberação, sob pena de nulidade do seu voto, devendo neste caso abster-se;

VI – Comportar-se em plenário com respeito, obedecendo as normas regimentais, principalmente quanto ao uso da palavra, em tom que não perturbe os trabalhos;

VII - obedecer às normas regimentais;

VIII - permanecer em plenário durante a realização das sessões, participando das discussões e deliberações, ressalvados casos excepcionais, autorizados pela Presidência.

Parágrafo único - À Presidência da Câmara compete tomar as providências necessárias à defesa dos direitos dos Vereadores quando no exercício do mandato.

271

Art. 25 - Se qualquer Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente da Câmara conhecerá o fato e tomará as seguintes providências, segundo sua gravidade:

I - Advertência pessoal;

II - Cassação da palavra;

III - Determinação para retirar-se do plenário;

IV - Suspensão da sessão ou dos trabalhos;

V - Entendimentos no gabinete da presidência;

VI - Encaminhamento à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar para apuração dos fatos;

Seção II
Da Licença e Convocação do Suplente

Art. 26 - O Vereador poderá licenciar-se mediante requerimento dirigido à Presidência, por prazo determinado, nos seguintes casos:

I - Por motivo de doença;

II - Para tratar de interesse particular, sem remuneração, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;

III - Para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município;

IV – Quando investido no cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, conforme previsto na Lei Orgânica Municipal.

§ 1º - Na hipótese em que a licença se der por motivo de doença e ultrapassar 15 (quinze) dias corridos, o Setor de Recursos Humanos providenciará a devida comunicação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para as providências legais cabíveis;

§ 2º - No caso do deferimento de benefício pelo INSS, a Câmara poderá determinar o pagamento complementar até o limite do subsídio do Vereador, mediante aprovação de resolução, de autoria da Mesa Diretora, por maioria absoluta dos membros da Casa.

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO
272

§ 3º - A aprovação de resolução, de autoria da Mesa Diretora, por maioria absoluta dos membros da Casa também poderá ser realizada no caso previsto no inciso III deste artigo.

§ 4º - A licença para tratar de interesse particular não será inferior a 30 (trinta) dias e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 5º - Independentemente de requerimento considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões de Vereador privado temporariamente de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

§ 6º - Na hipótese do inciso IV deste artigo, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 27 - A aprovação dos pedidos de licença dar-se-á no Expediente das sessões, com preferência sobre qualquer matéria, sem discussão, podendo ser rejeitado somente por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

§ 1º - Quando um Vereador solicitar licença, a convocação do respectivo suplente poderá ser feita na mesma sessão plenária em que for concedida.

§ 2º - Estando presente no recinto da Câmara o suplente que deverá ser convocado, o Presidente da Câmara o convidará a preencher imediatamente a vaga verificada, desde que esteja legalmente diplomado e apresente a devida declaração de bens.

§ 3º - O Vereador, mediante requerimento, poderá renovar sua licença independentemente do seu comparecimento à Câmara.

§ 4º - O suplente convocado exercerá o mandato durante todo o tempo em que estiver afastado o Vereador licenciado pela Câmara.

§ 5º - O Vereador ou suplente de Vereador para licenciar-se, precisa antes assumir e estar no exercício do mandato.

§ 6º - Ocorrendo qualquer vaga ou licença de Vereador, o Presidente da Câmara convocará, em até 48 (quarenta e oito) horas, o suplente conforme ordem da respectiva diplomação.

§ 7º - Perderá o direito de assumir a vaga, o suplente que, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da sua convocação, deixar de tomar posse, salvo motivo justificado reconhecido pelo Plenário por maioria absoluta.

§ 8º - Enquanto a vaga do suplente não for preenchida, calcular-se-á o "quórum" em função dos Vereadores remanescentes.

§ 9º - O suplente substituirá o Vereador licenciado nas respectivas comissões permanentes e temporárias.

§ 10 - Em caso de licença de qualquer membro da Mesa Diretora, o seu sucessor legal, assumirá imediatamente a vaga verificada até o retorno do licenciado.

Seção III
Da extinção e perda do mandato

Art. 28 - Perderá o mandato o Vereador:

I - Que infringir quaisquer das proibições estabelecidas na Lei Orgânica Municipal;

II – Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III - Que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV - Que deixar de comparecer em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V - Que fixar residência fora do Município;

VI - Que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VII - Quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VIII - Que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º - Além de outros casos definidos neste Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II, III e VIII a perda do mandato será decidida pela Câmara por votação nominal e maioria absoluta, mediante aprovação da Mesa Diretora ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos IV a VII a perda será declarada pela Mesa Diretora, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

§ 4º - Não perderá o mandato o Vereador, no caso do inciso VIII, se cabível a suspensão condicional do processo.

Art. 29 - A declaração de renúncia do Vereador ao mandato deve ser dirigida por escrito à Mesa Diretora, e independe de aprovação da Câmara, mas somente se tornará efetiva e irretratável depois de lida em plenário pelo Presidente e devidamente publicada pela Diretoria Geral.

Parágrafo único - Considera-se também haver renunciado o Vereador que não prestar compromisso no prazo estabelecido na Lei Orgânica e neste Regimento Interno;

CAPÍTULO II
DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES

Art. 30 - Os Vereadores farão jus a um subsídio mensal, fixado pela Câmara Municipal, com até 30 (trinta) dias de antecedência das eleições municipais, para vigorar na Legislatura subsequente, através de Lei Complementar de autoria da Mesa Diretora, observados os critérios definidos na Lei Orgânica e os limites estabelecidos na Constituição Federal.

§ 1º - Poderá a Câmara Municipal, desde que observados os limites e critérios fixados em legislação específica, atualizar a remuneração dos Vereadores para a mesma Legislatura, conforme disposto na Lei Orgânica Municipal.

§ 2º - Ficam estabelecidos os seguintes critérios para desconto dos Vereadores ausentes nas sessões plenárias ordinárias e extraordinárias:

I - 1 (uma) falta no mês terá o desconto de 10% (dez por cento) no subsídio;

II - 02 (duas) faltas no mês terá o desconto de 20% (vinte por cento) no subsídio;

III - 03 (três) faltas no mês terá o desconto de 40% (quarenta por cento) no subsídio;

IV - 04 (quatro) ou mais faltas no mês terá o desconto de 80% (oitenta por cento) no subsídio.

275

"§ 3º - Fica expressamente vedado o abono de falta de vereador, cujo desconto deverá ser processado de forma automática pelo Setor de Recursos Humanos, salvo nos seguintes casos:

I - Apresentação de Atestado Médico ou Odontológico;

II - Apresentação de relatório de viagem oficial da Câmara Municipal ou a serviço do Município;

III - Apresentação de atestado de doação voluntária de sangue;

IV - Apresentação de atestado médico de acompanhante do cônjuge ou companheira nas consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez ou em casos de cirurgias, ainda que eletivas;

V - Apresentação de atestado médico de acompanhante de filho de até 14 (quatorze) anos em consulta ou exame;

VI - Apresentação de certidão/declaração de comparecimento perante a Justiça como parte, testemunha ou jurado;

VII - Em caso de morte de cônjuge, companheiro(a) ou parente de até 3º (terceiro grau).

VIII - Mediante requerimento protocolado e endereçado ao Presidente da Câmara para deferimento, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data em que o vereador não se fará presente, não podendo, neste caso, ser abonada mais de uma falta por mês.". (Redação alterada pela Emenda nº 16 ao Projeto de Resolução nº 09/2023).

CAPÍTULO III
DAS LIDERENÇAS, BANCADAS E BLOCOS PARLAMENTARES

Art. 31 - Bancada é o agrupamento organizado dos Vereadores de uma mesma agremiação partidária ou distinta e o Líder é o porta-voz da respectiva Bancada e o intermediário entre esta e os órgãos da Câmara.

§ 1º - Cada Bancada indicará à Mesa Diretora por meio de ofício, em até 30 (trinta) dias após o início de cada Sessão Legislativa, a sua composição, o nome de seu Líder e do Vice-líder, escolhidos em reunião por ela realizada para este fim.

§ 2º - Os Líderes têm por função a manifestação em Plenário em nome de sua Bancada, apresentando o seu ponto de vista sobre a matéria em debate.

276

§ 3º - Na ausência dos Líderes falarão os Vice-líderes.

Art. 32 - Caberá ao Prefeito indicar em até 30 (trinta) dias após o início de cada Sessão Legislativa, o nome de seu Líder e Vice-líder na Câmara Municipal.

Parágrafo único – Cabe ao Líder do Prefeito a intermediação entre o Legislativo e o Executivo, resguardado o direito de manifestar-se sobre assuntos de interesse do Prefeito Municipal.

Art. 33 - Além de outras atribuições definidas por este Regimento Interno, cabe aos Líderes:

I - Falar Pela Ordem, dirigir à Mesa Diretora comunicações relativas à sua Bancada, Partido ou Bloco Parlamentar quando, pela sua relevância e urgência, interesse ao conhecimento da Câmara;

II - Encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua Bancada, por tempo não superior a 1 (um) minuto.

Art. 34 - A Mesa Diretora da Câmara Municipal será cientificada de qualquer alteração ocorrida nas Lideranças.

Art. 35 - É facultado às Bancadas, por decisão da maioria de seus membros, constituírem Bloco Parlamentar sob liderança comum, vedada a participação de cada uma delas em mais de um bloco.

Parágrafo único - Os Blocos Parlamentares deverão se submeter às mesmas regras e terão as mesmas prerrogativas das Bancadas.

TÍTULO IV
DAS COMISSÕES

CAPÍTULO I
DAS COMISSÕES

Art. 36 - As Comissões são órgãos técnicos destinados, em caráter permanente ou transitório, a proceder estudos, emitir pareceres especializados, realizar investigações e representar o Legislativo.

Art. 37 - As Comissões da Câmara Municipal são permanentes ou temporárias:

277

I - Permanentes, que têm por objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame, manifestar sobre eles a sua opinião e preparar, por iniciativa própria ou por indicação do plenário, projeto de lei atinente à sua especialidade.

II - Temporárias, são constituídas com finalidades especiais e se extinguem com o término do ano legislativo ou quando atingidos os fins para os quais foram constituídas.

CAPÍTULO II
DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 38 - Comissões Permanentes, em número de 8 (oito), cada uma composta de 3 (três) membros, com as seguintes denominações:

I - Justiça e Redação;

II – Finanças e Orçamento;

III - Educação e Esportes;

IV - Saúde e Assistência Social;

V - Obras, Serviços e Meio-Ambiente;

VI - Turismo, Cultura, Indústria e Comércio;

VII - Participação Popular;

VIII - Ética e Decoro Parlamentar;

Seção I
Da Eleição das Comissões

Art. 39 - O mandato das Comissões Permanentes será de 02 (dois) anos e a eleição será feita bienalmente na primeira quinzena de cada ano que houver a renovação, em dia e horário designado no ofício de convocação pelo Presidente da Câmara.

§ 1º - A eleição das Comissões Permanentes da Câmara Municipal para o primeiro e segundo biênio e o preenchimento de vagas nela verificada, deverá observar as seguintes exigências e formalidades:

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO
276

I - Registro individual da candidatura para o cargo desejado, junto ao Setor de Protocolo, em formulário próprio, até 30 (trinta) minutos antes do início da sessão destinada à eleição;

II - Presença da maioria absoluta dos membros da Câmara;

III - A votação se dará de forma aberta, com divulgação pelo Presidente da Câmara dos nomes inscritos aos respectivos cargos.

IV - A eleição far-se-á através da chamada nominal dos Vereadores, obedecida à ordem alfabética, os quais um a um, ao serem chamados, proferirão seu voto ao cargo em disputa de forma verbal.

V - A ordem de votação obedecerá ao seguinte:

a) Para Presidente;

b) Para Vice-Presidente;

c) Para Relator.

§ 2º - É vedada aos Vereadores a inscrição para mais de 1 (um) cargo na mesma comissão.

§ 3º - Cada Vereador participará, obrigatoriamente, de 3 (três) comissões.

§ 4º - O Presidente da Câmara não participará de nenhuma Comissão Permanente e somente votará em caso de empate na eleição de composição das comissões.

§ 5º - Na hipótese de não se realizar a sessão plenária ou a eleição, a presidência convocará tantas sessões extraordinárias quantas forem necessárias, sem remuneração, até a eleição das comissões.

§ 6º - Havendo vacância de qualquer dos membros das comissões, será realizada eleição por maioria simples, durante o Expediente da primeira sessão subsequente à vacância, para o preenchimento da vaga verificada.

§ 7º - Havendo desinteresse dos Vereadores aos cargos vagos nas comissões, caberá ao Presidente da Câmara nomear, por meio de Portaria, tantos Vereadores quanto forem necessários para o preenchimento das vagas verificadas.

Seção II
Da Comissão de Justiça e Redação

279

Art. 40 - Compete à Comissão de Justiça e Redação:

I – Analisar os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas, subemendas, substitutivos e vetos sujeitos à apreciação da Câmara Municipal;

II – Analisar a admissibilidade de proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal;

III – Emitir parecer sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento Interno;

IV – Promover estudos aos assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais, bem como à organização político-administrativa do Município;

V – Emitir parecer sobre propostas atinentes a datas comemorativas, de conscientização, homenagens e entregas de títulos;

VI – Apreciar os recursos contra atos da Presidência da Câmara;

VII – Elaborar a Redação Final dos projetos, nos termos deste Regimento Interno;

VIII – Outras competências expressas nestes Regimento Interno.

§ 1º - A Comissão de Justiça e Redação emitirá parecer sobre todos os processos e/ou projetos que tramitarem pela Câmara, ressalvado o parecer do Tribunal de Contas do Estado, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

§ 2º - A proposição que, no aspecto legal e constitucional, receber parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação, nos termos do art. 53 deste Regimento Interno, será arquivada de plano pelo Presidente da Câmara.

Seção III
Da Comissão de Finanças e Orçamento

Art. 41 - Compete à Comissão de Finanças e Orçamento:

I – Emitir parecer quanto aos aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública,

28P

quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;

II – Analisar o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, relativo às contas anuais do Prefeito e da Câmara, conforme disposto neste Regimento Interno;

III – Analisar as matérias que, direta ou indiretamente, representem mutação patrimonial do Município.

IV – Promover estudos quanto a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Agentes Políticos;

V – Promover estudos sobre a tributação, arrecadação, fiscalização em empréstimos realizados pelo município;

VI - Examinar e emitir parecer sobre projetos, planos e programas financeiros do município;

VII - Exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais Comissões Permanentes da Câmara.

VIII – Promover estudos sobre assuntos em seus respectivos campos temáticos ou áreas de atividade, podendo promover, conferências, exposições, palestras ou seminários, solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública.

IX – Outras competências expressas nestes Regimento Interno.

Seção IV
Da Comissão de Educação e Esportes:

Art. 42 - Compete à Comissão de Educação e Esportes:

I - Emitir parecer sobre todos os processos referentes à educação, ensino e esportes;

II – Emitir parecer sobre matérias atinentes à infância e juventude;

III – Acompanhar a aplicação do limite constitucional no ensino;

IV - Promover estudos em seus respectivos campos temáticos ou áreas de atividade, realizando, sempre que possível, conferências, exposições, palestras ou seminários, e encontros.

281

Seção V
Da Comissão de Saúde e Assistência Social

Art. 43 - Compete à Comissão de Saúde e Assistência Social:

I - Emitir parecer sobre os processos que se refiram à higiene e saúde pública, saneamento, alimentação e nutrição;

II - Emitir parecer sobre os processos que se refiram à assistência social;

III - Emitir parecer sobre os processos que se refiram a componentes farmacêuticos, medicamentos, produtos químicos, biotecnológicos, imunobiológicos, hemoderivados e outros de interesse para a saúde e trabalho;

IV – Acompanhar os processos de armazenamento, transporte, guarda e utilização de substâncias de produtos psicoativos, tóxicos e teratogênicos;

V – Acompanhar os trabalhos das obras assistenciais e filantrópicas do município;

VI – Promover ações para garantir os direitos dos portadores de deficiência;

VII – Acompanhar as subvenções municipais destinadas às entidades assistenciais e convênios com entidades sociais privadas;

VIII – Acompanhar a aplicação do limite constitucional na saúde;

IX – Acompanhar os projetos da assistência social em geral, inclusive a proteção à maternidade, à infância, à adolescência e à família;

X - Realizar estudos em sua área de atividade promovendo, sempre que possível, conferências, exposições, palestras ou seminários relacionados ao seu campo de atuação.

Seção VI
Da Comissão de Obras, Serviços e Meio Ambiente

Art. 44 - Compete à Comissão de Obras, Serviços e Meio Ambiente:

I - Emitir Parecer sobre todos os processos atinentes à realização de obras e execução de serviços pelo Município, autarquias, entidades paraestatais e concessionárias de serviços públicos de âmbito municipal, quando haja necessidade de autorização legislativa, e

282

outras questões que digam respeito a atividades que se relacionem às suas atribuições, mas sujeitas à deliberação da Câmara.

II – Emitir parecer sobre projetos relacionados à segurança patrimonial do Município, autarquias, entidades paraestatais e concessionárias de serviços públicos de âmbito municipal, bem como sobre a conservação de seus bens;

III – Emitir parecer sobre projetos relacionados a trânsito e mobilidade urbana, bem como sobre conservação e manutenção das estradas rurais;

IV – Emitir parecer sobre projetos relacionados à segurança pública;

V – Acompanhar projetos e atividades que envolvam assuntos atinentes a urbanismo e arquitetura;

VI – Acompanhar as políticas de desenvolvimento urbano;

VII – Fiscalizar o uso, parcelamento e ocupação do solo urbano;

VIII - Acompanhar a execução do Plano Diretor do Município, propondo as modificações que se tornarem necessárias à sua atualização;

IX - Promover e divulgar estudos urbanísticos sobre o Plano Diretor do Município e apresentar sugestões de modificações sempre que necessário;

X - Emitir parecer aos projetos relativos ao meio ambiente, recursos hídricos, recursos naturais renováveis, flora e fauna;

XI – Analisar matérias que definam ou modifiquem a política municipal de meio ambiente e recursos hídricos;

XII - Verificar os aspectos legais da criação, ampliação ou manutenção de reservas biológicas ou de recursos naturais;

XIII - Articular-se com órgãos e entidades públicos ou privados, que, direta ou indiretamente, atuem no campo da defesa do meio ambiente;

XIV - Estudar assuntos em seus respectivos campos temáticos ou áreas de atividade, podendo promover, conferências, exposições, palestras ou seminários, solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública;

Seção VII
Da Comissão de Turismo, Cultura, Indústria e Comércio

Art. 45 - Compete a Comissão de Turismo, Cultura, Indústria e Comércio:

I - Emitir parecer sobre todos os processos atinentes ao turismo, indústria e comércio e ainda às políticas de desenvolvimento socioeconômico e geração de emprego;

II – Emitir parecer às matérias relativas à cultura, artes, patrimônio histórico e lazer;

III – Incentivar a preservação do patrimônio e referências culturais por meio de políticas públicas;

IV - Apoiar o desenvolvimento da Política Municipal de Turismo, promovendo Programas de Debate sobre temas de interesse turístico para a cidade.

V - Manter intercâmbio com as diversas entidades de turismo no Município ou fora dele, oficiais ou privadas, com especial ênfase ao(s) Circuito(s) Turístico(s) Regional(ais);

VI - Estudar assuntos em seus respectivos campos temáticos ou áreas de atividade, podendo promover, conferências, exposições, palestras ou seminários, solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública;

Seção VIII
Da Comissão de Participação Popular

Art. 46 - Compete à Comissão de Participação Popular:

I – Analisar as proposições sugeridas por iniciativa popular, entidade associativa da sociedade civil ou oriunda de projeto de educação para a cidadania promovido pela Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Monte Sião, desde que sob a forma de moção articulada, subscrita no mínimo 5% (cinco por cento) do total do número de eleitores do Município, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

II – Propor, pela maioria de seus membros, ou por decisão plenária da maioria simples dos Vereadores, audiências públicas para tratar de assuntos de interesse público, discussão de projetos de Lei, de forma a orientar e auxiliar os Vereadores em suas decisões.

Seção IX
Da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Art. 47 - Compete à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar:

I - Apurar e encaminhar à Mesa Diretora, mediante processo disciplinar, atos de Vereadores que venham a ferir a ética, o decoro parlamentar e a dignidade do Poder Legislativo Municipal, de seus Vereadores e servidores;

II - Zelar pela observância dos preceitos da Lei Orgânica, do Regimento Interno e do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Monte Sião;

III – Receber e examinar petições, reclamações, representações ou queixas de entidades ou pessoas contra atos ou omissões dos Vereadores;

IV - Zelar pelo funcionamento harmônico e pela imagem do Poder Legislativo, na forma deste Regimento Interno e da Lei Orgânica;

Parágrafo único - Compete ainda à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar as atribuições estabelecidas na Resolução nº 482/2021, observando os procedimentos nela estabelecidos.

Seção X
Das Disposições Gerais

Art. 48 - Compete ao Presidente da Câmara Municipal o despacho das proposições às respectivas Comissões Permanentes, conforme a pertinência temática da matéria a ser apreciada, devendo o Setor de Protocolo providenciar o documento e incluí-lo nos autos do projeto e no Sistema de Gestão Legislativa - SGL.

"Art. 49 - As reuniões ordinárias das comissões permanentes da Câmara Municipal de Monte Sião para emissão de pareceres às proposições despachadas, serão realizadas no período compreendido entre às 13 (treze) e às 17 (dezessete) horas, do dia fixado em Portaria.

§ 1º - Os membros das comissões, em sua primeira reunião, deverão estabelecer dia e horário de suas reuniões ordinárias para emissão de pareceres, dentro do limite estabelecido no caput deste artigo, devendo encaminhar à Presidência para edição de Portaria

§ 2º - Deverá o Presidente da Comissão elaborar e divulgar a pauta da reunião ordinária até as 11 (onze) horas do dia de sua realização aos demais membros, assim como eventual cancelamento, desde que justificado, nos seguintes termos:

I - A pauta deverá constar, no mínimo, os projetos a serem analisados pela comissão, devendo ser disponibilizada pelo Presidente aos demais membros por aplicativo de mensagens e fixação no mural da sala de reuniões da Câmara Municipal de Monte Sião;

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO
283

II - Para fins de contabilização do disposto no art. 54, deste Regimento, será considerado como presença, eventual cancelamento da reunião ordinária, em virtude de ausência de pauta, que deverá ser comunicada aos membros da comissão através de aplicativo de mensagens e ao Setor de Protocolo através de oficio assinado pelo Presidente.

§ 3º - As Comissões Permanentes somente poderão deliberar com a presença da maioria de seus membros, devendo protocolar a ata das reuniões, devidamente assinada, assim como o respectivo parecer, obrigatoriamente no mesmo dia de sua lavratura.

§ 4º - Tendo o parecer recebido assinaturas "com restrição" ou "voto vencido", prevalecerá a opinião da maioria, devendo, no entanto, constar o voto de todos os seus membros, facultado ao Vereador a juntada de voto em separado.

§ 5º - As reuniões das comissões permanentes serão presenciais, abertas ao público e realizadas dentro do horário compreendido no caput deste artigo, durante o expediente da Câmara Municipal.

§ 6º Mediante regulamentação da Mesa Diretora, poderão ser realizadas reuniões de forma remota, com tecnologia que permita a segurança, o registro e a autenticidade do voto, sendo vedada a utilização de aplicativo de mensagens.

§ 7º - Poderá a Comissão reunir-se em caráter extraordinário, em caso de necessidade ou urgência, desde que devidamente justificado.

§ 8º - A convocação a que se trata o parágrafo anterior se dará através de oficio do Presidente da Comissão, desde que observada a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, com pauta pré-determinada no ato de convocação, devendo a reunião ocorrer durante o horário de expediente da Câmara Municipal.

§ 9º - Os relatores das comissões permanentes registrarão em ata própria as decisões e ocorrências de suas reuniões, inclusive a presença dos membros.

§ 10º - O Setor de Protocolo somente lançará os pareceres das comissões no Sistema de Gestão Legislativa - SGL, mediante apresentação e protocolo da ata da reunião devidamente assinada pelos membros presentes, devendo o parecer ser assinado, protocolado sob a mesma numeração da ata e juntado ao projeto.

§ 11º - Os atos das comissões deverão ser assinados pela maioria de seus membros e os documentos direcionados a mesma serão entregues ao gabinete do Presidente da Comissão, devendo este dar ciência aos demais membros.

§ 12º - O parecer da Comissão protocolado após as 17 horas do último dia do prazo de tramitação não será juntado ao projeto ou proposição e não será considerado para os

286

fins regimentais, devendo ser arquivado pelo Setor de Protocolo em pasta específica.". (Redação alterada pela Emenda nº 18 ao Projeto de Resolução nº 09/2023).

Art. 50 - A Comissão a que for remetido um projeto, poderá propor a sua aprovação, a sua rejeição, apresentar as emendas que julgar necessárias ou concluir por substitutivo.

Art. 51 - As comissões poderão ser ouvidas sobre qualquer assunto de sua competência, que faça parte dos direitos ou obrigações da Câmara Municipal.

Art. 52 - Após o competente despacho do Presidente da Câmara, o Setor de Protocolo disponibilizará os projetos em formato digital, no Sistema de Gestão Legislativa - SGL, colocando-os à disposição dos Vereadores e comissões pertinentes para análise e emissão de parecer.

Parágrafo único - A retirada de projetos originais do Setor de Protocolo, somente poderá ser realizada mediante pedido de vistas, conforme expresso no art. 146 deste Regimento Interno.

Art. 53 - A proposição que, no aspecto legal e constitucional, receber parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação, será arquivada de plano pelo Presidente da Câmara.

§ 1º - Também serão arquivadas de plano pelo Presidente da Câmara, as proposições que receberem parecer contrário quanto ao mérito da matéria, na maioria das comissões para qual foram despachadas.

§ 2º - Nos casos previstos no *caput* e no § 1º deste artigo, a matéria somente poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º - Recebido o parecer contrário, o Setor de Protocolo imediatamente providenciará o despacho de arquivamento e remeterá ao Presidente da Câmara.

"Art. 54 - Cada Vereador deverá ter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de presença nas reuniões mensais ordinárias em cada comissão permanente da qual seja membro, destinada à emissão de pareceres, sob pena de desconto único de 10% (dez por cento) no subsídio mensal.

Parágrafo único - Fica expressamente vedado o abono de falta de vereador, cujo desconto deverá ser processado de forma automática pelo Setor de Recursos Humanos, salvo nos seguintes casos:

I - Apresentação de Atestado Médico ou Odontológico;

II - Apresentação de relatório de viagem oficial da Câmara Municipal ou a serviço do município;

III - Apresentação de atestado de doação voluntária de sangue;

IV - Apresentação de atestado médico de acompanhante do cônjuge ou companheira nas consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez ou em casos de cirurgias, ainda que eletivas;

V - Apresentação de atestado médico de acompanhante de filho de até 14 (quatorze) anos em consulta ou exame;

VI - Apresentação de certidão/declaração de comparecimento perante a Justiça como parte, testemunha ou jurado;

VII - Em caso de morte de cônjuge, companheiro(a) ou parente de até 3º grau.

VIII - Mediante requerimento protocolado e endereçado ao Presidente da Câmara para deferimento, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data em que o vereador não se fará presente, não podendo, neste caso, ser abonada mais de uma falta por mês.". (Redação alterada pela Emenda nº 16 ao Projeto de Resolução nº 09/2023).

Subseção Única
Do espaço das comissões

"Art. 55 - Fica criado e instituído na Câmara Municipal de Monte Sião o espaço destinado para livre manifestação das comissões, com transmissão ao vivo pelos meios de comunicação oficiais da Câmara Municipal, que será realizado durante a sessão ordinária, respeitado o decoro parlamentar e demais normas estabelecidas neste Regimento Interno.

§ 1º - Cada comissão poderá fazer uso da palavra pelo prazo de até 7 (sete) minutos, improrrogáveis, com apartes, para as seguintes finalidades:

I - Apresentação de seus relatórios de trabalho;

II - Formalização de denúncias;

III - Solicitação de providências;

§ 2º - No espaço destinado às comissões, o Presidente da Câmara anunciará a comissão a que deva utilizar do tempo, e a condução dos trabalhos durante este período ficará à cargo do presidente da mesma.

§ 3º - Fica expressamente vedado, no espaço destinado às comissões, a discussão de assuntos aleatórios e sem qualquer tipo de relação com o tema principal da comissão, sob pena da comissão ter seu tempo cassado pelo Presidente da Câmara.

§ 4º - Poderão usar da palavra no espaço das comissões, prioritariamente, os seus membros; garantido aos demais Vereadores espaço para formalização de denúncias ou solicitação de providências, respeitado o tempo destinado à comissão.

§ 5º - Durante o período de atuação das comissões temporárias, as mesmas terão direito a igual tempo para livre manifestação no espaço destinado às comissões, deduzindo-se, proporcionalmente, o tempo das demais.". (Redação alterada pela Emenda nº 19 ao Projeto de Resolução nº 09/2023).

Art. 56 - No exercício de suas atribuições as comissões poderão convidar pessoas interessadas, tomar depoimentos, solicitar informações e documentos e proceder a todas as diligências que julgarem necessárias.

Parágrafo único - As comissões poderão protocolar requerimentos e enviar ofícios sobre assuntos de sua pertinência temática a autoridades e órgãos públicos, a fim de prestarem esclarecimentos, bem como convidar o Prefeito Municipal e convocar os secretários, diretores, assessores ou qualquer outro que exercer cargo de chefia ou equivalente para esclarecimentos em plenário, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Seção XI
Dos Prazos para Emissão dos Pareceres das Comissões

Art. 57 - Os prazos máximos para a emissão dos pareceres pelas comissões, a partir da data do respectivo despacho das matérias, são os seguintes, contados em dias corridos:

I - 10 (dez) dias para emendas, subemendas, substitutivos e outras espécies de proposições;

II - 16 (dezesseis) dias para projetos em regime de urgência;

III - 30 (trinta) dias para projetos em trâmite ordinário;

IV - 46 (quarenta e seis) dias para a lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária e o Plano Plurianual;

V - 90 (noventa) dias para os projetos de codificação;

§ 1º - Poderá a comissão, por qualquer de seus membros e mediante aprovação da Câmara por maioria simples, pedir a prorrogação do prazo para emissão de parecer por igual

289

período, uma única vez, justificando tal necessidade, desde que protocole o requerimento de prorrogação, necessariamente escrito, antes do prazo de vencimento da tramitação do projeto.

§ 2º - O pedido de prorrogação previsto no parágrafo anterior será comum às demais comissões e improrrogável em qualquer caso, sendo vedada nova solicitação pela mesma comissão ou diversa.

§ 3º - Aprovado o requerimento de prorrogação, contar-se-á o novo prazo de tramitação a partir do encerramento do prazo anteriormente fixado.

§ 4º - Esgotados os prazos previstos neste artigo, sem deliberação da Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, na primeira sessão subsequente, sobrestando-se às demais proposições, para que ultime a votação.

§ 5º - Sobrestada a tramitação regimental nos termos do parágrafo anterior, deverá o Presidente da Câmara incluir a proposição na Ordem do Dia, sendo vedada a votação de qualquer matéria até que se realize a deliberação sobre a proposição com prazo vencido, respeitando-se a ordem cronológica de protocolo.

§ 6º - O requerimento previsto no § 1º deverá ser incluso na pauta antes da proposição objeto de prorrogação.

Art. 58 - A Procuradoria Jurídica terá a primeira metade dos prazos previstos no artigo anterior para apresentação e protocolo do parecer.

§ 1º - O prazo previsto no *caput* será comum à Procuradoria Jurídica e às Comissões.

§ 2º - O parecer jurídico protocolado após as 17 horas do último dia do prazo de tramitação não será juntado ao projeto ou proposição e não será considerado para os fins regimentais, devendo ser arquivado pelo Setor de Protocolo em pasta específica.

§ 3º - Poderão as comissões emitirem seus pareceres independentemente do parecer da Procuradoria Jurídica.

Art. 59 - O Setor de Protocolo deverá acompanhar e atualizar o trâmite legislativo das proposições, zelando pelos prazos regimentais, devendo certificar a não apresentação de parecer pelas respectivas comissões e departamentos da Câmara, bem como os demais incidentes durante a tramitação regimental, incluindo os referidos despachos no Sistema de Gestão Legislativa - SGL.

Parágrafo único – A proposição, anexo, parecer ou documento pertencente ao processo legislativo protocolado após as 17 horas do último dia do prazo de tramitação não será autuado e não será considerado para os fins regimentais, devendo ser arquivado pelo Setor de Protocolo em pasta específica.

290

Art. 60 - Nenhuma matéria poderá ser colocada na Ordem do Dia sem pareceres sobre ela emitidos, pelas comissões competentes, salvo aquelas em que os prazos regimentais para emissão de pareceres estejam vencidos.

Parágrafo único – Os pareceres da Procuradoria Jurídica são opinativos e sua falta não obsta a inclusão da proposição na Ordem do Dia.

CAPÍTULO III
DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Art. 61 - As Comissões temporárias se extinguem com o término do ano legislativo, ou antes dele quando atingido o fim para o qual foram constituídas, com as seguintes denominações:

a) Comissão Parlamentar de Inquérito;

b) Comissão de Representação;

c) Comissão Especial.;

d) Comissão Processante.

§ 1º - As comissões temporárias serão compostas de 3 (três) membros, salvo expressa deliberação em contrário, por maioria simples dos membros da Câmara

"§ 2º - As deliberações das comissões temporárias serão registradas em ata eletrônica de áudio e vídeo, em mídia digital, que conterá o registro integral dos acontecimentos, sem cortes ou edições, bem como em ata escrita, que deverá ser elaborada de forma resumida, composta dos seguintes elementos:

a) nome e espécie da comissão;

b) data completa, local da realização da reunião e horário de início dos trabalhos;

c) nomes dos vereadores presentes e ausentes e dos investigados, processados e testemunhas convocadas pela comissão;

d) resumo da matéria em deliberação;

e) fechamento constando o encerramento da reunião;

291

f) assinatura dos membros da comissão, dos investigados, processados e testemunhas convocadas pela comissão;

g) Número e tipo da identificação da mídia digital;" (Redação alterada pela Emenda nº 01 ao Projeto de Resolução nº 09/2023).

Seção I
Da Comissão Parlamentar de Inquérito

Art. 62 - A Câmara Municipal, a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, constituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar infrações político-administrativas do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários e/ou Diretores equivalentes; responsabilidade de terceiros e irregularidades ou fatos determinados que se incluam na competência municipal; a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento Interno, devendo indicar, necessariamente, a finalidade devidamente fundamentada.

§ 1º - A Comissão de que trata este artigo terá, no máximo, 15 (quinze) dias para iniciar e 90 (noventa) dias para concluir os trabalhos, podendo o prazo para conclusão ser prorrogado uma única vez, por até 45 (quarenta e cinco) dias, a requerimento da comissão, aprovado em plenário por maioria simples, desde que protocolado antes do vencimento do prazo inicial.

§ 2º - Recebido o requerimento, o Presidente da Câmara nomeará os membros da comissão, através de Portaria, assegurando-se a participação da minoria.

§ 3º - Da Comissão que trata o presente artigo não poderão fazer parte o primeiro signatário do requerimento, nem os acusados, cabendo a estes o direito de acompanhar todos os atos e diligências da comissão, para isso, notificados 24 (vinte e quatro) horas antes, e se envolvido o Presidente da Câmara, não participará dos referidos trabalhos.

§ 4º - Do ato de criação constarão a provisão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da comissão, incumbindo à Mesa Diretora e à administração da Câmara o atendimento das providências que a comissão solicitar.

§ 5º - Não se constituirá Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiver em funcionamento na Câmara Municipal outra comissão apurando denúncias ou fatos idênticos.

§ 6º - Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, seus membros elegerão na primeira reunião realizada e dentre os vereadores nomeados, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, o que será registrado em ata.

292

Art. 63 - A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, no exercício de suas atribuições, determinar diligências; convocar particulares, autoridades e testemunhas; tomar depoimentos; realizar acareações; ouvir indiciados; inquirir testemunhas; realizar prisão em flagrante; quebrar sigilo bancário, fiscal e telefônico; requisitar informações, documentos e serviços, inclusive policiais; e transportar-se aos lugares onde se fizer necessária a sua presença.

§ 1º - Indiciados e testemunhas serão intimados na forma da legislação federal específica, que se aplica, subsidiariamente, a todo o procedimento.

§ 2º - No caso de não comparecimento do indiciado ou da testemunha sem motivo justificado, a comissão adotará as providências necessárias ao cumprimento da ordem, acionando o Poder Judiciário para tanto.

Art. 64 - Poderá a Comissão Parlamentar de Inquérito solicitar ao Poder Judiciário a busca e apreensão em domicílio; a quebra do sigilo das comunicações telefônicas; a condução coercitiva; o bloqueio de bens dos investigados e a anulação de atos do Poder Executivo.

Art. 65 - A Comissão Parlamentar de Inquérito, observada a legislação específica poderá:

I - Requisitar servidores dos serviços administrativos da Câmara necessários ao funcionamento da Comissão, ficando vedado a estes a condução dos trabalhos e o exercício de prerrogativas exclusivas dos vereadores;

II - Incumbir qualquer de seus membros ou servidores requisitados dos serviços administrativos da Câmara, para auxiliar na realização de sindicâncias ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa Diretora;

Art. 66 - A Comissão Parlamentar de Inquérito reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências da Câmara Municipal, cabendo ao seu Presidente determinar a data e horários das reuniões.

§ 1º - As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros, e as deliberações da Comissão serão obtidas por maioria de votos.

§ 2º - As convocações para as reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, deverão ser recebidas pelos seus membros com antecedência mínima de 6 (seis) horas, salvo em caso de reunião extraordinária, desde que justificada a urgência da convocação.

Art. 67 - Todos os documentos encaminhados à Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como convocações, atos da Presidência da Comissão e diligências, serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo

293

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que será seu responsável, até o término dos seus trabalhos.

Art. 68 - A requisição de informações e documentos aos órgãos da administração pública municipal, por solicitação de qualquer dos membros da Comissão, será formalizada por ofício assinado por seu Presidente, observado o prazo de 8 (oito) dias para o atendimento pelo destinatário, a contar da data do seu efetivo recebimento.

Art. 69 - Elaborado o relatório, deverá ser apreciado em reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, previamente agendada pelo Presidente da Comissão.

Parágrafo único - A simples aposição da assinatura, sem qualquer observação, implicará a concordância total do signatário com os termos e manifestações do Relator.

Art. 70 - Se o relatório a que se refere o artigo anterior não for acolhido pela maioria dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, será considerado rejeitado.

Parágrafo único - O voto acolhido pela maioria dos membros da comissão será considerado o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Art. 71 - O relatório final, aprovado na Comissão e assinado nos termos desta Seção, será protocolizado no Setor de Protocolo da Câmara Municipal, devendo o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito comunicar, em Plenário, a conclusão dos trabalhos da Comissão.

Parágrafo único - O relatório final será lido pelo Relator da Comissão, em sessão ordinária designada pelo Presidente da Câmara Municipal, podendo ser convocada sessão extraordinária para este fim.

Art. 72 – Após a leitura, independentemente de apreciação do plenário, o relatório circunstanciado, com suas conclusões, será encaminhado:

I - À Mesa Diretora, para as providências de alçada desta, quando a questão for político-administrativa;

II - Ao Ministério Público, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

III - Ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes do art. 37, § 2º ao 6º, da Constituição Federal e demais dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando prazo hábil para seu cumprimento;

IV - À comissão permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior.

V – Ao Tribunal de Contas do Estado, para as providências de sua alçada.

§ 1º - Nos casos dos incisos II, III e V, a remessa será feita através do Presidente da Câmara, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º - Quando se tratar de matéria criminal, as conclusões deverão ser encaminhadas ao Ministério Público mesmo que rejeitadas na comissão.

Art. 73 - Se a Comissão Parlamentar de Inquérito não concluir os seus trabalhos dentro do prazo estipulado, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, por maioria simples e antes do término do prazo, a requerimento de membro da Comissão, a prorrogação do prazo para seu funcionamento.

§ 1º - A incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina com a sessão legislativa em que tiver sido outorgada, salvo deliberação da Câmara, prorrogando-a dentro da Legislatura em curso, nos termos previstos no *caput*.

§ 2º - Poderá a Comissão, a critério de seus membros, atuar durante o recesso parlamentar.

Art. 74 - Aplicam-se no processo e instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito, subsidiariamente, as regras da Lei nº 1.579/52, Decreto-Lei nº 201/67 e ainda toda legislação pertinente a matéria.

Seção II
Das Comissões De Representação

Art. 75 - As comissões de representação serão constituídas por nomeação do Presidente da Câmara, através de portaria, podendo ser solicitadas por qualquer Vereador, mediante aprovação do plenário por maioria simples.

Art. 76 - No final do mandato, até 1º (primeiro) de dezembro, será criada, Comissão Especial de Representação para preparar a cerimônia de posse, bem como para instrução sobre o processo de eleição da Mesa Diretora e Comissões Permanentes aos eleitos para a próxima Legislatura.

§ 1º - Fica a comissão aludida neste artigo, obrigada a promover curso de capacitação sobre o Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal aos eleitos para a próxima legislatura, bem como fornecer cópia atualizada dos referidos estatutos.

§ 2º - A comissão poderá solicitar apoio técnico e administrativo dos servidores da Câmara Municipal para auxiliá-los nos trabalhos.

295

Seção III
Das Comissões Especiais

Art. 77 - A Comissão Especial, constituída mediante requerimento aprovado pela maioria simples, destina-se ao estudo em geral da legislação municipal, de problemas locais e a tomada de posição, pela Câmara, em assuntos de reconhecida relevância.

§ 1° - A proposição indicará fundamentadamente a finalidade e o prazo de sua duração.

§ 2° - Não será constituída Comissão Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das Comissões Permanentes.

§ 3° - A comissão será composta por 3 (três) membros, nomeados através da Portaria, pelo Presidente da Câmara, assegurando-se a participação da minoria.

Seção IV
Das Comissões Processantes

Art. 78 - A Comissão Processante deverá praticar os atos previstos na legislação específica quando do processo e julgamento do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais ou equivalentes e dos Vereadores, nas infrações político-administrativas.

Seção V
Das Disposições Gerais

Art. 79 - Ao Presidente da Câmara caberá nomear os Vereadores que comporão as comissões temporárias, através de Portaria, assegurando-se a participação da minoria.

Art. 80 - Se qualquer das comissões temporárias deixarem de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento, através de proposição subscrita por todos os seus membros.

Art. 81 - Aplicam-se, subsidiariamente, às comissões temporárias, no que couber e desde que não colidam com os destas, os dispositivos concernentes às comissões permanentes.

296

TÍTULO V
DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I
DAS PROPOSIÇÕES EM GERAL

Art. 82 - Proposição é a matéria sujeita à deliberação do plenário que deverá ser redigida com clareza e em termos explícitos e sintéticos, devendo ser assinada pelo autor e acompanhada da devida justificativa, no ato do protocolo, para os casos que assim exigirem, consistindo em:

I- Projetos de Emendas à Lei Orgânica;

II- Projetos de Decreto Legislativo;

III- Projetos de Resolução;

IV- Projetos de Lei Delegada;

V- Projetos de Lei Complementar;

VI- Projetos de Lei Ordinária;

VII-Substitutivos, Emendas e Subemendas;

VIII- Indicações;

IX- Requerimentos;

X- Moções;

§ 1º - Considera-se autor da propositura o seu primeiro signatário e quando se tratar de matéria que exija a assinatura de vários proponentes, todos os signatários serão considerados autores.

§ 2º - A Câmara deixará de deliberar sobre proposição:

I - Que não for competência da Câmara;

II - Que aludindo a qualquer dispositivo legal não faça acompanhar de seu texto;

297

III - Que mencionando cláusulas ou itens de contratos, convênios ou outros documentos não tenham a sua cópia ou transcrição por extenso;

IV - Que seja inconstitucional, ilegal ou antirregimental;

V - Que tenha sido rejeitada ou não sancionada e sem obediência às prescrições do artigo 100 deste Regimento Interno;

VI - Que intempestiva e que não seja protocolada, assinada e acompanhada de justificativa, nos termos deste Regimento Interno.

§ 3º - Ocorrendo os itens I a V do parágrafo anterior, a Presidência esclarecerá os Vereadores sobre o vício da matéria, despachando à Comissão de Justiça e Redação, para emissão de parecer que, se favorável, prosseguirá conforme o trâmite ordinário, e que se contrário, será arquivada de plano.

§ 4º - No caso do item VI, a proposição será arquivada pelo Setor de Protocolo, lavrando-se a competente certidão e juntada à proposição

§ 5º - Ocorrendo a existência de duas proposições que tratem da mesma matéria, ter-se-á como válida a que tiver sido protocolada em primeiro lugar, sendo a remanescente arquivada pelo Setor de Protocolo através de certidão, exceto nos casos de indicações, requerimentos e moções, que poderão ser apreciadas em sessões distintas, nos termos deste Regimento Interno.

§ 6º - As proposições rejeitadas ou arquivadas com parecer contrário, na forma estabelecida no art. 53 deste Regimento Interno, somente poderão constituir objeto de nova proposição na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 83 - O autor poderá solicitar a retirada definitiva da sua propositura ao Setor de Protocolo, ocasionando desta forma o seu imediato arquivamento, desde que o faça antes de iniciada a leitura do projeto em plenário.

§ 1º - A proposição de Vereador somente será retirada por meio de ofício assinado pelo autor ao Setor de Protocolo ou a requerimento verbal durante a sessão plenária.

§ 2º - Na hipótese de requerimento verbal previsto no parágrafo anterior, o Setor de Protocolo providenciará a respectiva certidão e juntada à proposição.

§ 3º - Na hipótese de proposição oriunda do Prefeito Municipal, somente se este enviar mensagem de solicitação é que a mesma pode ser retirada, nos termos deste artigo.

CAPÍTULO II

298

DAS INDICAÇÕES, REQUERIMENTOS E MOÇÕES

Seção I - Das Indicações

Art. 84 - Indicação é a proposta em que o Vereador sugere medida de interesse público ao Prefeito Municipal ou órgãos públicos, a título de assessoramento e não será objeto de votação, sendo somente lida no Expediente e encaminhada ao destino solicitado.

§ 1º - A indicação deverá obrigatoriamente ser acompanhada de justificativa por escrito.

§ 2º - Não será permitida em qualquer hipótese indicação verbal.

§ 3º - Poderão ser protocoladas indicações do mesmo teor dentro da mesma sessão legislativa, desde que sua apresentação não ocorra dentro da mesma sessão plenária.

§ 4º - As indicações terão prazo máximo de tramitação de 30 (trinta) dias contados da data do protocolo, esgotado esse prazo, serão obrigatoriamente inclusas na pauta da sessão ordinária seguinte pelo Presidente da Câmara e despachadas durante o Expediente com preferência dentre as demais indicações.

§ 5º - Para fins de organização da pauta, somente poderão constar em cada sessão 2 (duas) indicações por Vereador, enquanto autor principal, salvo se as proposições estiverem com prazo de tramitação vencido.

Seção II - Dos Requerimentos

Art. 85 - Requerimento é todo pedido verbal ou escrito dirigido à autoridade competente ou por seu intermédio, sobre qualquer assunto, formulado por Vereador ou comissão, a fim de obter medidas de simples expediente, informações, documentos ou quaisquer providências sobre assuntos de interesse da Câmara.

Art. 86 - Os requerimentos assim se classificam:

I - Quanto à maneira de formulá-los:

a) Verbais;

b) Escritos.

II - Quanto à competência para decidi-los:

299

a) Sujeitos a despacho do Presidente da Câmara;

b) Sujeitos à deliberação do plenário.

Subseção I
Dos Requerimentos Sujeitos ao Despacho do Presidente

Art. 87 - Será despachado pelo Presidente da Câmara o requerimento que solicitar:

I - Retificação de ata;

II - Verificação de presença;

III - Verificação nominal de votação;

IV - Requisição de documento ou publicação existente na Câmara, para subsídio de proposição em discussão;

V - Juntada ou desentranhamento de documentos;

VI - Constituição de comissão temporária, quando requerida na forma regimental;

Subseção II
Dos Requerimentos Sujeitos à Deliberação do Plenário

Art. 88 - Dependerá de deliberação do plenário, o requerimento que solicitar:

I - Inclusão de projeto na pauta em regime de urgência, vedada em sessão extraordinária;

II - Adiamento de discussão ou votação de proposições;

III - Votação de projetos e emendas em bloco ou em grupos definidos;

IV - Destaque para votação em separado de artigos, parágrafos, incisos e alíneas de projetos, emendas, subemendas, substitutivos e vetos;

V - Encerramento de discussão de proposição;

300

VI - Prorrogação da sessão plenária;

VII - Inversão da pauta.

§ 1º - Os requerimentos mencionados no presente artigo não admitem discussão, encaminhamento de votação ou declaração de voto;

§ 2º - O requerimento mencionado no inciso I deste artigo não admite adiamento de votação.

§ 3º - Os requerimentos mencionados nos incisos I e II deverão ser aprovados por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

§ 4º - Os requerimentos mencionados nos incisos III, IV, V, VI e VII deverão ser aprovados pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 5º - Poderão ser protocolados requerimentos do mesmo teor dentro da mesma sessão legislativa, desde que sua apreciação não ocorra dentro da mesma sessão plenária.

§ 6º - Os requerimentos terão prazo máximo de tramitação de 30 (trinta) dias contados da data do protocolo, esgotado esse prazo, serão obrigatoriamente inclusos na pauta da sessão ordinária seguinte pelo Presidente da Câmara e votados com preferência dentre os demais requerimentos.

§ 7º - Para fins de organização da pauta, somente poderão constar em cada sessão 2 (dois) requerimentos por Vereador, enquanto autor principal, salvo se as proposições estiverem com prazo de tramitação vencido.

§ 8º - Não é permitida dar a forma de requerimento a assuntos reservados por este Regimento Interno para constituir objeto de indicações e vice-versa.

Art. 89 - Será necessariamente escrito, dependerá de deliberação do plenário e poderá ser discutido o requerimento que solicitar:

I - Audiência de comissão ou de órgão de assessoramento sobre qualquer matéria em pauta;

II - Audiência Pública para instruir matéria legislativa em trâmite ou para tratar de assunto de interesse público relevante atinente à competência da Câmara Municipal;

III - Informação em caráter oficial sobre atos do Presidente da Câmara, da Mesa Diretora, da Diretoria Administrativa ou solicitada ao Prefeito ou por seu intermédio, ou a entidade pública ou particulares;

301

IV - Convidar o senhor Prefeito Municipal para esclarecimentos em plenário, nos termos da Lei Orgânica;

V - Convocar secretários e/ou diretores municipais equivalentes, bem como assessores ou qualquer outro que exercer cargo de chefia em quaisquer órgãos e entidades da administração pública municipal direta ou indireta, importando em crime de responsabilidade a ausência injustificada;

VI - Convocação de representantes de entidades, associações e outras denominações que recebam direta ou indiretamente recursos públicos do Poder Público Municipal;

VII - Concessão de licenças de Vereadores, com rejeição apenas por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

VIII - Concessão de licença do Prefeito e Vice-Prefeito, com rejeição apenas por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

IX - Inserção de documentos não oficiais em ata, mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

X - Autorização do Prefeito para ausentar-se do município por mais de 15 (quinze) dias;

XI - Constituição de comissão temporária;

XII - Prorrogação de prazos regimentais;

Parágrafo único - Os requerimentos de que tratam este artigo, deverão ser protocolados, lidos, discutidos e votados pelo plenário na Ordem do Dia, observados os demais prazos regimentais.

Seção III
Das Moções

Art. 90 - Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara Municipal sobre determinado assunto, aplaudindo, congratulando, hipotecando solidariedade ou apoio, protestando, apelando ou repudiando.

§ 1º - As Moções, assim como os requerimentos, deverão ser lidas, discutidas e votadas pelo plenário na Ordem do Dia, salvo as moções em decorrência de falecimento, que serão apenas lidas e encaminhadas durante o Expediente para seu destinatário.

302

§ 2º - A Moção deverá ser por escrito e assinada por no mínimo 03 (três) Vereadores, que protocolada, automaticamente constituirá ato da Câmara.

§ 3º - Poderão ser protocoladas moções do mesmo teor dentro da mesma sessão legislativa, desde que sua apreciação não ocorra dentro da mesma sessão plenária.

§ 4º - As moções terão prazo máximo de tramitação de 30 (trinta) dias contados da data do protocolo, esgotado esse prazo, serão obrigatoriamente inclusas na pauta da sessão ordinária seguinte pelo Presidente da Câmara e votadas com preferência dentre as demais moções, sendo que as de falecimento serão apenas encaminhadas ao destinatário durante o Expediente.

§ 5º - Para fins de organização da pauta, somente poderão constar em cada sessão 2 (duas) moções por Vereador, enquanto autor principal, salvo se as proposições estiverem com prazo de tramitação vencido.

§ 6º - Aprovada a moção, o Setor de Protocolo a encaminhará através de ofício ao destinatário, devendo o vereador autor da proposição fornecer o endereço de entrega até a data da sessão em que será deliberada, caso contrário, a mesma será encaminhada ao gabinete do vereador para que este providencie a entrega.

CAPÍTULO III
DOS PROJETOS

Art. 91 - A Câmara exerce suas funções legislativas através da apresentação, discussão e votação de Emendas à Lei Orgânica, Projetos de Lei Complementar, Projetos de Lei Delegada, Projetos de Lei Ordinária, Projetos de Resoluções e Projetos de Decretos Legislativos, que deverão:

I - Ser autuados em processo legislativo pelo Setor de Protocolo, precedidos de ementa, numerados cronologicamente e protocolados no Sistema de Gestão Legislativa - SGL;

II - Conter somente a enunciação da vontade legislativa, por escrito, em artigos numerados, parágrafos, incisos e alíneas, claros e concisos, nos termos em que tenha de ficar como diploma legal, observando a devida técnica legislativa e redação oficial;

III - Conter assinatura do autor e apresentar justificativa escrita;

Parágrafo único – Descumpridas as formalidades elencadas acima, o Setor de Protocolo arquivará a proposição, lavrando-se a competente certidão, que será devidamente autuada.

303

Art. 92 - A iniciativa das Leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita no mínimo, por 5% (cinco por cento) do total do número de eleitores do Município.

§ 1º - Quanto à apresentação dos projetos de leis de iniciativa popular do eleitorado, será encaminhada através de moção articulada com tema da lei, acompanhado do texto sugerido, o nome, assinatura e número do Título de Eleitor dos signatários da proposta.

§ 2º - A proposta deverá estar com todas as suas páginas numeradas, assim como deverá estar numerado o número de signatários da proposta.

§ 3º - O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§ 4º - O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Comissão de Justiça e Redação, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

§ 5º - Nenhum projeto poderá conter em cada um de seus artigos duas ou mais proposições independentes e nem antinomia e não será permitido usar expressões que suscitam ideias odiosas ou ofendem a qualquer classe de cidadãos.

Art. 93 - As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta de votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo único - Serão leis complementares, dentre outras previstas neste Regimente Interno:

I - Código Tributário do Município;

II - Código de Obras ou de Edificações;

III - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

IV - Código de Posturas;

V - Lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;

VI - Lei instituidora da Guarda Municipal;

VII - Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;

VIII - Código de Zoneamento;

304

IX - Código de Parcelamento do Solo;

X – Remuneração dos servidores públicos e dos agentes políticos.

XI - Plano de cargos, carreiras e salários.

Art. 94 - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração, ressalvadas as competências da Mesa Diretora da Câmara Municipal, previstas neste Regimento Interno;

II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, ressalvadas as competências da Mesa Diretora da Câmara Municipal, previstas neste Regimento Interno;

III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Diretorias ou Departamentos equivalentes e órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta;

IV - matéria orçamentária e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções, ressalvadas as competências da Mesa Diretora da Câmara Municipal, previstas neste Regimento Interno;

Parágrafo único - Não serão admitidos aumentos de despesas previstas nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvados os projetos de leis orçamentárias.

Art. 95 - É de competência exclusiva da Mesa Diretora da Câmara a iniciativa das leis que disponham sobre:

I - a autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

II - organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração.

III – Instituição e organização do regime jurídico de seus servidores;

IV - Plano de cargos, carreiras e salários.

§ 1º - Nos projetos de competência exclusiva da Mesa Diretora, não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvado o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada pela maioria absoluta dos Vereadores.

305

§ 2º - As matérias de competência exclusiva da Mesa Diretora deverão ser assinadas pela maioria de seus componentes.

§ 3º - Havendo empate nas deliberações da Mesa Diretora, o Presidente da Câmara terá direito ao voto de qualidade, isto é, terá seu voto computado em dobro.

Art. 96 - As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º - Os atos de competência privativa da Câmara, à matéria reservada, à lei complementar e os planos plurianuais e orçamentos não serão objetos de delegação.

§ 2º - A delegação ao Prefeito será efetuada sob a forma de decreto legislativo, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - O decreto legislativo poderá determinar a apreciação do projeto pela Câmara que a fará em votação única, vedada a apresentação de emenda.

Art. 97 - Projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada a regular a matéria que exceda os limites da autonomia interna da Câmara, de sua competência privativa e não sujeita à sanção do Prefeito, sendo promulgado pelo Presidente da Câmara no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua aprovação definitiva.

Parágrafo único - Constitui matéria de projeto de decreto legislativo:

I - aprovação ou rejeição das contas do Prefeito Municipal;

II - perda de mandato de Prefeito, Vice-Prefeito ou de Vereador;

III - concessão de licença ao Prefeito nos casos previstos em lei;

IV - consentimento para o Prefeito se ausentar do município por prazo superior a 15 (quinze) dias;

V - concessão de honrarias;

VI - sustar os atos normativos baixados pelo Poder Executivo, que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Art. 98 - Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de autonomia interna da Câmara, de natureza político-administrativa e versará sobre a sua Diretoria Administrativa, a Mesa Diretora e os Vereadores, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua aprovação definitiva.

Parágrafo único - Constitui matéria de projeto de resolução:

306

I - Destituição de membro da Mesa Diretora;

II - Assuntos de autonomia interna da Câmara Municipal;

III - Alteração deste Regimento Interno;

IV - Transferência temporária da sede da Câmara, nos termos deste Regimento.

Art. 99 - São projetos de codificação os que dispõem sobre códigos, consolidações, compilações, estatutos ou regimentos.

Art. 100 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado ou arquivado nos termos do artigo 53 deste Regimento Interno, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 101 - Fica proibida a iniciativa de projetos de caráter autorizativo pelos Vereadores.

Art. 102 - Nenhum projeto de lei que implique a criação ou aumento de despesa pública será proposto sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender os novos encargos, devendo ser acompanhado do devido impacto orçamentário-financeiro.

Parágrafo único - O disposto no *caput* deste artigo não se aplica a créditos extraordinários.

Art. 103 - Os projetos de autoria dos Vereadores e do Prefeito Municipal não deliberados até o final do mandato continuarão com sua tramitação na legislatura subsequente.

§ 1º - Os projetos de autoria do Poder Executivo Municipal somente poderão ser retirados por solicitação através de ofício, na forma prevista no art. 83 deste Regimento Interno.

§ 2º - Os projetos de autoria de vereador ficarão sob a responsabilidade do relator da Comissão de Justiça e Redação, salvo reeleição do autor do projeto, e somente poderão ser arquivados mediante solicitação da maioria absoluta da Câmara Municipal, na forma prevista no art. 83 deste Regimento Interno.

Art. 104 - Os projetos serão submetidos a única discussão, salvo disposição em contrário, sendo vedada a tramitação de mais de uma matéria com o mesmo objeto, sob pena de arquivamento dos projetos protocolados *a posteriori* pelo Setor de Protocolo.

Seção Única

307

Do Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal

Art. 105 - A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II - do Prefeito Municipal.

§ 1º - A proposta será votada em dois turnos com o interstício mínimo de 10 (dez) dias, e aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa Diretora com o respectivo número de ordem.

§ 3º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

CAPÍTULO IV
DOS SUBSTITUTIVOS, EMENDAS E SUBEMENDAS

Art. 106 - Substitutivo é o projeto apresentado por Vereador, Comissão ou Prefeito Municipal reformulando substancialmente a matéria em tramitação.

§ 1º - Despachado o substitutivo será apensado aos autos do projeto principal.

§ 2º - É vedado ao Vereador, Comissão ou Prefeito Municipal apresentar substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

§ 3º - Apresentado o substitutivo, este será discutido, preferencialmente, em lugar do projeto principal.

§ 4º - Apresentado substitutivo será garantido ao autor do projeto principal a coautoria, desde que haja a sua aquiescência.

§ 5º - Poderão ser apresentadas emendas ao substitutivo até o quinto dia de tramitação deste, a contar do seu despacho, devendo a tramitação das emendas encerrar, concomitantemente, com a tramitação do substitutivo.

§ 6º - No caso previsto no parágrafo anterior, a Procuradoria Jurídica e as comissões terão até o final da tramitação do substitutivo para apresentação e protocolo dos respectivos pareceres.

308

§ 7° - A aprovação de um substitutivo prejudica os aprovados a *priori*, a proposição original e suas emendas e subemendas, sendo as proposições prejudicadas arquivadas pelo Setor de Protocolo.

§ 8º - Na hipótese de rejeição do substitutivo, ficam prejudicadas suas emendas e subemendas, votando-se, em seguida, a proposição principal e respectivas emendas e subemendas.

§ 9º - Os substitutivos deverão ser pautados juntamente com o projeto principal, vedado o desmembramento.

Art. 107 - Emenda é a alteração apresentada a um dispositivo do projeto, podendo ser:

I - Supressiva: que exclui, em parte ou no todo, dispositivo do projeto;

II - Substitutiva: que visa à substituição da integralidade do texto de um dispositivo, promovendo alterações substanciais ou apenas formais em parte ou na totalidade do texto principal substituído;

III - Aditiva: que acrescenta dispositivo ao projeto;

IV - Modificativa: que propõe alterações pontuais de mérito ao texto de um dispositivo, mantendo, entretanto, suas linhas gerais;

§ 1º - A Emenda apresentada à outra, denomina-se subemenda.

§ 2º - A emenda, subemenda e substitutivo deverão ser apresentadas dentro do prazo regimental e despachadas às comissões para emissão de parecer, na forma do art. 109 deste Regimento Interno.

Art. 108 - Não serão aceitos substitutivos, emendas ou subemendas que não tenham relação direta ou imediata com o projeto principal, sendo arquivadas de plano pelo Presidente da Câmara.

Art. 109 - Os Vereadores e comissões terão até 10 (dez) dias antes do encerramento de tramitação do projeto principal, para apresentar substitutivos, emendas e subemendas, que serão imediatamente despachadas pelo Presidente da Câmara, por meio eletrônico, às Comissões pertinentes para emissão de parecer no prazo de até 10 (dez) dias.

§ 1º - Se o projeto principal, já instruído dos pareceres das respectivas comissões, for pautado antes do prazo previsto no *caput*, vindo a ser protocolada emenda, subemenda ou substitutivo, o Presidente da Câmara determinará a retirada do projeto da Ordem do Dia e despachará imediatamente, por meio eletrônico, a referida emenda, subemenda ou substitutivo para as comissões para fins de parecer, que terão o prazo de até 10 (dez) dias.

309

§ 2º - Não poderão ser apresentadas emendas, subemendas ou substitutivos aos projetos após o prazo previsto no *caput* deste artigo, sob pena de arquivamento pelo Setor de Protocolo.

§ 3º - Nos projetos em tramitação em regime de urgência, os Vereadores e comissões terão até 08 (oito) dias antes do encerramento de tramitação do projeto principal, para apresentar substitutivos, emendas e subemendas, observado o previsto no § 2º deste artigo.

§ 4º - Finalizado o prazo de tramitação do projeto principal, encerra-se, concomitantemente, a tramitação das emendas, subemendas e substitutivos a ele referentes, independentemente do prazo fixado pelo Presidente em despacho.

§ 5º - Não ocorrendo o despacho determinando no *caput*, § 1º e 3º deste artigo, o Setor de Protocolo providenciará a publicação da matéria no átrio da Câmara Municipal e a disponibilizará aos Vereadores e às comissões permanentes cuja matéria seja pertinente, por meio eletrônico, para emissão dos respectivos pareceres.

§ 6º - Havendo a prorrogação de que trata o § 1º do art. 57 deste Regimento Interno, o rito previsto no *caput* deste artigo será restabelecido, com base no novo prazo de tramitação do projeto.

Art. 110 - As emendas e subemendas serão discutidas e votadas juntamente com a proposição principal, sendo inicialmente votado o projeto e em seguida as emendas e subemendas.

CAPÍTULO V
DA TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS

Art. 111 - As proposições serão submetidas aos seguintes regimes de tramitação:

I - Urgência, a requerimento do Prefeito e de Vereador.

II - Ordinária, nos termos deste Regimento Interno.

Art. 112 - Urgência é a matéria que, examinada objetivamente e dentro das hipóteses descritas no artigo 113 deste Regimento Interno, evidencie necessidade preemente e atual, de tal modo, que não sendo tratada desde logo, resulte em grave prejuízo ao município, perdendo a sua oportunidade ou aplicação.

§ 1º - O requerimento de urgência dependerá de apresentação de pedido escrito devidamente justificado, e, desde que adstrito às hipóteses previstas no artigo 113 deste

Regimento Interno, o Projeto será despachado pelo Presidente da Câmara para tramitação no prazo de até 16 (dezesseis dias), não cabendo prorrogação regimental.

§ 2º - Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se às demais proposições, para que se ultime a votação.

§ 3º - O requerimento de urgência não será apreciado no período de recesso da Câmara e nem se aplica aos Projetos de Lei Complementar.

§ 4º - Não sendo as hipóteses dos incisos deste artigo, o Presidente da Câmara despachará o projeto para tramitação ordinária.

Art. 113 - Somente poderão tramitar em regime de Urgência as proposições que versem sobre:

I - Providências para atender aos casos de calamidade pública, desde que reconhecida por decreto;

II - Licença do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;

III - Destituição de componentes da Mesa Diretora;

IV - Visem à prorrogação de prazos legais a se findarem;

V - Proposições que contemplem a assinatura de convênios e/ou contratos com prazo máximo estabelecido para sua assinatura, desde que se façam acompanhar de documentos que comprovem tal necessidade.

Art. 114 - A tramitação ordinária aplica-se às proposições que não estejam submetidas ao regime de urgência.

Art. 115 - Os Projetos serão despachados pelo Presidente da Câmara às comissões competentes em razão de sua natureza, por meio eletrônico, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de seu recebimento pelo Setor de Protocolo, devendo este providenciar o referido despacho e movimentação no Sistema de Gestão Legislativa - SGL, inclusive no período de recesso parlamentar.

§ 1º - Os projetos serão disponibilizados em formato digital, no Sistema de Gestão Legislativa - SGL, aos Vereadores e às comissões, as quais deverão opinar, no prazo regimental ou se por imposição legal lhes for facultado não exarar o parecer, dispensados os interstícios regimentais.

§ 2º - Instruídos preliminarmente, quando for o caso, com parecer da Procuradoria Jurídica, serão apreciados, em primeiro lugar, pela Comissão de Justiça e Redação.

§ 3º - As comissões, em seus pareceres, poderão oferecer substitutivos, emendas e subemendas, que não serão considerados de autoria destas, quando constantes de voto em separado ou voto vencido.

§ 4º - Os anexos serão despachados imediatamente após o protocolo às comissões pertinentes pelo Presidente da Câmara na forma do artigo 109 deste Regimento Interno.

§ 5º - Não ocorrendo o despacho determinando no *caput* e no § 4º deste artigo, o Setor de Protocolo providenciará a publicação da matéria no átrio da Câmara Municipal e a disponibilizará aos Vereadores e às comissões permanentes cuja matéria seja pertinente, por meio eletrônico, para emissão dos respectivos pareceres.

§ 6º - No caso previsto no parágrafo anterior, a contagem de prazo de tramitação se dará a partir da publicação realizada pelo Setor de Protocolo.

TÍTULO VI
DAS SESSÕES

CAPÍTULO I
DO PLENÁRIO

Art. 116 - O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara e é constituído pela reunião dos vereadores em exercício, no recinto de sua sede, na forma e quórum determinados pela lei e pelo Regimento Interno.

Art. 117 - As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, por maioria absoluta ou maioria qualificada (dois terços), conforme determinação legal ou regimental, expressa em cada caso.

§ 1º - Sempre que não houver determinação expressa, as deliberações serão por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º - Para os fins deste artigo entende-se como maioria:

I – Simples: constituída pela maioria dos vereadores presentes;

II – Absoluta: constituída pela maioria dos membros da Câmara;

III – Qualificada: constituída por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

312

CAPÍTULO II
DAS SESSÕES EM GERAL

Art. 118 - As sessões da Câmara Municipal serão abertas com a seguinte frase pelo Presidente: "Sob a proteção de Deus e em nome do povo Monte-sionense, declaro aberta a presente sessão".

§ 1º - Ato contínuo, o Presidente convidará um vereador para realizar a leitura do evangelho do dia.

§ 2º - A ordem sequencial para leitura do evangelho será rotativa e alternada, por ordem alfabética.

§ 3º - O presidente da sessão não participará da rotatividade das leituras.

Art. 119 - Substituirão o Presidente da Câmara em sua falta ou impedimento, sucessivamente, o Vice-Presidente, o 1º Secretário e o 2º Secretário.

Parágrafo único - Na hora determinada para o início ou reinício de sessão, verificada a ausência dos membros da Mesa Diretora, assumirá a presidência o vereador mais votado dentre os presentes, o qual escolherá entre os seus pares um secretário, assim dirigindo os trabalhos até o comparecimento de seus substitutos legais.

Art. 120 - Sessão é a fase dos trabalhos legislativos destinado aos debates e deliberações em plenário e será:

"a) Ordinária, composta de Espaço das Comissões, Expediente, Ordem do Dia e Palavra Franca;". (Redação alterada pela Emenda nº 21 ao Projeto de Resolução nº 09/2023).

b) Extraordinária, composta de Ordem do Dia;

c) Solene, composta de Expediente.

Parágrafo único - Serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quando ocorrer motivo relevante, devidamente justificado.

Seção I
Das Sessões Ordinárias

313

"Art. 121 - As sessões plenárias ordinárias da Câmara realizar-se-ão todas as segundas-feiras, de cada mês, iniciando-se às 18h (dezoito horas), com duração máxima de três horas, prorrogável pelo tempo necessário para deliberação da matéria constante da Ordem do Dia, mediante requerimento verbal aprovado pela maioria absoluta dos vereadores, desde que antes de esgotado o tempo de duração da sessão plenária e solicitado uma única vez.". (Redação alterada pela Emenda nº 20 ao Projeto de Resolução nº 09/2023).

Art. 122 - Ocorrendo feriado, ponto facultativo, caso fortuito ou força maior, a sessão ordinária realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário fixado no artigo anterior.

Art. 123 - Transcorridos 15 (quinze) minutos além da hora determinada para a abertura da sessão plenária, não comparecendo a maioria absoluta dos vereadores, o Presidente da Câmara ou seu substituto legal, declarará que não haverá sessão por falta de número regimental e disso mandará lavrar termo em ata eletrônica e no livro de atas.

§ 1º - A matéria constante do Expediente e Ordem do Dia, só poderá ser votada se estiver presente a maioria absoluta dos membros da Câmara, caso contrário, a falta desse quórum acarretará de pronto o encerramento dos trabalhos.

§ 2º - O vereador que apenas registrar sua presença eletronicamente e não participar de todo o Expediente e Ordem do Dia ou retirar-se antes do término da sessão plenária, sem a expressa comunicação ao Presidente da Câmara, será considerado ausente para os fins pecuniários e de frequência.

Art. 124 - Durante as sessões somente os vereadores poderão permanecer no plenário, na área destinada aos mesmos, exceto os servidores da câmara que estiverem em serviço ou assessoramento dos vereadores.

Parágrafo único - A convite do Presidente da Câmara poderão assistir aos trabalhos no espaço destinado aos vereadores, autoridades públicas ou personalidades que se queira homenagear, as quais poderão usar da palavra para agradecer.

Art. 125 - Deliberada a sessão plenária privada, ainda que para realizá-la se deva interromper a sessão plenária pública, o Presidente da Câmara determinará a retirada do recinto e de suas dependências, os representantes da imprensa e o público e determinará a interrupção das transmissões ao vivo e a manutenção da gravação dos trabalhos para fins da ata eletrônica.

Parágrafo único - A ata será lavrada pelo 1º Secretário, lida e aprovada na mesma sessão plenária, devendo ser lacrada e arquivada com rótulo datado e rubricado pela Mesa Diretora, salvo deliberação em contrário.

Seção II

Das Sessões Extraordinárias

Art. 126 - As sessões extraordinárias somente serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, com o assunto a ser tratado pré-determinado no ato da convocação, acompanhado da devida justificativa.

§ 1º - As sessões extraordinárias realizar-se-ão de segunda a sexta-feira.

§ 2º - A convocação prevista no *caput* deste artigo será realizada através de oficio, assinado pelo Presidente da Câmara, devendo o Setor de Protocolo providenciar a notificação dos vereadores através dos seguintes meios, conjuntamente:

I - Notificação eletrônica via aplicativo, com envio do oficio de convocação ou meio de acesso a ele;

II - Publicação do oficio de convocação no sitio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Monte Sião em campo específico de acesso pelos vereadores;

III - Fixação do oficio de convocação no átrio da Câmara Municipal de Monte Sião;

§ 3º - Decorrido 24 (vinte e quatro) horas do envio da notificação prevista no inciso I do parágrafo anterior, não havendo qualquer manifestação idônea de recebimento da convocação por parte do vereador, incluindo aviso de recebimento via sistema oficial, declaração de ciência ou afins, o Setor de Protocolo certificará a convocação presumida, juntando-a ao oficio de convocação.

§ 4º - O prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência mínima prevista no *caput* será contado da publicação da convocação no sitio oficial da Câmara Municipal, na forma prevista no inciso II do § 2º deste artigo.

§ 5º - A forma prevista neste artigo aplica-se também às sessões solenes e demais convocações de sessões da Câmara Municipal de Monte Sião.

§ 6º - A ausência de qualquer um dos requisitos presentes no *caput* deste artigo importará na nulidade da convocação.

Art. 127 - No período de recesso parlamentar, a Câmara só poderá reunir-se em sessão plenária extraordinária, por convocação expressa do Presidente da Câmara; por requerimento assinado por 2/3 (dois terços) dos vereadores; ou por solicitação do Prefeito Municipal.

315

Parágrafo único - Para as solicitações realizadas pelo Prefeito Municipal e os requerimentos assinados pelos membros da Câmara, o Presidente, de ofício, convocará os vereadores, observados os procedimentos previstos no artigo 126 deste Regimento Interno.

Seção III
Das Sessões Solenes

Art. 128 - As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara para o fim específico que lhe for determinado, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, sendo dispensadas a verificação da presença, a remuneração e o quórum regimental.

Art. 129 - As sessões solenes poderão ser conduzidas por um mestre de cerimônia, que será supervisionado diretamente pelo Presidente da Câmara.

Art. 130 – As sessões solenes serão obrigatoriamente introduzidas pelo Hino Nacional Brasileiro e o Hino à Monte Sião.

CAPÍTULO III
DA PAUTA DAS SESSÕES

Art. 131 - Compete ao Presidente da Câmara Municipal a organização da pauta das sessões, observando-se, obrigatoriamente, as disposições deste artigo.

§ 1º - O Setor de Protocolo da Câmara Municipal encaminhará ao Presidente da Câmara as proposições que, nos termos regimentais, estão aptas a compor a pauta das sessões

§ 2º - As proposições, para fins de organização da pauta, deverão ser protocoladas até o final do expediente da quinta-feira que antecede a realização de sessão ordinária, inclusive para os protocolos via Sistema de Gestão Legislativa.

§ 3º - Não será protocolada qualquer tipo de proposição encaminhada diretamente ao Setor de Protocolo da Câmara Municipal, através de e-mails, mensagens eletrônicas, telefone ou qualquer outro meio digital, salvo o Sistema de Gestão Legislativa.

§ 4º - Havendo mais de uma matéria com o mesmo objeto, será considerada para fins de apreciação e votação aquela que tiver sido protocolada em primeiro e desde que esteja com todos os seus dados completos, sob pena de arquivamento da remanescente pelo Setor de Protocolo, que lavrará a competente certidão, juntando-a à proposição.

§ 5º - O Setor de Protocolo não encaminhará ao Presidente, para fins de despachos e organização de pauta, os documentos e proposições intempestivas; que estejam com

316

seus dados incompletos; sem a devida justificativa por escrito, nos casos exigidos; e que descumpram as previsões deste artigo, inclusive os protocolos realizados via Sistema de Gestão Legislativa.

§ 6º - Nos casos previstos no parágrafo anterior, assim como quando descumprida a tempestividade e a formalidade de apresentação da proposição, o Setor de Protocolo promoverá o seu arquivamento em pasta específica.

§ 7º - Somente serão apreciadas e despachadas, as proposições que estejam devidamente protocoladas e assinadas, até no máximo o final do expediente do prazo estabelecido no § 2º deste artigo, sob pena de arquivamento pelo Setor de Protocolo.

§ 8º - Para os fins previstos nos § 2º e 7º deste artigo, considera-se expediente o horário de funcionamento da Câmara Municipal fixado pelo Presidente através de Portaria.

Art. 132 - O Setor de Protocolo disponibilizará a Pauta das Sessões, por meio eletrônico, com no mínimo 6 (seis) horas de antecedência da sessão plenária ordinária, observando a seguinte ordem na organização da pauta:

I – Indicações;

II – Moções de pesar;

III - Proposições que versem sobre licença ou renúncia;

IV - Vetos;

V - Emenda à Lei Orgânica do Município;

VI - Projetos de Decreto Legislativo;

VII - Projetos de Resolução;

VIII - Projetos de Leis Delegadas;

IX - Projetos de Leis Complementares;

X – Projetos de Leis Ordinárias;

XI - Recursos e Representações;

XII - Pareceres;

XIII - Requerimentos;

317

XIV - Moções;

XV - Outros papéis.

§ 1º - Após a divulgação pelo Setor de Protocolo, nenhuma matéria poderá ser posta em discussão sem que tenha sido incluída na Pauta das Sessões.

§ 2º - A alteração da Pauta das Sessões, após disponibilizada aos vereadores na forma do *caput* e do parágrafo anterior, somente poderá ocorrer por motivo de urgência, adiamento e vistas, através de requerimento escrito ou verbal de qualquer vereador, aprovado em plenário por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal no caso de urgência e adiamento, e concedido de plano no caso de vistas.

§ 3º - É vedada a votação de qualquer matéria até que se realize a deliberação sobre a proposição com prazo vencido, respeitando-se a ordem cronológica de protocolo, nos termos deste Regimento Interno.

§ 4º - Não confirmada a Pauta das Sessões pelo Presidente da Câmara, nos termos do *caput* deste artigo, o Setor de Protocolo certificará o ocorrido e comunicará os vereadores por meio eletrônico.

CAPÍTULO IV
DO EXPEDIENTE

Art. 133 - O Expediente destina-se à Tribuna Popular, aprovação das atas, leitura resumida dos papéis, indicações e moções de pesar.

Parágrafo único - As indicações e as moções de pesar não serão votadas, sendo somente lidas as moções de pesar pelo secretário e as indicações pelo autor, sendo em seguida encaminhadas ao destinatário.

Art. 134 - É assegurado o uso da palavra por representantes da sociedade na Tribuna Popular durante as sessões ordinárias, observando-se os seguintes procedimentos:

I - As solicitações serão apresentadas por escrito, junto ao Setor de Protocolo, através de requerimento em formulário próprio, com nome, endereço, número do título de eleitor e o assunto a ser tratado, desde que subscrito por no mínimo 40 (quarenta) assinaturas de eleitores do município.

II - O requerimento previsto no inciso anterior deverá ser protocolado com no mínimo (07) sete dias de antecedência da sessão ordinária, assim como quando se tratar de convite da Mesa Diretora.

III - Os assuntos a serem abordados deverão ter caráter de utilidade ou interesse público, sendo vedada a utilização da Tribuna Popular para se tratar de assuntos de interesse pessoal;

IV - Não se concederá o uso da palavra na Tribuna Popular para mais de um inscrito numa mesma sessão;

V - O inscrito poderá conceder apartes aos Vereadores ou distribuir seu tempo entre outros representantes quando se tratar de uma entidade;

VI - Em caso de desvirtuamento da utilização da Tribuna, o orador será advertido pelo Presidente uma única vez e, persistindo a ocorrência, terá a palavra cassada;

VII - As inscrições serão registradas em ordem cronológica de apresentação, ordem esta que será observada quando designadas as datas de utilização da Tribuna, de acordo com a disponibilidade da agenda da Casa;

Parágrafo único - O tempo de duração para uso da Tribuna Popular será de no máximo de 30 (trinta) minutos, improrrogáveis, incluído os questionamentos, comentários e apartes.

CAPÍTULO V
DA ORDEM DO DIA

Art. 135 - A Ordem do Dia, destina-se à discussão e votação das proposições e projetos em pauta, na seguinte ordem:

I - Proposições que versem sobre licença ou renúncia;

II - Vetos;

III - Emenda à Lei Orgânica do Município;

IV - Projetos de Decreto Legislativo;

V - Projetos de Resolução;

VI - Projetos de Leis Delegadas;

VII - Projetos de Leis Complementares;

VIII – Projetos de Leis Ordinárias;

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO
319

IX - Recursos e Representações;

X - Pareceres;

XI - Requerimentos;

XII - Moções;

XIII - Outros papéis.

Parágrafo único - Antes de ser colocado em discussão e votação, o Secretário fará a leitura do referido projeto, podendo a leitura ser dispensada a requerimento aprovado por maioria simples.

CAPÍTULO VI
DA PALAVRA FRANCA

Art. 136 - Encerrada a Ordem do Dia, nas sessões ordinárias, os vereadores poderão usar da Tribuna pelo prazo máximo de 4 (quatro) minutos cada um, prorrogáveis por mais 1 (um) minuto, para a sua livre manifestação.

§ 1º - A ordem sequencial para o uso da Tribuna será rotativa e alternada de forma crescente, obedecendo a ordem alfabética constante da Lista Oficial de Presença da primeira sessão de cada Ano Legislativo.

§ 2º - A ausência de qualquer vereador na sessão, não mudará a sequência do uso da palavra, e sua vez será repassada para o subsequente.

§ 3º - O vereador que for ofendido nominalmente, por qualquer manifestação, poderá solicitar a réplica pelo tempo de 2 (dois) minutos e se necessário a tréplica, pelo tempo de 01 (um) minuto.

§ 4º - Para fins do disposto no parágrafo anterior, não se considera ofensa nominal a simples citação do vereador, mas sim acusação, injúria ou calúnia.

§ 5º - Os apartes no uso da Palavra Franca, só poderão acontecer mediante a concordância do orador, e o tempo do aparte será computado como se da palavra estivesse fazendo uso o orador.

TÍTULO VII
DOS DEBATES E DAS DELIBERAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO
320

CAPÍTULO I
DAS DISCUSSÕES DAS PROPOSIÇÕES

Art. 137 - Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo aos Vereadores não usar da palavra sem solicitar e sem receber o consentimento do Presidente.

Art. 138 - O Vereador poderá falar, dentre outros casos autorizados pelo Presidente:

I- para discutir matéria em debate;

II- para apartear na forma regimental;

III- para levantar questão de ordem, suscitando dúvidas quanto à aplicação e requerendo o cumprimento do Regimento Interno;

IV- para justificar seu voto nos prazos regimentais;

V- para apresentar requerimento verbal na forma prevista neste Regimento Interno.

Art. 139 - Cada vereador poderá usar da palavra, dentro dos seguintes prazos:

I - 01 (um) minuto para declarar voto, pela ordem, para apartear e para requerer retificação ou impugnação da ata;

II - 03 (três) minutos para justificação de suas proposições dentro da Ordem dia;

III - 05 (cinco) minutos para discutir recursos e pareceres sujeitos a debates, na Ordem do Dia.

Parágrafo único - Cada vereador não poderá falar mais de duas vezes sobre a mesma matéria em discussão.

Art. 140 - O Vereador que solicitar a palavra não poderá:

I- usar da palavra com finalidade diferente da alegada para a sua solicitação;

II- desviar-se da matéria em debate;

III- falar sobre matéria vencida, ressalvada a hipótese de justificativa de voto;

321

IV- usar de linguagem imprópria;

V- ultrapassar o prazo regimental a que tem direito;

VI- deixar de atender às advertências do Presidente.

Art. 141 - Quando mais de um Vereador solicitar a palavra, o Presidente a concederá obedecendo à seguinte ordem de preferência:

I- ao líder do Prefeito em todos os projetos de autoria do Executivo;

II- ao autor;

III- para atender pedido de ordem regimental;

IV- ao autor da emenda, subemenda ou substitutivo.

Parágrafo único - Cumpre ao Presidente conceder a palavra alternadamente a quem se manifestar.

Art. 142 - Aparte é a interrupção do orador pela indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate.

§ 1º - O aparte deve ser expresso em termos corteses e não poderá exceder de 01 (um) minuto, podendo haver a réplica e a tréplica, também de 01 (um) minuto.

§ 2º - Não serão permitidos apartes paralelos sucessivos ou sem a concordância do orador, mediante licença expressa do Presidente.

§ 3º - Não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala questão de ordem ou declare voto.

§ 4º - Na discussão, o vereador que tiver com a palavra e se sentir ofendido poderá solicitar o direito de réplica pelo prazo de (01) um minuto, cabendo ao Presidente da Câmara deferir ou não.

§ 5º - Para fins do disposto no parágrafo anterior, não se considera ofensa a simples citação do vereador, mais sim acusação, injúria ou calúnia.

Seção I
"Pela Ordem" e "Questão de Ordem"

322

Art. 143 - Em qualquer fase dos trabalhos da sessão, poderá o Vereador falar "Pela Ordem", para reclamar a observância de norma expressa neste Regimento.

Parágrafo único - O Presidente não poderá recusar a palavra a Vereador que a solicitar "Pela Ordem", mas poderá interrompê-lo e cassar-lhe a palavra se não indicar imediatamente o artigo regimental desobedecido.

Art. 144 - "Questão de Ordem" é toda a dúvida levantada em Plenário, formulada com clareza e concedida em qualquer fase da sessão plenária, sobre interpretação regimental.

§ 1º - A "Questão de Ordem" deve ser objetiva, indicar o dispositivo regimental em que se baseia, referir-se a caso concreto relacionado com a matéria tratada na ocasião, não podendo versar sobre tese de natureza doutrinária ou especulativa.

§ 2º - Suscitada a "Questão de Ordem", o vereador deverá manifestar suas razões, podendo ser contestado por qualquer vereador.

§ 3º - Ao Presidente da Câmara cabe resolver, soberanamente as "Questão de Ordem", podendo cessar a palavra do vereador quando este não se ativer ao disposto neste artigo.

§ 4º - Considera-se simples precedente regimental a decisão sobre "Questão de Ordem", só adquirindo força obrigatória quando incorporada ao Regimento.

§ 5º - Nenhum vereador poderá falar, na mesma sessão, sobre "Questão de Ordem" já resolvida pela Presidência.

Art. 145 - As "Questão de Ordem" e "Pela Ordem" devem ser levantadas para assuntos diretamente ligadas à matéria em discussão.

Seção II
Do Pedido de Vista e Adiamento

Art. 146 - O pedido de vistas para estudo de matéria somente ocorrerá para os projetos que não tramitem em regime urgência e/ou que não estejam com prazos vencidos, desde que pautados, podendo ser feito por qualquer vereador, e independentemente de deliberação do plenário, será concedido de plano pelo Presidente da Câmara, pelo prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para cada vereador requerente, por ordem de protocolo.

§ 1º - O processo sobre o qual tenha sido aberta vista será entregue ao vereador, pelo Setor de Protocolo da Câmara, na ordem de solicitação sempre que houver mais de uma, marcando-se data de entrega e data da devolução.

323

§ 2º - Findo o prazo estabelecido neste artigo e, por qualquer circunstância, não sendo devolvido o processo ao Setor de Protocolo, este providenciará a elaboração de autos suplementares, ficando sem efeito o processo originário.

§ 3º - Os pedidos de vistas somente poderão ocorrer para projetos pautados para apreciação e durante o prazo de tramitação, ficando prejudicados os pedidos que venham a extrapolar o prazo regimental de vencimento.

Art. 147 - Adiamento de discussão é o pedido realizado por requerimento escrito ou verbal, para que a proposição seja examinada na sessão subsequente e somente poderá ser realizado pelo autor da proposição, exceto para os projetos de autoria do Executivo Municipal, cujo pedido poderá ser realizado pelo Líder do Prefeito.

§ 1º - Não será permitido adiamento de discussão para os projetos com prazo regimental vencido e os submetidos em regime de urgência.

§ 2º - Os pedidos de adiamento de discussão deverão ser aprovados por maioria qualificada de 2/3 dos membros da Câmara.

§ 3º - Serão adiados para sessão subsequente os projetos cujo autor esteja ausente na sessão, salvo se o projeto esteja com prazo de tramitação vencido.

CAPÍTULO II
DAS VOTAÇÕES

Art. 148 - As deliberações da Câmara, com exceção dos casos previstos, taxativamente, serão tomadas por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos membros da Câmara, processando-se as votações por escrutínio público, na forma eletrônica, simbólica ou nominal.

§ 1º - O procedimento eletrônico será regra geral para votações, conforme votação no painel eletrônico do Sistema de Gestão Legislativa.

§ 2º - Por motivos de ordem técnica, poderá ser adotado o procedimento simbólico, devendo permanecer como estiverem os vereadores que aprovarem a proposição.

§ 3º - A votação nominal será feita por imposição regimental, procedendo o Presidente da Câmara à chamada dos vereadores presentes por ordem alfabética, devendo responder "sim" ou "não" conforme forem favoráveis ou contrários à proposição.

§ 4º - Terminada a votação, o Presidente da Câmara anunciará o resultado declarando o número de votos contra e a favor.

324

§ 5º - Havendo dúvidas sobre o resultado, o Presidente da Câmara pode pedir aos vereadores que se manifestem novamente, uma única vez, para verificação dos votos, a requerimento de qualquer vereador.

§ 6º - O vereador poderá retificar o seu voto até a proclamação do resultado final pelo Presidente.

§ 7º - O Presidente da Câmara Municipal, somente terá direito a voto em caso de empate e nos casos em que as votações exigirem quórum qualificado de 2/3 (dois terços).

§ 8º - As votações devem ser feitas logo após o encerramento da discussão, só se interrompendo por falta de número regimental.

Art. 149 - O vereador presente à sessão plenária somente poderá abster-se de votar quando tiver, ele próprio ou parente afim ou consanguíneo até o terceiro grau inclusive, interesse manifesto na deliberação, devendo declarar-se impedido sob pena de nulidade da votação quando seu voto for decisivo.

§ 1º - Fica expressamente vedada a abstenção de voto nos demais casos não previstos no caput deste artigo.

§ 2º - Insistindo o vereador em abster-se, em descumprimento ao que regulamenta o presente artigo, sua presença será registrada para efeitos de quórum, porém terá a redução de seus subsídios na proporção de uma falta.

Art. 150 – A revogação, alteração ou modificação de um diploma legal, exigirá o mesmo quórum que o pré-estabelecido para votação do projeto original.

Art. 151 - Se no início ou decorrer da votação verificar-se que há falta de quórum regimental para deliberação, o Presidente da Câmara determinará ao Setor de Recursos Humanos que consigne a falta respectiva ao vereador que tenha se ausentado do plenário, assim como a hora em que se fez ausente, para os efeitos legais.

Art. 152 - Toda matéria deverá ser votada de forma global, salvo disposição em contrário ou a requerimento acolhido pelo plenário.

§ 1º - Na hipótese de votação de projeto emendado, o Presidente da Câmara colocará em votação o projeto, salvo as emendas, ficando estas prejudicadas se rejeitado o projeto.

§ 2º - As emendas, subemendas e substitutivos serão votados em ordem cronológica de protocolo.

§ 3º - Restará prejudicado o substitutivo, a emenda e a subemenda se outro, de mesma espécie, for aprovado com conteúdo conflitante.

325

§ 4º - Sendo o conteúdo do substitutivo, emenda ou subemenda complementar a outro já aprovado, a Comissão de Justiça e Redação, na elaboração da redação final, harmonizará os conteúdos, respeitada a vontade legislativa.

§ 5º - A requerimento de qualquer vereador, dado a complexidade, importância e volume do projeto, o Presidente da Câmara procederá a sua votação por artigo, capítulo, seção ou título, desde que aprovado por maioria simples.

Art. 153 - A nenhum vereador é licito falar contra o vencido, nem protestar contra as declarações da maioria.

CAPÍTULO III
DAS ATAS

Art. 154 - De cada sessão plenária será gravada ata eletrônica de áudio e vídeo, em mídia digital, que conterá o registro integral dos acontecimentos, sem cortes ou edições.

§ 1º - A Ata Eletrônica terá valor de documento oficial da Câmara Municipal para todos os fins.

§ 2º - A Ata Eletrônica não dispensa a elaboração da ata escrita, que deverá ser elaborada de forma resumida, composta dos seguintes elementos:

a) natureza e número da sessão;

b) data completa, local da realização da sessão e horário de início dos trabalhos;

c) nomes dos vereadores presentes e ausentes;

d) resumo da matéria constante do Expediente e Ordem do Dia;

e) resultado das deliberações em Plenário;

f) fechamento constando o encerramento da reunião;

g) assinatura do Presidente da Câmara e do 1º Secretário;

h) Número e tipo da identificação da mídia digital;

326

§ 3º - Não havendo condições técnicas para o registro da Sessão em sistema audiovisual, a ata deverá ser realizada de forma escrita contendo o registro dos acontecimentos de forma resumida.

§ 4º - A gravação das sessões deverá conter relógio no qual seja marcado o horário real dos acontecimentos.

§ 5º - As mídias originais ficarão arquivadas, permanentemente, no Setor de Dados e Sistemas da Câmara Municipal de Monte Sião, e não poderão ser submetidas a qualquer processo que resulte na sua modificação.

§ 6º - O Setor de Dados e Sistemas será responsável pela guarda e manutenção de pelo menos uma cópia da gravação de cada sessão em arquivo digital em mídia física ou hospedagem, gestão e monitoramento de infraestrutura em nuvem.

§ 7º - Excetuam-se do disposto no art. 154, as atas referentes à Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito; Eleição da Mesa Diretora; Eleição das Comissões Permanentes e Votação das Contas Municipais, que deverão conter de forma sucinta o registro dos acontecimentos.

§ 8º - Em caso de requerimento judicial, ou nos casos em que a legislação exigir, será feita a transcrição resumida da Ata Eletrônica, em forma de certidão, que deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário da Mesa Diretora.

Art. 155 - Qualquer vereador poderá requerer a dispensa da leitura da ata no todo ou em parte, mediante requerimento acolhido pela maioria simples.

§ 1º - Qualquer vereador poderá solicitar ressalva na ata, desde que a ressalva requerida seja de fato ocorrido durante a sessão.

§ 2º - Cada vereador poderá falar uma vez sobre a ata para pedir a sua retificação, pelo prazo máximo de 01 (um) minuto, devendo o plenário deliberar a respeito.

Art. 156 - A ata da última sessão plenária de cada legislatura será redigida e submetida à apreciação, bem como as demais que houverem, com qualquer número, ao término da sessão plenária legislativa.

Art. 157 - Será dada ampla divulgação às sessões da Câmara através dos meios de comunicação.

TÍTULO VIII
DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

327

CAPÍTULO I
DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

Art. 158 - Aprovado um projeto de lei na forma regimental, será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado ao Prefeito Municipal, para sanção ou veto.

Art. 159 - Recebido o projeto, o Prefeito Municipal no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de seu recebimento:

I - se aquiescer, sancioná-lo-á;

II - se o considerar, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente.

§ 1º - O silêncio do Prefeito, decorrido o prazo, importa em sanção.

§ 2º - O Prefeito Municipal publicará o veto e, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, protocolará suas razões na Câmara Municipal.

§ 3º - O Veto Parcial abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

Art. 160 - A Câmara, dentro de 30 (trinta) dias contados do protocolo do Veto, sobre ele decidirá e sua rejeição só ocorrerá pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

§ 1º - O Veto será despachado à Comissão de Justiça e Redação imediatamente pelo Presidente da Câmara após o seu recebimento.

§ 2º - Se o Veto não for mantido, a Câmara enviará o projeto de lei, em 48 (quarenta e oito) horas, ao Prefeito que terá igual prazo para promulgação.

§ 3º - No Veto parcial a votação se processará em separado para cada uma das disposições autônomas atingidas.

§ 4º - Esgotado o prazo estabelecido no *caput*, sem deliberação, o Veto será incluído na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até votação final.

§ 5º - Se nos casos do § 1º do artigo anterior e do § 2º deste artigo, a lei não for, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, promulgada pelo Prefeito, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo obrigatoriamente.

328

§ 6º - O Setor de Protocolo fará os respectivos encaminhamentos de sanção e promulgação previstos neste Regimento Interno, assim como providenciará a publicação do veto no átrio da Câmara Municipal e o disponibilizará à Comissão de Justiça e Redação, por meio eletrônico, caso seja descumprido o previsto no § 1º deste artigo.

Art. 161 - Aplicam-se à apreciação do veto, no que couber, as disposições relativas à tramitação de projeto de lei ordinária.

CAPÍTULO II
DA REDAÇÃO FINAL

Art. 162 - Quando, após a aprovação de projetos e até a expedição do autógrafo, verificar-se inexatidão ou incoerência do texto, a Comissão de Justiça e Redação procederá a respectiva correção, da qual dará conhecimento ao plenário, encaminhando a redação final do projeto para votação na mesma sessão ordinária ou na subsequente.

§ 1º - Somente se admitirá o procedimento de que trata o presente artigo para evitar incorreção de linguagem, incoerência notória, erro material, contradição evidente ou absurdo manifesto, mas que nunca altere a substância do aprovado.

§ 2º - O Setor de Protocolo, por determinação da Comissão de Justiça e Redação, providenciará as adaptações previstas no parágrafo anterior e disponibilizará no Sistema de Gestão Legislativa - SGL, correspondente ao respectivo Autógrafo de Lei, promovendo a reordenação dos artigos, parágrafos, incisos e alíneas no caso de modificação durante a tramitação da proposição.

§ 3º - A votação da Redação Final poderá ser realizada na mesma sessão plenária, observando-se para isso a suspensão da sessão pelo prazo necessário à lavratura do devido Autógrafo de Lei.

CAPÍTULO III
DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 163 – A Câmara Municipal e suas comissões poderão reunir-se em audiência pública com os cidadãos, órgãos e entidades públicas ou civis para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assunto de interesse público relevante atinente à área de sua competência, mediante requerimento escrito de Vereador aprovado pela maioria simples em plenário.

§ 1º - O requerimento indicará a matéria a ser analisada e sua respectiva justificativa, bem como a comissão que deverá conduzir os trabalhos.

329

§ 2º - Em se tratando de audiência a ser realizada fora das dependências da Câmara, a Mesa Diretora deliberará junto a Diretoria da Casa, acerca da possibilidade de disponibilização de servidores e equipamentos para apoio à realização do evento.

§ 3º - As audiências públicas deverão garantir a pluralidade democrática de ideias e estimular a participação de representantes das mais diversas correntes de pensamentos sobre o tema em discussão.

Art. 164 - A data e hora da reunião será definida pela respectiva Comissão e publicada nas redes sociais do Poder Legislativo e no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal, para ciência dos interessados.

Art. 165 - A audiência pública será convocada com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência pela respectiva Comissão.

Art. 166 - A audiência pública terá duração máxima de 03 (três) horas, podendo ser prorrogada por no máximo 01 (uma) hora.

Parágrafo único - O tempo da audiência pública será distribuído de forma equivalente entre as entidades participantes, oradores credenciados, vereadores e outras autoridades que pretenderem participar dos debates, conforme roteiro previamente estabelecido.

Art. 167 - A audiência púbica será dirigida pelo Presidente da Comissão a que a audiência foi solicitada, substituindo-o em sua ausência o Vice-Presidente e Relator, sucessivamente.

Art. 168 - Poderá ser realizada audiência pública de forma conjunta entre duas ou mais comissões, ficando a presidência neste caso, sob a responsabilidade do Presidente da Câmara.

§ 1º - Poderá o Presidente da Câmara delegar a presidência da audiência pública a um dos membros das comissões envolvidas, através de Portaria, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas da sua realização.

§ 2º - A audiência pública somente será iniciada com a maioria dos membros da comissão ou comissões no caso de reunião conjunta.

Art. 169 - As audiências serão gravadas em ata eletrônica de áudio e vídeo, em mídia digital, que conterá o registro integral dos acontecimentos, sem cortes ou edições.

§ 1º - A gravação das audiências deverá conter relógio no qual seja marcado o horário real dos acontecimentos.

330

§ 2º - As mídias originais ficarão arquivadas, permanentemente, no Setor de Dados e Sistemas da Câmara Municipal de Monte Sião, e não poderão ser submetidas a qualquer processo que resulte na sua modificação.

§ 3º - O Setor de Dados e Sistemas será responsável pela guarda e manutenção de pelo menos uma cópia da gravação de cada audiência em arquivo digital em mídia física ou hospedagem, gestão e monitoramento de infraestrutura em nuvem.

§ 4º - Não havendo condições técnicas para o registro da audiência em sistema audiovisual, a ata deverá ser realizada de forma escrita contendo o registro dos acontecimentos de forma resumida.

CAPÍTULO IV
DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS, DIRETORES, CHEFES E ASSESSORES DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 170 – Será necessariamente escrito e dependerá de deliberação do plenário o requerimento de Vereador ou Comissão que solicitar a convocação dos secretários, diretores, assessores ou qualquer outro que exerça cargo de chefia ou equivalente para esclarecimentos na Câmara Municipal, devendo o requerimento indicar o motivo da convocação, especificando os assuntos que lhes serão propostos.

Parágrafo único - Aprovado o requerimento, o Presidente expedirá ofício ao convocado, estabelecendo dia e hora para o comparecimento.

Art. 171 - No dia e hora estabelecidos, a Câmara reunir-se-á com o fim específico de ouvir o convocado, vedado aos vereadores e convocado abordar assunto diverso do constante do ato de convocação.

§ 1º - Os vereadores interessados em fazer uso da palavra para posicionar-se sobre o assunto ou interpelar o convocado, deverão realizar inscrição prévia junto a Presidência da Câmara.

§ 2º - Aberta a reunião, a presidência concederá a palavra ao vereador ou presidente da comissão requerente, que fará uma breve explanação sobre os motivos da convocação.

§ 3º - Com a palavra, o convocado poderá dispor do tempo de 10 (dez) minutos para realizar uma explanação geral sobre o assunto da convocação.

§ 4º - Observada a ordem de inscrição, os vereadores dirigirão suas interpelações ao convocado, dispondo do tempo de 05 (cinco) minutos, sem apartes, sobre o assunto da convocação.

§ 5º - O convocado disporá de 05 (cinco) minutos para responder cada vereador e este ao final disporá de 01 (um) minuto para réplica, vedado aparte.

§ 6º - Antes de encerrada a reunião, o convocado terá o prazo de 05 (cinco) minutos para considerações finais.

§ 7º - Respondidos os quesitos objeto da convocação e havendo tempo regimental, dentro da matéria da alçada do convocado, poderão os vereadores inscritos interpelarem-no livremente, observados os prazos anteriormente mencionados.

CAPÍTULO V
DA CONCESSÃO DE HONRARIAS

Art. 172 - A Câmara Municipal de Monte Sião, prestará homenagem a pessoas vivas, cuja conduta venha dignificar o desenvolvimento e progresso do município, com o Título de Cidadão Honorário Monte-sionense, Insígnia Major Antônio Bernardes de Souza e a Comenda Mulheres que fazem a diferença, na seguinte conformidade:

I – Cada vereador poderá indicar o nome de uma mulher por sessão legislativa para receber a Comenda Mulheres que fazem a diferença.

II - Cada vereador poderá indicar um nome a cada ano ímpar da legislatura, para receber o Título de Cidadão Honorário Monte-sionense e um nome a cada ano par da legislatura, para receber a Insígnia Major Antonio Bernardes de Souza.

§ 1º - A Comenda Mulheres que fazem a diferença destina-se a mulheres que trabalham em Monte Sião, naturais de Monte Sião ou não, e mulheres Monte-sionenses que, residentes em outros municípios, levam e elevam o nome do município em suas ações.

§ 2º - O Título de Cidadão Honorário Monte-sionense destina-se, exclusivamente, a homenagear personalidades nascidas em outras localidades e a Insígnia Major Antonio Bernardes de Souza, exclusivamente, aos naturais do Município de Monte Sião.

Art. 173 – As indicações dos nomes deverão ser realizadas por meio de ofício entregues impreterivelmente até o dia 15 (quinze) de janeiro do ano em que se der a concessão da horaria, no Setor de Protocolo, e deverão estar acompanhados de justificativa escrita, com dados biográficos suficientes para que se evidencie o mérito do homenageado.

Parágrafo único - A indicação fora do prazo e a não apresentação da justificativa impedirá o protocolo do ofício, ficando prejudicada a indicação para fins de concessão das honrarias, sob pena de arquivamento pelo Setor de Protocolo.

332

Art. 174 - As entregas das honrarias serão realizadas em Sessão Solene, observado o seguinte:

I - Comenda Mulheres que fazem a diferença no dia 08 de março, dia internacional das mulheres, às 18 (dezoito) horas;

II - Insígnia Major Antonio Bernardes de Souza e o Título de Cidadão Honorário Monte-sionense no dia 29 de março, dia do aniversário da cidade de Monte Sião, às 18 (dezoito) horas;

Parágrafo único – Caso as datas fixadas caiam em dia não útil, o Presidente da Câmara poderá adiantar ou postergar o evento em até 15 (quinze) dias.

Art. 175 - As homenagens serão entregues pelo vereador que indicou o homenageado, exceto no caso de impedimento, ocasião em que o Presidente da Câmara escolherá entre os presentes, uma autoridade para esta finalidade.

Art. 176 - A Comenda Mulheres que fazem a diferença será cunhada em placa produzida em aço inox espelhado, fixada em estojo de veludo na cor preta, gravado por foto corrosão, com medidas de 30 centímetros de largura e 20 centímetros de altura, com bordas em tons de rosa, tendo no canto inferior esquerdo a logomarca da Câmara Municipal, e em seu canto inferior direito a data em que a solenidade acontecerá, o nome do autor da homenagem e abaixo o nome do Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo único - A epígrafe da placa terá os seguintes dizeres: "A Câmara Municipal de Monte Sião, confere à Ilma. Sra. (nome da homenageada), a Comenda Mulheres que fazem a diferença, pelo seu trabalho, exemplo de coragem, dedicação em seu segmento de atuação profissional e por seus méritos extraordinários que fazem a diferença na sociedade".

Art. 177 - O Título de Cidadão Honorário Monte-sionense será cunhado em placa produzida em aço inox espelhado, fixada em estojo de veludo na cor azul, gravado por foto corrosão, com medidas de 30 centímetros de largura e 20 centímetros de altura, tendo no canto inferior esquerdo a logomarca da Câmara Municipal, e em seu canto inferior direito a data em que a solenidade acontecerá, o nome do autor da homenagem e abaixo o nome do Presidente da Câmara Municipal.

§ 1º - A epígrafe da placa terá os seguintes dizeres em caixa alta: "A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO RECONHECE E VALORIZA AQUELES CIDADÃOS QUE, MESMO NÃO TENDO NASCIDO EM NOSSO MUNICÍPIO, O ADOTARAM COMO SEU LAR E DOARAM PARTE DO SEU TEMPO EM PROL DO BEM COMUM E DO PROGRESSO DA COMUNIDADE LOCAL. PELO ESPÍRITO PÚBLICO E PELA DEDICAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO HUMANO, SOCIAL E ECONÔMICO DE MONTE SIÃO, TEMOS A HONRA DE CONCEDER O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO MONTE-SIONENSE AO SENHOR.".

333

§ 2º - Ao final da frase editada no Parágrafo anterior, deve-se respeitar a concordância de gênero com relação aos homenageados.

§ 3º - Após o texto epígrafe, também em caixa alta, será disposto o nome do homenageado ou homenageada.

Art. 178 - A insígnia "Major Antônio Bernardes de Souza" será cunhada na forma de medalha, com 6,5cm de diâmetro, em formato octogonal, confeccionada em aço inox, com espessura de 1,2mm, com aplique abaulado, com fita em gorgurão nas cores azul e branca e acondicionado em estojo de veludo na cor azul.

§ 1º - No semicírculo central haverá a representação artística do contorno do Santuário de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa - marco da fundação do Município - tendo a seguinte inscrição na borda circular, em caixa alta: "INSÍGNIA MAJOR ANTONIO BERNARDES DE SOUZA", tendo em seguida a referência em anos da fundação do Município de Monte Sião.

§ 2º - No verso da medalha, esta também banhado em ouro dezoito quilates, será impressa a representação artística da pintura que ornamenta a entrada do Museu Histórico e Geográfico do Município, que se trata de concepção sobre o fundador do Município planejando a cidade.

Art. 179 - Fica vedada a outorga de homenagem a pessoa já agraciada, desde que seja com a mesma honraria.

Art. 180 - Os projetos para concessão de honraria estabelecidos neste capítulo, serão submetidos à votação eletrônica e exigirão "quórum" de 2/3 (dois terços) para sua aprovação.

Art. 181 - Nas sessões solenes de entrega de honraria poderão usar da palavra os vereadores, homenageados e autoridades presentes, na seguinte conformidade:

I – Pelo tempo de 05 (cinco) minutos cada um, os homenageados, que serão inscritos segundo a manifestação de cada um, em ordem alfabética.

II – Pelo tempo de 03 (três) minutos cada um, as autoridades presentes.

III – Pelo tempo máximo de 05 (cinco) minutos cada um, os vereadores, que serão inscritos segundo cada manifestação, em ordem alfabética, excetuando-se o Presidente da Câmara Municipal que terá o tempo de 6 (seis) minutos e será o último a usar da palavra.

CAPÍTULO VI
DOS PROJETOS DE NATUREZA ORÇAMENTÁRIA

334

Art. 182 – A Câmara Municipal encaminhará ao Executivo Municipal até o dia 30 (trinta) de março de cada exercício financeiro, as informações relativas ao Poder Legislativo Municipal para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 183 - O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado à Câmara Municipal até o dia 15 (quinze) de abril e devolvido para sanção até o dia 15 (quinze) de julho.

Parágrafo único – A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 184 - O projeto de lei do Plano Plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, será encaminhado até o dia 31 (trinta e um) de agosto do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o dia 31 (trinta e um) de dezembro.

Art. 185 - O Projeto de Lei Orçamentária do município será encaminhado à Câmara Municipal até 31 (trinta e um) de agosto e devolvido para sanção até o dia 31 (trinta e um) de dezembro.

Parágrafo Único - Caso a Câmara não tenha votado a Lei Orçamentária Anual até 31 (trinta e um) de dezembro, será aplicada, para o ano subsequente, a lei orçamentária vigente, até que se ultime a votação e sanção pelo Executivo Municipal.

Art. 186 - Recebidos do Executivo até as datas determinadas, os projetos de natureza orçamentária serão despachados em até 48 (quarenta e oito) horas a Comissão de Finanças e Orçamento e disponibilizado aos vereadores pelo Sistema de Gestão Legislativa.

Parágrafo Único - Não ocorrendo o despacho determinando no *caput* deste artigo, o Setor de Protocolo providenciará a publicação da matéria no átrio da Câmara Municipal e a disponibilizará à Comissão de Finanças e Orçamento, por meio eletrônico, para emissão dos respectivos pareceres.

Art. 187 - Após disponibilizado no sistema de gestão legislativa, os vereadores terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias para apresentação de emendas, exceto as emendas individuais que se processarão em regulamento próprio estabelecido neste regimento.

Parágrafo Único - Não serão recebidas pelo Setor de Protocolo emendas em desacordo com as normas gerais de direito financeiro e orçamentário para elaboração e controle dos orçamentos, sob pena de arquivamento pelo setor.

Art. 188 - O Prefeito poderá enviar mensagem propondo modificações nos projetos a que se refere este Capítulo, enquanto não iniciada a votação.

335

Art. 189 - Respeitadas as disposições expressas neste Capítulo para discussão e votação de projetos de leis orçamentárias, serão aplicadas, no que couber, as normas estabelecidas no Regimento Interno para os demais projetos de lei.

Parágrafo único - Os procedimentos e prazos previstos nos artigos 194, 195 e 196 para apresentação, análise e correção das emendas individuais dos vereadores, se aplicam às demais emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO VII
DAS EMENDAS INDIVIDUAIS DOS VEREADORES

Art. 190 - Nos termos da Lei Orgânica do Município, a lei orçamentária anual conterá dotação específica para atendimento das emendas individuais dos vereadores no limite de 2,0% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto de lei orçamentária pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 191 - Os recursos destinados às emendas individuais serão distribuídos proporcionalmente aos vereadores, sendo que no mínimo a metade deste percentual de cada vereador será destinado a ações e serviços públicos e/ou filantrópicos de saúde do Município de Monte Sião.

Art. 192 - A emenda deverá estar em conformidade e consignada nas peças orçamentárias, em unidade orçamentária própria a ser criada pela Câmara Municipal e obrigatoriamente terá como fonte de anulação a ficha Reserva de Contingência, prevista no projeto de lei orçamentária anual, encaminhado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 193 - Na elaboração da emenda, o vereador deverá informar no mínimo:

I – item;

II - destino do recurso;

III - ação ou serviço;

IV – valor;

V - fonte de custeio.

Art. 194 - As emendas individuais deverão ser protocoladas no prazo improrrogável de até 25 (vinte e cinco) dias corridos, contados da data do despacho do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

336

Parágrafo único – As emendas individuais protocoladas fora do prazo definido no *caput* deste artigo, serão arquivadas de plano pelo Setor de Protocolo.

Art. 195 - Recebidas as emendas, serão despachadas imediatamente e por meio eletrônico à Comissão de Finanças e Orçamento, a qual fará análise prévia do objeto e valor respectivo.

§ 1º - Havendo divergências nas emendas, a Comissão devolverá a mesma ao vereador, no prazo de até 05 (cinco) dias, para as devidas correções, devendo fazê-lo em igual prazo e reapresentando a emenda junto ao Setor de Protocolo por meio de ofício, sob pena de arquivamento.

§ 2º - Recebido a emenda com as devidas correções, o Setor de Protocolo realizará as alterações no Sistema de Gestão Legislativa e certificará o ocorrido.

§ 3º - Após análise e estando de acordo com as normas legais estabelecidas neste regimento, a Comissão de Finanças e Orçamento emitirá o devido parecer, em até 05 (cinco) dias, para que a proposição seja encaminhada à votação.

§ 4º - No caso de emendas iguais prosseguirá aquela que for protocolada primeiro.

§ 5º - Não ocorrendo o despacho determinando no *caput* deste artigo, o Setor de Protocolo providenciará a publicação da matéria no átrio da Câmara Municipal e a disponibilizará à Comissão de Finanças e Orçamento, por meio eletrônico, para emissão dos respectivos pareceres.

Art. 196 - Fica vedada a apresentação de emendas individuais que:

I - se destinem ao pagamento de despesas de pessoal;

II - contenham incompatibilidade do objeto proposto com o programa do órgão ou entidade executora em andamento;

III - falta de razoabilidade do valor proposto;

IV - incompatibilidade do valor com o cronograma de execução do projeto ou, ainda, proposta de valor que impeça a conclusão de no mínimo uma etapa útil do projeto;

V - ausência de pertinência temática entre o projeto proposto e a finalidade institucional da entidade beneficiária, quando for o caso;

CAPÍTULO VIII
DAS CONTAS

337

Art. 197 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração indireta é exercida pela Câmara, mediante controle externo.

Parágrafo único - O controle externo a cargo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 198 - Para emitir seu parecer, a Comissão de Finanças e Orçamento poderá vistoriar as obras e serviços, examinar processos, documentos e papéis nas repartições da Prefeitura Municipal e dos órgãos da Administração Indireta, podendo também solicitar esclarecimentos complementares ao Chefe do Executivo para aclarar partes obscuras.

Art. 199 - Cabe a qualquer Vereador o direito de acompanhar os estudos da Comissão de Finanças e Orçamento no período em que o processado respectivo estiver entregue a ela.

Art. 200 - Recebidos os processos do Tribunal de Contas do Estado, a Câmara deliberará sobre o parecer prévio, no prazo máximo de 100 (cem) dias do seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

I - De posse do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Câmara, na primeira sessão plenária ordinária, determinará sua leitura, despachando em seguida à Comissão de Finanças e Orçamento;

II - Recebendo o parecer prévio, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ordenará a notificação do Prefeito, com a remessa de cópias do parecer e os documentos que o instruírem, para que, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias, apresente defesa por escrito, indique as provas que pretende produzir, junte documentos e arrole testemunhas, até o máximo de 05 (cinco);

III - Decorrido o prazo de defesa, com ou sem apresentação, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, designará desde logo o início da instrução, e determinará os atos, as diligências e audiências que se fizerem necessários, para inquirição das testemunhas arroladas;

IV - O Prefeito deverá ser notificado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas;

V - Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao Prefeito, para razões escritas, no prazo de 10 (dez) dias, e após, a Comissão de Finanças e Orçamento, dentro

338

do prazo de 30 (trinta) dias, emitirá parecer pela aprovação ou rejeição das contas, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão plenária extraordinária de julgamento;

VI - Na sessão plenária de julgamento, o processo será lido, integralmente, e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 10 (dez) minutos cada um, e, ao final o Prefeito, ou seu procurador, terá 01 (uma) hora, para produzir sua defesa oral;

VII - Concluída a defesa, proceder-se-á a votação nominal, por ordem alfabética.

VIII - Concluído o julgamento das contas, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal, expedindo, em seguida, o competente decreto legislativo de aprovação ou rejeição das contas;

IX - O parecer do Tribunal de Contas do Estado somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

X - Qualquer que seja o resultado, o Presidente da Câmara, deverá comunicar a Justiça Eleitoral e o Ministério Público para todos os fins de direito.

Parágrafo único - O não cumprimento dos prazos acima previstos acarretará ao responsável as medidas legais cabíveis, salvo motivo justificado.

CAPÍTULO IX
DO REGIMENTO

Art. 201 – O Regimento Interno somente poderá ser alterado por meio de projeto de resolução proposto por no mínimo 1/3 (um terço) dos membros da Câmara e aprovado por maioria absoluta.

§ 1° - A regra prevista no caput deverá ser observada para emendas, subemendas e substitutivos apresentados ao projeto de resolução.

§ 2° - Somente os casos não previstos neste Regimento Interno serão resolvidos soberanamente pelo plenário, respeitando-se o quórum de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

CAPÍTULO X
DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

339

Art. 202 - Os atos administrativos de competência da Mesa e da Presidência, serão expedidos através de Portarias, nos seguintes casos:

I – provimento e vacância de cargos da Câmara Municipal e demais atos de efeitos individuais;

II – abertura de sindicância e processo administrativo, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;

III – outros casos determinados em lei, resolução ou neste Regimento Interno.

Art. 203 - A Diretoria Administrativa terá os livros, fichas e sistemas organizados por ela, através de regulamentos próprios.

Art. 204 - As representações da Câmara, dirigidas aos Poderes do Estado e da União, serão assinadas pelo Presidente da Câmara, e os papéis de expediente comum pelo responsável de cada departamento.

Parágrafo único - A correspondência oficial da Câmara será feita pelo responsável de cada departamento, sob a responsabilidade da Presidência.

Seção I
Da Procuradoria Jurídica

Art. 205 - A Procuradoria Jurídica é órgão permanente desta Câmara Municipal, a quem compete exercer a representação judicial e a consultoria técnico-jurídica do Poder Legislativo.

§ 1º - As atribuições, direitos e obrigações dos membros da Procuradoria Jurídica serão definidas por lei.

§ 2º - As solicitações de pareceres à Procuradoria Jurídica serão realizadas por meio de ofício da Presidência ou de departamentos administrativos da Câmara.

§ 3º - Nos casos previstos no parágrafo anterior, o prazo para emissão de parecer será de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa devidamente fundamentada.

Seção II
Do Sistema de Gestão Legislativa - SGL

Art. 206 - Fica instituído na Câmara Municipal de Monte Sião o Sistema de Gestão Legislativa – SGL, que consiste na solução informatizada de todas as funções e tarefas que compõem o processo legislativo.

Parágrafo único - O Sistema de Gestão Legislativa - SGL permitirá aos usuários a elaboração de documentos, com acesso restrito, e envio eletrônico, diretamente dos gabinetes por intermédio de protocolo automático, com controle de envio e passível de consulta, no qual serão registrados, entre outros, dados como número, data, natureza do objeto, autor, texto e justificativa, quando exigida.

Art. 207 - Serão formalizados, unicamente pelo Sistema de Gestão Legislativa – SGL, o protocolo de proposituras que originem processos legislativos tais como, indicações, requerimentos, moções, projetos de emendas à lei orgânica, projetos de lei ordinária, projetos de lei complementar, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução, substitutivos, emendas, subemendas, ofícios, e ainda a prática dos demais atos processuais que compõe o trâmite legislativo.

Art. 208 - Será disponibilizado aos Vereadores e servidores da Câmara Municipal de Monte Sião, pela Diretoria Geral da Câmara, acesso com *login* e senha próprios, de modo a preservar o sigilo, a identificação e a autenticidade de suas comunicações.

§ 1º - É de exclusiva responsabilidade do titular do *login* e senha, o seu uso e sigilo.

§ 2º - Poderá ser disponibilizado *login* e senha ao Poder Executivo Municipal para comunicação entre os poderes e a realização de tarefas de sua competência.

§ 3º - Fica vedada a utilização do login e senha por terceiros para fins de registro e protocolo de documentos, proposições e projetos, sob pena de arquivamento pelo Setor de Protocolo através de certidão.

§ 4º - Para fins de verificação do disposto no parágrafo anterior, o Setor de Protocolo poderá utilizar-se do relatório de *logon* do SGL quando verificada qualquer irregularidade.

§ 5º - Poderá o vereador autorizar o acesso por seu *login* e senha a terceiros nos casos de viagens ou missões oficiais, devidamente comprovadas por requerimento oficial de diária ou reserva de veículos, para o protocolo de documentos, desde que realizado durante o expediente da Câmara Municipal.

Art. 209 – Os processos e documentos que tramitarem pela Câmara Municipal deverão ser registrados no Setor de Protocolo para fins de tramitação e encaminhamento.

311

Art. 210 – Serão considerados tempestivamente protocolados no Sistema de Gestão Legislativa – SGL os protocolos registrados dentro do horário de expediente da Câmara Municipal.

§ 1º - Para efeitos do disposto no *caput*, considera-se horário de expediente o horário de funcionamento da Câmara Municipal, fixado por meio de Portaria.

§ 2º - As proposições e documentos produzidos de forma eletrônica deverão ser assinados digitalmente pelo seu autor, como garantia da origem de seu signatário.

§ 3º - Os documentos digitalizados deverão ser assinados ou rubricados e anexadas à proposição ou documento principal, que deverão ser assinados digitalmente.

Seção III
Da Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais

Art. 211 - Os encaminhamentos legislativos das Pautas serão realizados por meio eletrônico, na forma estabelecida neste Regimento Interno.

Parágrafo único - Nos casos urgentes, em que os encaminhamentos realizados na forma deste artigo possam causar prejuízos ao trâmite do processo legislativo, ou nos casos de impedimento por ordem técnica, o ato legislativo deverá ser realizado manualmente obedecida a ordem cronológica dos documentos e protocolos.

Art. 212 - Os documentos oriundos de entidades, da população de modo geral e as correspondências recebidas dos diversos órgãos e que forem transitar no Poder Legislativo Municipal, serão registrados no Sistema de Gestão Legislativa - SGL, salvo impossibilidade técnica, situação em que serão registrados manualmente obedecida a ordem cronológica dos documentos e protocolos, contendo:

I – O título "Câmara Municipal de Monte Sião – MG";

II – Número do protocolo, renovado anualmente;

III – Data e hora gerados automaticamente pelo SGL;

IV – Natureza do documento;

V – Assinatura do responsável pelo Setor de Protocolo;

§ 1º - Recebido o documento, o Setor de Protocolo providenciará a sua digitalização, disponibilização no SGL e encaminhará ao gabinete ou setor de destino.

§ 2º - O Setor de Protocolo remeterá o documento ao destinatário, devendo este acusar o recebimento, de modo que não havendo qualquer manifestação, considera-se o destinatário, para todos os efeitos legais, ciente da documentação.

§ 3º - O Setor de Protocolo, a depender do caso e ao seu critério, poderá entregar o documento original ao destinatário, devendo certificar o ocorrido na cópia que for arquivada no setor.

§ 4º - Os documentos destinados aos Vereadores serão recebidos por estes ou por seus assessores e os documentos destinados às comissões serão entregues ao gabinete de seu presidente, respeitado o prazo do art. 213 deste Regimento Interno.

§ 5º - Havendo recusa em receber o documento por parte de Vereador ou Servidor, o Setor de Protocolo certificará o ocorrido, juntando a respectiva certidão, ficando o destinatário, para os efeitos legais, ciente da documentação.

Art. 213 – Os documentos destinados aos vereadores e departamentos da Câmara Municipal não poderão ficar retidos no Setor de Protocolo por mais de 03 (três) dias úteis, salvo motivo justificado do responsável pelo setor.

Art. 214 - Os documentos produzidos pelo Sistema de Gestão Legislativa e juntados aos processos legislativos, com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida neste regimento, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Parágrafo Único - Os autos do Processo Legislativo deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares.

Art. 215 – Poderá o Vereador delegar expressamente, mediante procuração com prazo pré-determinado, entregue ao Setor de Protocolo, poderes para os assessores de gabinete assinarem papéis administrativos por ele autorizados, exceto os documentos que compõem o processo legislativo e que demandem atos personalíssimos do Vereador.

TÍTULO IX
DA POLÍCIA INTERNA

Art. 216 - O policiamento do recinto interno compete, privativamente, à Presidência da Câmara e será feito normalmente, por seus servidores, podendo ser requisitados elementos de corporação civil e militar para manter a ordem.

Art. 217 - Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservada, desde que:

313

I - Apresente-se decentemente trajado;

II - Não porte armas;

III - Conserve-se em silêncio e sem nenhuma manifestação de apoio ou desagravo, durante os trabalhos legislativos;

IV - Respeite os Vereadores sem interpelá-los no recinto da Câmara, e;

V - Atenda às determinações da presidência.

§ 1º - Pela inobservância destes deveres serão retirados do recinto, por determinação do Presidente da Câmara, todas as pessoas que não observarem as determinações deste artigo, sem prejuízos de outras medidas.

§ 2º - É expressamente vedada a afixação de faixas e cartazes no recinto da Câmara Municipal em dias de reuniões ordinárias, extraordinárias, solenes e em audiências públicas.

Art. 218 - Se no recinto da Câmara Municipal for cometida qualquer infração penal, o Presidente da Câmara dará voz de prisão em flagrante ao infrator, apresentando-o à autoridade policial competente para autuação e instauração do processo-crime correspondente.

Parágrafo único - Se não houver flagrante, o Presidente da Câmara deverá comunicar o fato à autoridade policial competente para a instauração do inquérito.

TÍTULO X
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 219 -Na sala das sessões deverão estar permanentemente, entronizados e hasteadas, respectivamente o crucifixo, o brasão do legislativo municipal e as bandeiras do Brasil, Minas Gerais e de Monte Sião.

Art. 220 - Quando não se mencionar expressamente dias úteis, os prazos previstos neste Regimento Interno serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado para o primeiro dia útil seguinte o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

Art. 221 - O período de recesso parlamentar, compreendido entre os dias 16 a 31 de julho e de 16 de dezembro a 31 de janeiro, será considerado como férias legislativas, ficando suspensos os prazos regimentais.

344

Art. 222 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e em especial as Resoluções nº 471/2018 e 496/2022, o Decreto Legislativo nº 489/2022 e suas respectivas alterações.

TÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 223 – Os prazos iniciados na vigência da Resolução nº 471/2018 tramitarão conforme suas disposições.

Art. 224 – Os atuais mandatos e nomenclaturas das Comissões Permanentes terão vigência até 31 de dezembro de 2024, por ocasião do término da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de Monte Sião.

Art. 225 - Este Regimento Interno passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07 de Novembro de 2023.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

MAURÍCIO ZUCATO JÚNIOR
PRESIDENTE

DÉCIO FRED
VICE-PRESIDENTE

ANGÉLICA ARTUSO DE SOUZA
RELATORA

Emenda nº 1: A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI APROVA A SEGUINTE EMENDA:

345

Art.1º - Acrescenta-se o § 2º ao art. 61 do Projeto de Resolução nº 9/2023, com a seguinte redação:

"§ 2º - As deliberações das comissões temporárias serão registradas em ata eletrônica de áudio e vídeo, em mídia digital, que conterá o registro integral dos acontecimentos, sem cortes ou edições, bem como em ata escrita, que deverá ser elaborada de forma resumida, composta dos seguintes elementos:

a) nome e espécie da comissão;

b) data completa, local da realização da reunião e horário de início dos trabalhos;

c) nomes dos vereadores presentes e ausentes e dos investigados, processados e testemunhas convocadas pela comissão;

d) resumo da matéria em deliberação;

e) fechamento constando o encerramento da reunião;

f) assinatura dos membros da comissão, dos investigados, processados e testemunhas convocadas pela comissão;

g) Número e tipo da identificação da mídia digital;"

Art.2º - O parágrafo único do art. 61 do Projeto de Resolução nº 9/2023 passa a ser § 1º, mantida a mesma redação.

Art.3º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Emenda nº 16: A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA:

Art. 1º - O §4º, do art. 30, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:

"§ 3º - Fica expressamente vedado o abono de falta de vereador, cujo desconto deverá ser processado de forma automática pelo Setor de Recursos Humanos, salvo nos seguintes casos:

I - Apresentação de Atestado Médico ou Odontológico;

3416

II - Apresentação de relatório de viagem oficial da Câmara Municipal ou a serviço do Município;

III - Apresentação de atestado de doação voluntária de sangue;

IV - Apresentação de atestado médico de acompanhante do cônjuge ou companheira nas consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez ou em casos de cirurgias, ainda que eletivas;

V - Apresentação de atestado médico de acompanhante de filho de até 14 (quatorze) anos em consulta ou exame;

VI - Apresentação de certidão/declaração de comparecimento perante a Justiça como parte, testemunha ou jurado;

VII - Em caso de morte de cônjuge, companheiro(a) ou parente de até 3º (terceiro grau).

VIII - Mediante requerimento protocolado e endereçado ao Presidente da Câmara para deferimento, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data em que o vereador não se fará presente, não podendo, neste caso, ser abonada mais de uma falta por mês.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Emenda nº 17: A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA:

Art. 1º - O art. 54, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 54 - Cada Vereador deverá ter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de presença nas reuniões mensais ordinárias em cada comissão permanente da qual seja membro, destinada à emissão de pareceres, sob pena de desconto único de 10% (dez por cento) no subsídio mensal.

Parágrafo único - Fica expressamente vedado o abono de falta de vereador, cujo desconto deverá ser processado de forma automática pelo Setor de Recursos Humanos, salvo nos seguintes casos:

I - Apresentação de Atestado Médico ou Odontológico;

317

II - Apresentação de relatório de viagem oficial da Câmara Municipal ou a serviço do município;

III - Apresentação de atestado de doação voluntária de sangue;

IV - Apresentação de atestado médico de acompanhante do cônjuge ou companheira nas consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez ou em casos de cirurgias, ainda que eletivas;

V - Apresentação de atestado médico de acompanhante de filho de até 14 (quatorze) anos em consulta ou exame;

VI - Apresentação de certidão/declaração de comparecimento perante a Justiça como parte, testemunha ou jurado;

VII - Em caso de morte de cônjuge, companheiro(a) ou parente de até 3º grau.

VIII - Mediante requerimento protocolado e endereçado ao Presidente da Câmara para deferimento, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data em que o vereador não se fará presente, não podendo, neste caso, ser abonada mais de uma falta por mês.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Emenda nº 18: A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA:

Art. 1º - O art. 49, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 49 - As reuniões ordinárias das comissões permanentes da Câmara Municipal de Monte Sião para emissão de pareceres às proposições despachadas, serão realizadas no período compreendido entre às 13 (treze) e às 17 (dezessete) horas, do dia fixado em Portaria.

§ 1º - Os membros das comissões, em sua primeira reunião, deverão estabelecer dia e horário de suas reuniões ordinárias para emissão de pareceres, dentro do limite estabelecido no caput deste artigo, devendo encaminhar à Presidência para edição de Portaria.

§ 2º - Deverá o Presidente da Comissão elaborar e divulgar a pauta da reunião ordinária até as 11 (onze) horas do dia de sua realização aos demais membros, assim como eventual cancelamento, desde que justificado, nos seguintes termos:

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
O PODER UNIDO É MAIS FORTE

318

I - A pauta deverá constar, no mínimo, os projetos a serem analisados pela comissão, devendo ser disponibilizada pelo Presidente aos demais membros por aplicativo de mensagens e fixação no mural da sala de reuniões da Câmara Municipal de Monte Sião;

II - Para fins de contabilização do disposto no art. 54, deste Regimento, será considerado como presença, eventual cancelamento da reunião ordinária, em virtude de ausência de pauta, que deverá ser comunicada aos membros da comissão através de aplicativo de mensagens e ao Setor de Protocolo através de ofício assinado pelo Presidente.

§ 3º - As Comissões Permanentes somente poderão deliberar com a presença da maioria de seus membros, devendo protocolar a ata das reuniões, devidamente assinada, assim como o respectivo parecer, obrigatoriamente no mesmo dia de sua lavratura.

§ 4º - Tendo o parecer recebido assinaturas "com restrição" ou "voto vencido", prevalecerá a opinião da maioria, devendo, no entanto, constar o voto de todos os seus membros, facultado ao Vereador a juntada de voto em separado.

§ 5º - As reuniões das comissões permanentes serão presenciais, abertas ao público e realizadas dentro do horário compreendido no caput deste artigo, durante o expediente da Câmara Municipal.

§ 6º Mediante regulamentação da Mesa Diretora, poderão ser realizadas reuniões de forma remota, com tecnologia que permita a segurança, o registro e a autenticidade do voto, sendo vedada a utilização de aplicativo de mensagens.

§ 7º - Poderá a Comissão reunir-se em caráter extraordinário, em caso de necessidade ou urgência, desde que devidamente justificado.

§ 8º - A convocação a que se trata o parágrafo anterior se dará através de ofício do Presidente da Comissão, desde que observada a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, com pauta pré-determinada no ato de convocação, devendo a reunião ocorrer durante o horário de expediente da Câmara Municipal.

§ 9º - Os relatores das comissões permanentes registrarão em ata própria as decisões e ocorrências de suas reuniões, inclusive a presença dos membros.

§ 10º - O Setor de Protocolo somente lançará os pareceres das comissões no Sistema de Gestão Legislativa - SGL, mediante apresentação e protocolo da ata da reunião devidamente assinada pelos membros presentes, devendo o parecer ser assinado, protocolado sob a mesma numeração da ata e juntado ao projeto.

§ 11º - Os atos das comissões deverão ser assinados pela maioria de seus membros e os documentos direcionados a mesma serão entregues ao gabinete do Presidente da Comissão, devendo este dar ciência aos demais membros.

349

§ 12º - O parecer da Comissão protocolado após as 17 horas do último dia do prazo de tramitação não será juntado ao projeto ou proposição e não será considerado para os fins regimentais, devendo ser arquivado pelo Setor de Protocolo em pasta específica.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Emenda nº 19: A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA:

Art. 1º - O art. 55, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 55 - Fica criado e instituído na Câmara Municipal de Monte Sião o espaço destinado para livre manifestação das comissões, com transmissão ao vivo pelos meios de comunicação oficiais da Câmara Municipal, que será realizado durante a sessão ordinária, respeitado o decoro parlamentar e demais normas estabelecidas neste Regimento Interno.

§ 1º - Cada comissão poderá fazer uso da palavra pelo prazo de até 7 (sete) minutos, improrrogáveis, com apartes, para as seguintes finalidades:

I - Apresentação de seus relatórios de trabalho;

II - Formalização de denúncias;

III - Solicitação de providências;

§ 2º - No espaço destinado às comissões, o Presidente da Câmara anunciará a comissão a que deva utilizar do tempo, e a condução dos trabalhos durante este período ficará à cargo do presidente da mesma.

§ 3º - Fica expressamente vedado, no espaço destinado às comissões, a discussão de assuntos aleatórios e sem qualquer tipo de relação com o tema principal da comissão, sob pena da comissão ter seu tempo cassado pelo Presidente da Câmara.

§ 4º - Poderão usar da palavra no espaço das comissões, prioritariamente, os seus membros; garantido aos demais Vereadores espaço para formalização de denúncias ou solicitação de providências, respeitado o tempo destinado à comissão.

§ 5º - Durante o período de atuação das comissões temporárias, as mesmas terão direito a igual tempo para livre manifestação no espaço destinado às comissões, deduzindo-se, proporcionalmente, o tempo das demais.".

350

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Emenda nº 20: A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA:

Art. 1º - O art. 121, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 121 - As sessões plenárias ordinárias da Câmara realizar-se-ão todas as segundas-feiras, de cada mês, iniciando-se às 18h (dezoito horas), com duração máxima de três horas, prorrogável pelo tempo necessário para deliberação da matéria constante da Ordem do Dia, mediante requerimento verbal aprovado pela maioria absoluta dos vereadores, desde que antes de esgotado o tempo de duração da sessão plenária e solicitado uma única vez.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Emenda nº 21: A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA:

Art. 1º - A alínea 'a', do art. 120, do Projeto de Resolução nº 09/2023, passa a ter a seguinte redação:

"a) Ordinária, composta de Espaço das Comissões, Expediente, Ordem do Dia e Palavra Franca;".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

351

Votação Única da Redação Final do Projeto de Resolução nº 09/2023
Reunião em 06/11/2023

Ementa: "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião – MG".

Entrada: 06/11/2023.

Vereador	Favorável	Contrário	Abstenção
Angélica Artuso de Souza	X		
Antonio Osvaldo Inácio	X		
Décio Fred	Ausente		
Donizeti Benedito da Silva	X		
Gedielson Fernandes Maciel	X		
Hércules Divino de Faria	X		
Maurício Zucato Júnior	X		
Platini dos Santos Pereira	Presidente		
Sérgio Ricardo de Freitas	X		
Total	7	0	

351-A

Projeto de Resolução Nº 9/2023

Lei : Nº 514/2023
Autógrafo: Nº 15/2023
Processo : 1/2461
Assunto : Regimento Interno
Objeto : Diversos
Entrada : 05/09/2023
Autor : Mesa Diretora (Angélica Artuso de Souza, Décio Fred, Maurício Zucato Júnior, Platini dos Santos Pereira).
Situação : Projeto Promulgado
Ementa : "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião - MG".

Data	Situação
05/09/2023	Entrada na Câmara
06/09/2023	Despacho da Mesa
07/11/2023	Encaminhado para Promulgação da Câmara
07/11/2023	Projeto Promulgado - Câmara
06/09/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
13/09/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica
06/09/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
30/10/2023	Parecer Exarado Favorável Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
06/11/2023	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
06/11/2023	Votação Única - Favorável por Unanimidade. Votos: Favoráveis: [8] Contrários: [0] Observação: Angélica Artuso de Souza (Favorável), Antonio Osvaldo Inácio (Favorável), Décio Fred (Favorável), Donizeti Benedito da Silva (Favorável), Gedielson Fernandes Maciel (Favorável), Hércules Divino de Faria (Favorável), Maurício Zucato Júnior (Favorável), Platini dos Santos Pereira (Presidente), Sérgio Ricardo de Freitas (Favorável)

Emenda: 1

Data	Situação
19/10/2023	Despacho da Mesa
19/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
20/10/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica
19/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação

352

24/10/2023	Parecer Exarado Favorável Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
06/11/2023	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
06/11/2023	Votação Única - Favorável por Unanimidade. Votos: Favoráveis: [8] Contrários: [0] Observação: Angélica Artuso de Souza (Favorável), Antonio Osvaldo Inácio (Favorável), Décio Fred (Favorável), Donizeti Benedito da Silva (Favorável), Gedielson Fernandes Maciel (Favorável), Hércules Divino de Faria (Favorável), Maurício Zucato Júnior (Favorável), Platini dos Santos Pereira (Presidente), Sérgio Ricardo de Freitas (Favorável)

Emenda: 2

Data	**Situação**
19/10/2023	Despacho da Mesa
19/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
20/10/2023	Parecer Exarado Contrário - Ilegal/Inconstitucional Procuradoria Jurídica
19/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
24/10/2023	Parecer Exarado Contrário Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
24/10/2023	Arquivamento Final - Arquivado em vista de parecer contrário exarado pela Comissão de Justiça e Redação, nos termos do artigo 38 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião.

Emenda: 3

Data	**Situação**
19/10/2023	Despacho da Mesa
19/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
20/10/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica
19/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
23/10/2023	Arquivamento Final - Retirado pelo autor através do Of. 73 (prot. 1254) e arquivado pelo Presidente da Câmara Municipal.

Emenda: 4

Data	**Situação**
19/10/2023	Despacho da Mesa
19/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica

353

20/10/2023	Parecer Exarado Contrário com Fundamentação Procuradoria Jurídica
19/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
23/10/2023	Arquivamento Final - Retirado pelo autor através do Of. 73 (prot. 1254) e arquivado pelo Presidente da Câmara Municipal.

Emenda: 5

Data	**Situação**
19/10/2023	Despacho da Mesa
19/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
20/10/2023	Parecer Exarado Contrário - Ilegal/Inconstitucional Procuradoria Jurídica
19/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
24/10/2023	Parecer Exarado Contrário Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
24/10/2023	Arquivamento Final - Arquivado em vista de parecer contrário exarado pela Comissão de Justiça e Redação, nos termos do artigo 38 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião.

Emenda: 6

Data	**Situação**
19/10/2023	Despacho da Mesa
19/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
20/10/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica
19/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
24/10/2023	Parecer Exarado Favorável Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
06/11/2023	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
06/11/2023	Arquivamento Final

Emenda: 7

Data	**Situação**
19/10/2023	Despacho da Mesa
19/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
20/10/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica

354

19/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
24/10/2023	Parecer Exarado Favorável Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
06/11/2023	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
06/11/2023	Arquivamento Final

Emenda: 8

Data	**Situação**
19/10/2023	Despacho da Mesa
19/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
20/10/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica
19/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
24/10/2023	Parecer Exarado Favorável Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
06/11/2023	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
06/11/2023	Arquivamento Final

Emenda: 9

Data	**Situação**
19/10/2023	Despacho da Mesa
19/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
20/10/2023	Parecer Exarado Contrário - Ilegal/Inconstitucional Procuradoria Jurídica
19/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
24/10/2023	Parecer Exarado Contrário Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
24/10/2023	Arquivamento Final - Arquivado em vista de parecer contrário exarado pela Comissão de Justiça e Redação, nos termos do artigo 38 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião.

Emenda: 10

Data	**Situação**
19/10/2023	Despacho da Mesa
19/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
23/10/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica

355

19/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
24/10/2023	Parecer Exarado Favorável Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
06/11/2023	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
06/11/2023	Arquivamento Final

Emenda: 11

Data	**Situação**
19/10/2023	Despacho da Mesa
19/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
23/10/2023	Parecer Exarado Contrário - Ilegal/Inconstitucional Procuradoria Jurídica
19/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
24/10/2023	Parecer Exarado Contrário Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
24/10/2023	Arquivamento Final - Arquivado em vista de parecer contrário exarado pela Comissão de Justiça e Redação, nos termos do artigo 38 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião.

Emenda: 12

Data	**Situação**
19/10/2023	Despacho da Mesa
19/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
23/10/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica
19/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
24/10/2023	Parecer Exarado Favorável Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
06/11/2023	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
06/11/2023	Arquivamento Final

Emenda: 13

Data	**Situação**
19/10/2023	Despacho da Mesa
19/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
23/10/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica

356

19/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
24/10/2023	Parecer Exarado Favorável Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
06/11/2023	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
06/11/2023	Arquivamento Final

Emenda: 14

Data	**Situação**
19/10/2023	Despacho da Mesa
19/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
23/10/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica
19/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
24/10/2023	Parecer Exarado Favorável Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
06/11/2023	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
06/11/2023	Arquivamento Final

Emenda: 15

Data	**Situação**
23/10/2023	Despacho da Mesa
23/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
24/10/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica
23/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
24/10/2023	Parecer Exarado Contrário Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
24/10/2023	Arquivamento Final - Arquivado em vista de parecer contrário exarado pela Comissão de Justiça e Redação, nos termos do artigo 38 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião.

Emenda: 16

Data	**Situação**
30/10/2023	Despacho da Mesa
30/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
31/10/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica

357

30/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
31/10/2023	Parecer Exarado Favorável Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
06/11/2023	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
06/11/2023	Votação Única - Favorável por Unanimidade. Votos: Favoráveis: [8] Contrários: [0] Observação: Angélica Artuso de Souza (Favorável), Antonio Osvaldo Inácio (Favorável), Décio Fred (Favorável), Donizeti Benedito da Silva (Favorável), Gedielson Fernandes Maciel (Favorável), Hércules Divino de Faria (Favorável), Maurício Zucato Júnior (Favorável), Platini dos Santos Pereira (Presidente), Sérgio Ricardo de Freitas (Favorável)

Emenda: 17

Data	**Situação**
30/10/2023	Despacho da Mesa
30/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
31/10/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica
30/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
31/10/2023	Parecer Exarado Favorável Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
06/11/2023	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
06/11/2023	Votação Única - Favorável por Unanimidade. Votos: Favoráveis: [8] Contrários: [0] Observação: Angélica Artuso de Souza (Favorável), Antonio Osvaldo Inácio (Favorável), Décio Fred (Favorável), Donizeti Benedito da Silva (Favorável), Gedielson Fernandes Maciel (Favorável), Hércules Divino de Faria (Favorável), Maurício Zucato Júnior (Favorável), Platini dos Santos Pereira (Presidente), Sérgio Ricardo de Freitas (Favorável)

Emenda: 18

Data	**Situação**
30/10/2023	Despacho da Mesa
30/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
31/10/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica
30/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação

358

31/10/2023	Parecer Exarado Favorável Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
06/11/2023	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
06/11/2023	Votação Única - Favorável por Unanimidade. Votos: Favoráveis: [8] Contrários: [0] Observação: Angélica Artuso de Souza (Favorável), Antonio Osvaldo Inácio (Favorável), Décio Fred (Favorável), Donizeti Benedito da Silva (Favorável), Gedielson Fernandes Maciel (Favorável), Hércules Divino de Faria (Favorável), Maurício Zucato Júnior (Favorável), Platini dos Santos Pereira (Presidente), Sérgio Ricardo de Freitas (Favorável)

Emenda: 19

Data	**Situação**
30/10/2023	Despacho da Mesa
30/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
31/10/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica
30/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
31/10/2023	Parecer Exarado Favorável Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
06/11/2023	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
06/11/2023	Votação Única - Favorável por Unanimidade. Votos: Favoráveis: [8] Contrários: [0] Observação: Angélica Artuso de Souza (Favorável), Antonio Osvaldo Inácio (Favorável), Décio Fred (Favorável), Donizeti Benedito da Silva (Favorável), Gedielson Fernandes Maciel (Favorável), Hércules Divino de Faria (Favorável), Maurício Zucato Júnior (Favorável), Platini dos Santos Pereira (Presidente), Sérgio Ricardo de Freitas (Favorável)

Emenda: 20

Data	**Situação**
30/10/2023	Despacho da Mesa
30/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
31/10/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica
30/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
31/10/2023	Parecer Exarado Favorável Comissão de Justiça e Redação

359

	(Relator: Angélica Artuso de Souza)
06/11/2023	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
06/11/2023	Votação Única - Favorável por Unanimidade. Votos: Favoráveis: [8] Contrários: [0] Observação: Angélica Artuso de Souza (Favorável), Antonio Osvaldo Inácio (Favorável), Décio Fred (Favorável), Donizeti Benedito da Silva (Favorável), Gedielson Fernandes Maciel (Favorável), Hércules Divino de Faria (Favorável), Maurício Zucato Júnior (Favorável), Platini dos Santos Pereira (Presidente), Sérgio Ricardo de Freitas (Favorável)

Emenda: 21

Data	**Situação**
30/10/2023	Despacho da Mesa
30/10/2023	Enviado para Parecer Procuradoria Jurídica
31/10/2023	Parecer Exarado Favorável com Fundamentação Procuradoria Jurídica
30/10/2023	Enviado para Parecer Comissão de Justiça e Redação
31/10/2023	Parecer Exarado Favorável Comissão de Justiça e Redação (Relator: Angélica Artuso de Souza)
06/11/2023	Entrada na Ordem do Dia - Única Votação
06/11/2023	Votação Única - Favorável por Unanimidade. Votos: Favoráveis: [8] Contrários: [0] Observação: Angélica Artuso de Souza (Favorável), Antonio Osvaldo Inácio (Favorável), Décio Fred (Favorável), Donizeti Benedito da Silva (Favorável), Gedielson Fernandes Maciel (Favorável), Hércules Divino de Faria (Favorável), Maurício Zucato Júnior (Favorável), Platini dos Santos Pereira (Presidente), Sérgio Ricardo de Freitas (Favorável)